

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**A APRENDIZAGEM DO PRONOME RELATIVO *CUJO*:
REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA**

Hosana dos Santos Silva

**São Paulo
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**A aprendizagem do pronome relativo *cujo*:
*reflexões sobre a escrita***

Hosana dos Santos Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilza de Oliveira

**São Paulo
2007**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Hosana dos Santos Silva

A aprendizagem do pronome relativo cujo: reflexões sobre a escrita

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha mãe:
exemplo de integridade, honestidade e altruísmo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, porque sem Ele nada seria possível.

Agradeço especialmente à minha querida professora Marilza de Oliveira, que me ofereceu mais que orientação, ofereceu-me amizade, incentivo e o apoio necessário para que eu não desistisse, mesmo quando tudo ficou mais difícil do que eu imaginava.

Agradeço à minha mãe, por todo o sacrifício que sempre fez por mim e pelos meus irmãos e por quem todo sacrifício vale a pena.

Também sou muito grata à minha irmã, Noemí, pelos conselhos na hora certa, pela amizade diária; por causa dela sou uma pessoa melhor.

Agradeço ao meu marido, Wagner, por toda a compreensão, por toda a ajuda e pelo ombro amigo nos momentos difíceis.

Ao Arnaldo Rabello, amigo e colega de mestrado, pela ajuda indispensável na realização deste trabalho.

Ao Fúlvio Flores Torres, que é sempre um amigão e a quem devo a correção do *abstract*.

Agradeço à minha amiga Ani Angeli, que teve de escutar muitas vezes minha ladainha, mesmo sem ter o menor interesse por Lingüística.

Aos meus novos amigos Jorge e Priscila, com quem divido os altos e baixos da “vida de professor”.

Também não poderia deixar de agradecer às professoras Ruth Lopes e Ilza Ribeiro, pelas críticas feitas ao trabalho, e à professora Olga Coelho, a primeira a me fazer gostar de Lingüística.

RESUMO

Com base nos princípios teóricos da teoria gerativa, este estudo analisa a produção escrita de relativas genitivas convencionais introduzidas pelo pronome relativo *cujo*.

A hipótese central do estudo é a de que essas construções não resultam diretamente da gramática nuclear, construída na infância, no processo natural de aquisição da linguagem, mas resultam da gramática periférica, por meio do processo de escolarização (nos termos discutidos em Kato, 2005, com base na proposta de Chomsky, 1981).

Através da experimentação, testou-se a produção de orações por alunos da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Visando verificar quais são as condições lingüísticas mais favoráveis ao uso da relativa genitiva convencional, focalizou-se a influência dos traços semânticos [\pm humano], [\pm masculino], [\pm plural] do NP conseqüente, e a função sintática do NP antecedente e do NP que contém o PP relativizado.

Os resultados evidenciam a função sintática do nóculo que contém o PP relativizado como um fator intralingüístico relevante para determinar o comportamento dessa variante, bem como confirmam a influência do fator escolaridade na produção de orações relativas genitivas.

Palavras-chave: pronome relativo *cujo*, orações relativas, aquisição da escrita, variação, Português Brasileiro.

ABSTRACT

Inspired by the principles of the Generative Theory, this work aims to analyse the use of a standard construction with the relative pronoun *cujo* (whose).

The hypothesis argued for in this thesis considers that these constructions are not derived from the core grammar, constructed during childhood, in the natural process of language acquisition. Instead, they result from peripheral grammar, through the scholarization process (as discussed by Kato, 2005, based on the studies of Chomsky, 1981).

Through experimentation, sentences were tested with students from the fifth grade of primary education till the third grade of high school. In order to verify which are the most propitious linguistic conditions to the use of the standard genitive relative, we examined the influence of semantic traces [\pm human], [\pm masculine], [\pm plural] of the following NP, the syntactic function of the preceding PP, and the NP which holds the relativized PP.

The results evidence the syntactic function of the node which holds the relativized PP as a relevant intralinguistic factor to determine the behavior of this variant, as well as they confirm the influence of the schooling factor in the production of genitive relative sentences.

Keywords: relative pronoun *cujo*, relative sentences, writing acquisition, variation, Brazilian Portuguese.

Lista de tabelas

Tabela 1.1: Uso do pronome <i>cujo</i> em redações do ENEM/2005	13
Tabela 2.1: Frequência de uso de três estratégias de relativização	40
Tabela 2.2: Percentage of use three relativization strategies according to media type text	57
Tabela 2.3: Distribuição por tipo de estratégia e por preposição requerida pelo pronome relativo.....	57
Tabela 2.4: Estratégias de relativização de acordo com as posições sintáticas	66
Tabela 2.5: Percentagem de respostas corretas em função da posição da relativa e do foco.....	82
Tabela 2.6: Percentagem de respostas corretas em função do grupo etário	82
Tabela 4.1: Emprego do pronome relativo cujo no primeiro bloco	100
Tabela 4.2: Frequência do pronome cujo – conseqüente [\pm masculino]	102
Tabela 4.3: Frequência do pronome cujo – conseqüente [\pm plural]	103
Tabela 4.4: Frequência do pronome cujo – conseqüente [\pm humano]	103
Tabela 4.5: Emprego do pronome cujo no terceiro bloco – distribuição por série	104
Tabela 4.6: Frases produzidas no segundo bloco – distribuição por série	107
Tabela 4.7: Emprego do pronome cujo em desacordo com as prescrições gramaticais no segundo bloco	110
Tabela 4.8: Distribuição das relativas produzidas no segundo bloco por fator [\pm masculino]	112
Tabela 4.9: Distribuição das relativas produzidas no segundo bloco por fator [\pm humano]	112
Tabela 4.10: Distribuição das relativas produzidas no segundo bloco por fator [\pm plural]	112
Tabela 4.11: Distribuição das frases formadas no segundo bloco a partir das relativas vernaculares	113
Tabela 4.12: Frases produzidas no terceiro bloco - Distribuição por função sintática do NP antecedente e do PP relativizado	115
Tabela 4.13: “Outras construções”: frases produzidas no terceiro bloco – distribuição de acordo com a função sintática do NP antecedente e do PP relativizado.....	116
Tabela 4.14: Produção de orações simples, coordenadas e justapostas no terceiro bloco – distribuição por série	121
Tabela 4.15: Produção do pronome relativo <i>cujo</i> de acordo com as prescrições gramaticais.....	129

Tabela 4.16: Emprego do pronome relativo <i>cujo</i> no quarto bloco – distribuição por série.....	130
Tabela 4.17: Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por série.....	132
Tabela 4.18: Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por função sintática do NP antecedente	132
Tabela 4.19: Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por gênero do conseqüente.....	133
Tabela 4.20: Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por número do conseqüente	133
Tabela 4.21: Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por gênero e número do conseqüente.....	134
Tabela 4.22: Pronome <i>cujo</i> “invariável” no primeiro e segundo bloco	135
Tabela 5.1: Produção de relativas vernaculares nos quatro blocos de exercícios	137
Tabela 5.2: Produção de relativas vernaculares por série nos quatro blocos de exercícios	139
Tabela 5.3: Total de relativas vernaculares por série no primeiro e segundo blocos.....	140
Tabela 5.4: Produção de relativas cortadoras no terceiro bloco – posição de oblíquo.....	143
Tabela 5.5: Produção de relativas cortadoras no terceiro bloco – posição de genitivo.....	144
Tabela 5.6: Distribuição de relativas em desacordo com as prescrições gramaticais	146
Tabela 5.7: Pronome <i>cujo</i> em desacordo com as prescrições gramaticais.....	153
Tabela 5.8: Frases agramaticais nos quatro blocos – distribuição por série	161

Lista de gráficos

Gráfico 2.1: Emprego de relativa de PP por série do Ensino Médio.....	65
Gráfico 4.1: Relativas com emprego do pronome relativo <i>cujo</i> – por nível de escolaridade	106
Gráfico 4.2: Emprego do pronome relativo cujo em desacordo com as prescrições gramaticais no segundo bloco.....	111
Gráfico 4.3: Frequência de orações simples, justapostas e coordenadas, e orações relativas por série agrupadas em dois blocos.....	122
Gráfico 4.4: Frequência de orações simples, justapostas e coordenadas, e orações relativas por série.....	122
Gráfico 5.1: Total de frases em desacordo com as prescrições gramaticais nos quatro blocos.....	154

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – Pressupostos teóricos	17
1.1 – Teoria gerativa	17
1.2 – Sociolinguística quantitativa.....	19
1.3 – Aprendizagem da gramática da escrita.....	20
Capítulo II – Estudos sobre as relativas no Português do Brasil	26
2.1 – Considerações sobre a sintaxe das relativas convencionais	27
2.2 – O fenômeno nas gramáticas tradicionais	28
2.3 – Estudos das relativas no PB	34
2.3.1 – As variantes vernaculares	34
2.3.2 – Hipóteses sobre o estatuto do que: pronome relativo ou complementizador.....	45
2.4 – Relativas no PE	59
2.5 – Orações relativas convencionais: procedimentos de esquiva e aprendizagem.....	61
2.5.1 – Dificuldades na produção escrita de relativas convencionais.....	66
2.6 – Orações relativas: compreensão e dificuldades na produção oral	78
Capítulo III – Metodologia	85
3.1 – O <i>corpus</i>	86
3.2 – A estrutura dos testes	86
3.3 – Grupo de fatores	93
3.3.1 – Fator extralingüístico	93
3.3.1.1 – Escolaridade	93
3.3.2 – Fatores lingüísticos	94
3.3.2.1 – Traço semântico [± humano]	94
3.3.2.2 – Traços gênero e número	95
3.3.2.3 – Função sintática do NP que contém o PP relativizado e do NP antecedente	95
Capítulo IV – Apresentação dos resultados.....	99
4.1 – Primeiro bloco – a influência dos fatores [± humano], [± masculino], e [± plural]	100
4.1.1 – Explanação geral	100

4.1.2 – Fatores [± humano], [± masculino] e [± plural]	102
4.2 – Segundo bloco: adequação de orações ao registro convencional	105
4.2.1 – Explicação geral	105
4.2.2 – <i>Cujo</i> em desacordo com as prescrições gramaticais.....	110
4.2.3 – Fatores [± humano], [± masculino] e [± plural]	111
4.2.4 – As relativas vernaculares	113
4.3 – Terceiro bloco: transformação das orações simples em orações complexas	114
4.3.1 – Explicação geral	114
4.3.2 – Formação de orações simples, coordenadas e justapostas.....	117
4.3.3 – Formação de relativas de sujeito, objeto direto e oblíquo.....	122
4.3.4 – As relativas genitivas	129
4.4 – Quarto bloco: produção de relativa genitiva.....	130
4.4.1 – Explicação geral	130
4.4.2 – O fator função sintática do NP antecedente e do PP relativizado ..	131
4.4.3 – Fatores [± masculino] e [± plural]	133
4.5 – Conclusões gerais	135
Capítulo V – Análise e discussões	137
5.1 – Relativas vernaculares	137
5.2 – Relativas convencionais	140
5.2.1 – A função sintática do PP relativizado e o uso da relativa vernacular	143
5.3 – Construções com pronomes e preposições inadequadas	146
5.3.1 – Construções com o pronome <i>o qual</i>	147
5.3.2 – Construções com o pronome <i>onde</i>	149
5.3.3 – Uso da preposição incorreta / acréscimo de preposição	151
5.4 – <i>Cujo</i> em desacordo com as prescrições gramaticais, hipercorreções e erros.....	153
5.4.1 – Orações em desacordo com as prescrições gramaticais.....	153
5.4.2 – Hipercorreções	157
5.4.3 – Erros	160
Capítulo VI – Conclusões	164
Referências bibliográficas	171

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta dissertação é investigar, no português brasileiro (doravante PB), a produção escrita de sentenças relativas genitivas convencionais¹ introduzidas pelo pronome relativo *cujo* (e suas variantes). Descrevem-se como relativas genitivas convencionais as orações em que o relativizador *cujo* substitui um sintagma preposicional modificador do nome, tanto em um sintagma pré-verbal, conforme exemplo (1.1), quanto em um sintagma pós-verbal, precedido ou não de preposição, conforme exemplos (1.2) e (1.3), respectivamente:

(1.1) O rio cujas águas são medicinais é o principal atrativo da cidade.

(1.2) José entrou na secretaria da fábrica em cujo almoxarifado trabalha.

(1.3) Eu vendi a casa cujas paredes pintamos.

Pesquisas anteriores sobre as estratégias de relativização no PB evidenciam que essas relativas convencionais são menos usadas do que as variantes² do português popular, as estratégias cortadora e copiadora (cf Lemle, 1978).

¹ Alguns estudos, como o de Lucchesi (1994), evidenciam que dentro do diassistema do português do Brasil, heterogêneo e polarizado, é possível distinguir dois subsistemas, igualmente heterogêneos e variáveis, quais sejam, a norma culta e a norma vernácula. A primeira está associada aos padrões lingüísticos característicos dos segmentos escolarizados, dos falantes de classe média e alta, e é rotulada como português padrão, e a segunda, associada aos segmentos não-escolarizados ou de baixa escolarização, de classe baixa, e é comumente rotulada de português popular. Rodrigues (2004), ao observar o português brasileiro falado na zona urbana de São Paulo, afirma que é predominantemente a classe social baixa e não escolarizada que faz uso da norma popular, que, segundo a autora, “Corresponde a um sub-sistema lingüístico, socialmente explicável e definível, identificado pela freqüência de ocorrências de itens lingüísticos particulares, estigmatizados, convencionalmente rotulados de não padrão.”(p.2). Neste estudo, visando evitar qualquer juízo de valor, as relativas comumente rotuladas como “padrão” serão denominadas convencionais, e as relativas rotuladas de “não padrão” serão denominadas vernaculares.

² “A variação lingüística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas lingüísticas alternativas denominadas variantes. Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. [...] Uma variável é

Tarallo (1983) demonstra que a relativa cortadora é a mais empregada no português oral do Brasil, independentemente da classe social do falante. Corrêa (1998) evidencia que essa relativa vernacular prevalece nos dados orais e escritos de não-escolarizados e de estudantes, até a última série do Ensino Fundamental, enquanto a estratégia convencional, aprendida no decorrer do Ensino Médio, só aparece na produção espontânea de falantes de nível superior. Na conclusão da autora, a estratégia convencional está vinculada ao uso monitorado, ou seja, só ocorre em situações de alta formalidade, na escrita ou quando o falante quer demonstrar conhecimento da língua de prestígio.

No que se refere especificamente ao desuso das relativas com o pronome *cujo*, os dados expostos na tabela abaixo, extraídos das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2005, ratificam as proposições de Corrêa:

Tabela 1.1 – Uso do pronome cujo em redações do ENEM/2005

Total de redações observadas	4.575
Total de construções relativas com emprego do pronome relativo cujo	33
Construções em consonância com as prescrições da gramática tradicional.	13

Das 33 ocorrências de construções relativas com o emprego do pronome relativo *cujo*, 11 apresentam o pronome *cujo* seguido de artigo; 1 apresenta o pronome *cujo* seguido do pronome relativo *quanto*; 2 apresentam *cujo* em lugar do pronome relativo *onde*; 5 apresentam *cujo* em lugar do pronome relativo *que*; 1 emprega o pronome *cujo* sem a aplicação da regra canônica de concordância³, sendo que essas construções não são aceitas na

concebida como dependente no sentido de que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes), de natureza social ou estrutural. Assim, as variáveis independentes ou grupos de fatores podem ser de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência.” (Mollica, 2006, p. 10-11)

³ O pronome *cujo*, precedido ou não de preposição, tem função de adjunto adnominal do substantivo seguinte com o qual concorda em gênero e número. (Bechara, 2001)

gramática tradicional⁴.

Esses dados, que não integram o *corpus* deste estudo, certamente são insuficientes para confirmar o pressuposto, porquanto essa relativa convencional não aparece com frequência na produção espontânea dos brasileiros, todavia, atendem ao objetivo de somar evidências à argumentação de que essa forma lingüística é comumente evitada mesmo na produção escrita de escolares.

O estudo de Oliveira (2004)⁵, realizado sob enfoque da aprendizagem da escrita, estende as discussões sobre o uso das relativas genitivas convencionais no PB.

Com base em Kato (1996 e 2005), a autora propõe que a ausência dessas construções nos dados dos adultos e, conseqüentemente, no *input* da criança implica sua aquisição tardia, por vias formais de instrução. Nesse processo, em que o falante aprende os estilos convencionalmente aceitos na escrita e na fala formal, o pronome relativo *cujo* entra em seu acervo vocabular como “morfologia estilística”⁶, sendo empregado produtivamente somente em um nível de fala ou registro formal no qual predomina a linguagem dita culta. Seu uso é determinado, portanto, por condições extralingüísticas, como a situação discursiva, a relação entre os interlocutores, etc. A morfologia estilística, nos termos de Kato (1996), não faz parte do conhecimento internalizado da criança, o que significa que não se recupera a relativa genitiva convencional como parte de um sistema de representação em nível de língua internalizada.

As discussões apresentadas nesses estudos revelam pontos que serão somados às principais questões abordadas nesta dissertação, possibilitando o desenvolvimento da análise.

Com apoio nos resultados apresentados nas pesquisas variacionistas e nas discussões acerca

⁴ Cf. Bechara (2001), Neves (2000), Cunha e Cintra (2001), entre outros.

⁵ Neste estudo a autora trata, também, da aprendizagem e uso do clítico acusativo.

⁶ Segundo Kato (1994, p. 13) “a morfologia estilística, pesadamente presente em línguas como o japonês, está presente no PB, mas em nossa língua, ainda é confundida com a morfologia gramatical. Assim como a mulher japonesa precisa usar uma elaborada morfologia estilística para soar feminina, e o homem também a usa para tornar seu discurso formal, a criança brasileira precisa ser exposta a um *input* diferente do da aquisição para desenvolver os estilos convencionalmente aceitos na escrita e na fala formal”.

da influência dos fatores de ordem externa no uso das relativas, busca-se investigar a interferência da variável escolaridade no processo de aprendizagem e conseqüente produção das relativas genitivas convencionais.

Além do fator extralingüístico, interessam a este estudo os fatores sintáticos que interferem na produção escrita dessas orações, já que, conforme propõe Corrêa (1998), há circunstâncias estruturais mais fáceis e/ou mais difíceis ao falante e, segundo Souza e Silva (1981), o uso reduzido dessas relativas no PB decorre da dificuldade na produção escrita desse tipo de oração.

Diante desse quadro geral, é possível formular algumas questões que nortearão este estudo:

- (i) Considerando a presença do relativo *cujo* na escrita, quais fatores lingüísticos e extralingüísticos interferem em sua produção?

- (ii) Quais as principais construções empregadas pelos alunos em substituição às construções relativas com o pronome *cujo* no PB, além das estratégias cortadoras e copiadoras, muito produtivas na linguagem oral?

- (iii) Se a produção escrita da relativa convencional com o pronome *cujo* representa dificuldade ao falante, qual(is) a(s) causa(s) dessa dificuldade?

A hipótese central deste trabalho, sintetizada, sobretudo, a partir dos estudos de Kato (1996, 2005) e Oliveira (2004), é a de que a relativa genitiva convencional não resulta diretamente da gramática nuclear, construída na infância, no processo natural de aquisição da linguagem, mas resulta da “alimentação” da gramática periférica pelo processo de escolarização. Assim, diferentemente do que ocorre na aquisição da língua materna, a

aprendizagem dessas relativas se dá por regras estilísticas, e não paramétricas. Nessa linha argumentativa, a dificuldade encontrada pelos falantes na produção das relativas genitivas convencionais relaciona-se, principalmente, às diferenças estruturais entre essas orações e a estratégia vernacular e ao processo formal de aprendizagem.

Para garantir a organização necessária na exposição dos dados e apresentação das discussões que o compõem, este estudo foi dividido em seis capítulos. A esta introdução segue-se o capítulo destinado à apresentação dos pressupostos teóricos.

O segundo capítulo traz algumas considerações sobre a sintaxe das relativas e apresenta uma explanação geral dos estudos sobre as construções relativas no PB. O terceiro capítulo descreve e justifica o percurso seguido para desenvolvimento do trabalho, o qual se vale dos pressupostos do gerativismo para descrição das relativas e baseia-se na metodologia sociolinguística quantitativa, descrita inicialmente por Labov (1972) e presente em (Sankoff & Labov, 1979) para análise dos dados coletados experimentalmente. No quarto capítulo são apresentados os resultados gerais, seguidos da análise e interpretação dos dados, realizadas no quinto capítulo e, finalmente, o sexto capítulo destina-se às conclusões.

Capítulo I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 Teoria Gerativa

A análise deste estudo está baseada nas concepções teóricas da Gramática Gerativa, a qual postula que o cérebro humano é dotado de um componente especial, geneticamente determinado e de natureza especificamente lingüística chamado faculdade da linguagem.

O estado inicial da faculdade da linguagem, que tem sido chamado de Gramática Universal (GU), é sempre o mesmo, independentemente da origem do indivíduo. A GU se constitui de princípios, regras rígidas e invariáveis, e de parâmetros, cujo valor [1 ou Ø] é fixado ao longo do processo de aquisição, com base nos dados lingüísticos a que o indivíduo é exposto (*input*). O resultado da fixação dos parâmetros é um sistema gramatical particular, ou seja, a gramática da língua. Para explicar esse processo Chomsky (1997, p. 56) usa a metáfora do quadro de força:

Podemos comparar o estado inicial da faculdade de linguagem com uma fiação fixa conectada a uma caixa de interruptores; a fiação são os princípios da linguagem, e os interruptores são as opções a serem determinadas pela experiência. Quando os interruptores estão posicionados de um modo, temos o banto; quando estão posicionados de outro modo, temos o japonês. Cada uma das línguas humanas possíveis é identificada como uma colocação particular das tomadas – uma fixação de parâmetros, em terminologia técnica. Se o programa de pesquisa der certo, deveríamos poder literalmente deduzir o banto de uma escolha dos posicionamentos, o japonês de outra e assim por diante em todas as línguas que os seres humanos podem adquirir. As condições empíricas em que se dá a aquisição de língua requerem que os

interruptores sejam posicionados com base na informação muito limitada que está disponível para a criança. Notem que pequenas mudanças em posicionamento de interruptores podem conduzir a grande variedade aparente em termos de *output*, pela proliferação dos efeitos pelo sistema.

Na teoria Gerativa o estágio adulto do conhecimento lingüístico é chamado de Língua-I. Em Chomsky (1986 e 1988), a Língua-I, interna, individual e intensional, é um sistema representado na mente-cérebro de um indivíduo particular, e seu conhecimento se define por Princípios e Parâmetros. À concepção de língua internalizada contrapõe-se a de Língua-E, externa e extensional, que não tem espaço no quadro gerativo até aqui delineado por se referir ao conhecimento lingüístico compartilhado por uma comunidade de fala e não ao conhecimento lingüístico internamente representado na mente / cérebro do falante. Sobre esta questão, Chomsky (1986, p. 18) observa:

[...] uma gramática generativa não é um conjunto de asserções acerca de objetos exteriorizados construídos de uma determinada maneira. Pelo contrário, pretende representar exatamente aquilo que uma pessoa sabe quando sabe uma língua, ou seja, aquilo que foi aprendido, porque complementado por princípios inatos. A GU é uma caracterização destes princípios inatos e biologicamente determinados, que constituem uma componente da mente humana – a faculdade da linguagem.

Essas generalizações da teoria gerativa, apresentadas aqui resumidamente, evidenciam que o modelo não somente visa atingir adequação descritiva, caracterizando o estado estável alcançado pela Faculdade da Linguagem, mas também visa à caracterização da GU e a explicação do processo de aquisição de uma língua particular – a passagem de S_{\emptyset} (estado inicial) para S_e (estado estável).

Assim, a opção de buscar no modelo de Princípios e Parâmetros as considerações teóricas, metalinguagem e conceitos sintáticos para análise dos dados, justifica-se pela indagação que está no cerne deste estudo: qual a causa ou o que motiva a dificuldade na

produção escrita de relativa genitiva convencional? Dessa forma, interessa a este estudo a aferição da língua internalizada do falante, de modo que seja possível compreender o processo de aprendizagem da “gramática” da escrita.

Por outro lado, também interessa a este estudo o uso efetivo que o falante faz das relativas genitivas convencionais em situações concretas – a língua externa. Assim, a análise de questões sobre a variação e sobre o comportamento das relativas convencionais e vernaculares desenvolve-se com base no modelo da sociolingüística quantitativa, cuja síntese é apresentada na seção a seguir.

1.2 Sociolingüística quantitativa

Nesse modelo, cujo precursor é Willian Labov (1972), a língua é pensada como tendo uma estrutura variável que se pode conhecer por um método quantitativo, através do qual é possível estabelecer relações entre uma divisão estratificada da sociedade e a variabilidade estatística da língua. Assim, seu objeto de estudo é exatamente a variação, fenômeno universal, passível de descrição e de análise científica.

A Sociolingüística Laboviana procura analisar, sistematizar e legitimar variantes usadas numa comunidade de fala (LABOV, 1975), atentando para relação entre variação do uso da língua e mudança lingüística, análise que se desenvolve por meio do equacionamento de questões relacionadas à origem, propagação e realização da mudança (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968). O pressuposto básico no estudo da variação é o de que a variação não é aleatória, mas regulada por um conjunto de regras, quer categóricas – que

obrigam o falante a usar uma forma e não outra –, quer regras variáveis – que favorecem ou inibem o uso de uma ou de outra forma variável em cada contexto.

Embora a sociolinguística quantitativa laboviana apresente-se como uma crítica à teoria gerativa, sobretudo no que se refere ao trabalho introspectivo, neste estudo, seguindo uma tendência bastante aceita entre os lingüistas, retomo o estudo pioneiro de Tarallo e Kato (1989) para reafirmar “a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades dos modelos variacionistas, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para alinhar um modelo em função do outro” (Tarallo e Kato, 1989, p.5).

Proposto o “consórcio” das teorias, neste estudo, dentro do aparato teórico do gerativismo, serão analisadas questões pertinentes à aquisição da gramática da escrita e o papel da língua-I nesse processo de aquisição⁷ e a representação estrutural e mecanismos interpretativos que operam as construções com relativas.

Para expandir as discussões acerca da “gramática” da escrita apresentarei a seguir (seção 1.3), à luz da Teoria de Princípios e Parâmetros da sintaxe gerativa, nos termos discutidos por Kato (2005), algumas questões sobre o conhecimento lingüístico do falante letrado.

1.3 Aprendizagem da gramática da escrita

Alguns estudos desenvolvidos a partir do modelo paramétrico de aquisição de linguagem têm formulado questões sobre a natureza do conhecimento lingüístico do falante letrado. Corrêa (1998), baseada nos estudos de Lefebvre & Fournier (1978), afirma que o PB

⁷ Para análise desta questão retomarei as conclusões de Corrêa (1998) e o estudo de Kato (2005).

permite a variação das formas convencionais e vernaculares, isto é, ambas são estratégias variantes que partem de um mesmo sistema lingüístico e não de dois sistemas diferentes.

A hipótese central que permeia o estudo coloca a estratégia sem preposição, que é a usada na língua “vernacular”, como a adquirida via fixação de parâmetro, no português falado no Brasil. O uso produtivo da preposição deve-se principalmente à educação formal – cujo objetivo se concentra em ensinar ao aluno a variedade aceita como “padrão” e que tem obrigatoriamente a preposição nas relativas de sintagma preposicional. Ambas as estratégias pertencem à mesma gramática, que se expande com a educação formal. (Corrêa, 1998, p. 60)

Kato (2005) propõe que no Brasil, diferentemente de Portugal, a gramática da fala e a “gramática” da escrita são tão distantes que a aquisição desta pela criança pode ter a natureza da aprendizagem de uma segunda língua⁸. No desdobramento dessa hipótese, a autora observa que o conhecimento lingüístico do letrado brasileiro não corresponde à gramática de um falante do passado, o que pode ser comprovado em estudos diacrônicos; também não corresponde à gramática do falante do português europeu (PE) contemporâneo, o que se evidencia pela necessidade de tradução de obras do PB para o PE. Trata-se, portanto, de um conhecimento lingüístico distinto, que pode apresentar uma competição de gramáticas e concilia formas velhas e formas inovadoras.

Para a autora, o conhecimento lingüístico do falante letrado não pode ser tomado como resultado direto da gramática naturalmente internalizada, ou gramática nuclear (cf Chomsky 1981), proveniente do processo de aquisição natural da língua, mas como resultado da gramática periférica, que “pode abrigar fenômenos de empréstimos, resíduos de mudança, invenções, de forma que indivíduos da mesma comunidade podem ou não apresentar esses

⁸ Segundo Kato (2005) há seis características similares entre aquisição de escrita e de segunda língua: as duas aprendizagens são a) socialmente motivadas e não biologicamente determinadas; b) começam, em geral, depois da idade crítica para a aquisição; c) essencialmente conscientes; d) dependentes, para seu sucesso, de dados positivos e negativos; e) em geral, vagarosas e não instantâneas; f) nos dois casos, há mais diferenças individuais.

fenômenos de forma marginal” (p. 3). O conceito de gramática periférica é explorado em seu trabalho para dar conta da aprendizagem de uma segunda “gramática”, a “gramática da escrita”, a partir do “input” ordenado escolar ou da imersão em textos escritos.

Kato parte da hipótese de que a criança chega à escola com sua gramática nuclear definida, isto é, com todos os valores dos parâmetros⁹ selecionados. Ocorre, entretanto, que a gramática nuclear da criança apresenta propriedades que caracterizam o PB, mas que são diferentes das propriedades da língua ensinada na escola.

Pressupondo a similaridade entre os processos de aquisição de L2 e escrita, a autora defende a tese de que na escrita há acesso indireto à GU através da gramática da fala. Seguindo a mesma linha de análise e usando argumentos similares aos propostos por Herchensohn (2000)¹⁰ para aquisição de L2, a autora propõe que a escrita:

- a) é restrita pelos mesmos princípios da GU;
- b) faz uso das mesmas categorias e funções (podem ser descritas pela mesma meta-linguagem);
- c) apresenta opções gramaticais previstas pelos parâmetros da GU.

Dessa perspectiva, em que se considera o fato de que a segunda gramática (seja da L2 ou da escrita) é restrita pelos Princípios e Parâmetros da GU, Kato propõe a tese do

⁹ A autora identifica parâmetros como propriedades da morfologia das categorias funcionais e esclarece que em Chomsky (2005) o conceito relevante é o de traços (“features”) dessas categorias funcionais, que podem ser fortes, atratores ou fracos.

¹⁰ Herschensohn (2000, apud Kato, 2005), em favor da tese de acesso indireto à GU na aquisição da segunda língua, argumenta que nesse processo: a) há o aprendizado de categorias funcionais que não existem na língua materna; b) não há nenhuma gramática intermediária que seja totalmente estranha aos princípios da GU; c) os aprendizes exibem conhecimentos que extrapolam o “input”; d) em alguns casos, o estado estabilizado, se assemelha ao do falante nativo.

bilingüismo universal de Roeper (2000)¹¹ para explicar como a GU serve de base para o conhecimento lingüístico do letrado.

Segundo Roeper (2000) todo falante é potencialmente um bilíngüe, isto é, pode selecionar ambas as opções de um único parâmetro. O bilíngüe *stricto sensu* é aquele que tem as duas gramáticas, G1 e a G2, com o mesmo estatuto, e o bilíngüe latente aquele que pode ativar a MDG (Minimal Default Grammar, um parâmetro “default”)¹² numa situação de aquisição de uma nova língua ou mesmo para criar ilhas de variação gramatical dentro da mesma língua.

A proposta de Roeper, que pode ser interpretada como uma hipótese de acesso total e, também, como hipótese de acesso indireto à GU, através da gramática periférica, considera a situação de bilingüismo *stricto sensu* e a de bilingüismo desigual, com G1 na gramática nuclear e G2 na periferia marcada.

Com base na tese de Roeper, Kato propõe a hipótese de que o falante letrado é um bilíngüe “desigual”, que tem em sua língua-I uma periferia marcada maior do que a dos não letrados. Segundo a autora:

“Essa periferia marcada pode se manifestar por conjuntos lexicais marcados, isto é, itens que não se comportam como os demais em relação a um valor do parâmetro selecionado na gramática nuclear, ou ainda por uma mini-gramática selecionada por gênero, também distinta da gramática nuclear”. (Kato, 2005, p.13)

¹¹ Segundo Roeper (2000), todo falante é potencialmente um bilíngüe “*stricto sensu*” – aquele que tem a G1 e a G2 com o mesmo estatuto –, ou um bilíngüe latente – aquele que pode ativar a MDG (Minimal Default Grammar, um parâmetro “default”) numa situação de aquisição de uma nova língua ou mesmo para criar ilhas de variação gramatical dentro da mesma língua. A proposta de Roeper pode ser interpretada não somente como hipótese de acesso total, mas também como hipótese de acesso indireto à GU, através da periferia marcada. Ao contrário do bilíngüe “*stricto sensu*”, o bilíngüe latente é um bilíngüe desigual, com G1 na gramática nuclear e G2 na gramática periférica.

¹² Para Roeper dos valores de um parâmetro um é o “default” (MDG). Diferentemente do que propõe a teoria psicolingüística, segundo o autor, mesmo depois de descartado o parâmetro “default” permanece latente no conhecimento do indivíduo.

Kato afirma, ainda, que a G2, diferentemente da G1, é formada de fragmentos superficiais de uma gramática constituída pela fixação de parâmetros e, nesse aspecto, a G2 parece se constituir não por seleção paramétrica, mas por regras estilísticas, selecionadas arbitrariamente de gramáticas passadas ou emprestadas da gramática portuguesa¹³. Todavia, a autora conclui que:

[...] as gramáticas nucleares ficam restritas ao conhecimento acessível de qualquer ser humano, enquanto tudo o que nos diferencia se encontra nessa periferia que expande nossa Língua-I. Embora o que constitui a G2 tenha a natureza de “regras estilísticas”, o fato delas serem selecionadas de um acervo de construções originárias da GU, seja da gramática do falante do século XIX, seja do falante português, faz delas um sub-produto da nossa GU (Kato, 2005, p.14).

As hipóteses e considerações feitas por Kato sobre a natureza do conhecimento lingüístico do falante letrado dão sustentação à hipótese, proposta neste estudo, de que as relativas genitivas convencionais introduzidas pelo pronome relativo *cujo* não fazem parte do conhecimento lingüístico da criança, mas são aprendidas formalmente por meio da escolarização. Sustento, ainda, a hipótese de que o processo de aprendizagem dessas relativas é similar ao processo de aquisição de uma língua estrangeira¹⁴, no sentido de que uma e outra são adquiridas por meio de um processo consciente, ordinariamente vagaroso e não

¹³ É importante observar que as bases para essas considerações estão em Meisel (1991), que propõe que, do ponto de vista comportamental, o processo de aprendizagem de L2 é mais consciente, mais lento e sensível à correção e a dados negativos, e do ponto de vista lingüístico a aprendizagem se dá **por regras** e não por **princípios e parâmetros**; outra fonte para sustentação dessa argumentação está em Kato (1994), que apresenta os erros de esquiva e hipercorreções como evidências lingüísticas de que a morfossintaxe aprendida na escola tem estatuto estilístico e não gramatical.

¹⁴ Neste texto não faço distinção entre “aquisição de segunda língua” ou “L2” e “aquisição de língua estrangeira”, entretanto, proponho que os processos de aquisição de L2 e aquisição da escrita são similares somente quando a língua estrangeira é aprendida por meio do ensino formal em sala de aula, em uma comunidade onde essa língua alvo não possua função social e/ou não seja um meio de comunicação necessário.

instantâneo, socialmente motivado e não biologicamente determinado e, geralmente, iniciado após a idade crítica para a aquisição¹⁵, dando margem, assim, a mais diferenças individuais.

Ainda nessa linha de análise, retomo os termos empregados por Kato (com base em Roeper, 2000), para propor que parte dos sujeitos testados neste estudo é bilíngüe desigual, que tem em G1 a relativa vernacular e em G2 a relativa convencional, sendo que G1 e G2, convém reiterar, não têm a mesma natureza: esta se constitui por regras estilísticas enquanto aquela por regras paramétricas¹⁶.

¹⁵ A importância que se dá ao que se denomina idade crítica para aprendizagem da segunda língua advém dos estudos neurofisiológicos, que fazem distinção entre a aquisição de língua materna e aquisição de segunda língua com base no fator idade. De acordo com a Hipótese do Período Crítico (ver Celce-Murcia, Brinton & Goodwin, 1987), somente a criança adquire linguagem de maneira ideal porque o cérebro ainda é capaz de adaptar suas estruturas às línguas específicas. Após a idade crítica, o cérebro perde essa flexibilidade e a aquisição de linguagem torna-se menos eficaz.

¹⁶ Para essa análise, aceito a idéia de que as regras estilísticas são subprodutos da GU.

Capítulo II

ESTUDOS SOBRE AS RELATIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

As orações relativas têm despertado o interesse de estudiosos de diferentes áreas. Além de estudos que adotam uma perspectiva variacionista *e/* ou tratam da configuração sintática das estruturas relativas (Mollica, 1977, Tarallo, 1983, Corrêa, 1998, entre outros), pode-se citar pesquisas na área da psicolinguística, que tratam, principalmente, da aquisição tardia das relativas pela criança (Sicuro Corrêa, 1986/1989; Grolla, 2000; Lessa de Oliveira, 2003, para argumento em contrário, entre outros), e das dificuldades do processo de aquisição (Sicuro Corrêa, 1989; Perroni, 2001), estudos que tratam da compreensão de sentenças contendo relativas (Da Matta, 1999), e dificuldades na produção escrita (Souza e Silva, 1981). Observa-se o interesse por essas estruturas também em pesquisas sobre agramatismo, dada a dificuldade observada em pacientes para entender certos tipos de orações relativas ante a supressão das pistas semânticas e pragmáticas (Gregolin-Guindaste, 1996).

Neste capítulo, apresento alguns trabalhos sobre as construções relativas no PB. Parto de algumas considerações sobre os mecanismos interpretativos que operam nessas construções. Em seguida, apresento o fenômeno nas gramáticas normativas (seção 2.2) e, a este levantamento, apresento a resenha de alguns estudos sobre a relativização no PB (seção 2.3), sendo que, no decorrer dessa seção, discorro sobre o estatuto da partícula *que* introdutora das relativas vernaculares e das relativas de sujeito e objeto. Na seção 2.4 apresento dados referentes às estratégias de relativização no PE. Em 2.5 apresento dados sobre as dificuldades da produção escrita, e, por fim, na seção 2.6 acrescento alguns dados sobre as dificuldades do processo de aquisição e compreensão das relativas, buscando confrontar a díade fala /escrita.

2.1 Considerações sobre a sintaxe das relativas convencionais

As orações relativas modificam o sintagma nominal, razão pela qual as gramáticas tradicionais as denominam orações adjetivas. Para dar conta dessa relação Chomsky (1977) propõe que essas orações são derivadas pela “regra de movimento QU”. Essa regra estabelece que um NP-QU na oração relativa é movido para a posição COMP, conforme exemplo abaixo:

(2.1) [DP o homem_i [CP que_i [IP eu vi (t)_i trabalha no mercado]]].

A análise de Haegeman (1991) detalha essas construções, tornando mais visível a natureza das relações entre os elementos envolvidos nessa estrutura.

A autora evidencia, inicialmente, que a estrutura relativa contém um NP complexo, ou seja, um NP modificado por um sintagma oracional. Assim, em (2.1) o NP *o homem* é modificado por um CP (clause phrase), sendo que a subordinada CP é uma adjunção ao nome.

Nesse modelo, é possível considerar a estrutura de superfície (estrutura S) e a estrutura profunda (estrutura P). Na estrutura superficial de orações relativas temos que o movimento do sintagma QU para Comp deixa uma categoria vazia na posição original do NP-QU.

Assim, retomando o exemplo (2.1), nota-se que em lugar de um argumento interno lexical, o verbo *vi* é seguido de uma categoria vazia, interpretada sintaticamente como um vestígio da palavra QU movida e, semanticamente, como uma variável lógica cujo valor é interpretado pelo elemento movido em operador lógico nessa posição.

Note-se que os constituintes QU, por sua natureza sintagmática, ocupam a posição de Especificador (Spec) de CP, uma posição A', não argumental. A categoria sintagmática é

constituída pela projeção em estrutura X', dada a proposição da projeção de categorias funcionais, e este elemento QU é a categoria funcional COMP ou C.

Considerando, ainda, a relevância da hipótese de que a formação de oração relativa envolve movimento, há que se considerar que essas orações estão sujeitas à condição de subjacência do movimento.

Esses esclarecimentos gerais sobre o processo gramatical que envolve a estrutura contendo relativa visam contribuir para a análise das estruturas produzidas pelos alunos em face do exercício escolar, principalmente no que diz respeito às diferenças entre essa relativa convencional e a relativa vernacular.

2.2 O fenômeno nas gramáticas tradicionais

Um levantamento do fenômeno construções relativas nas gramáticas normativas é suficiente para evidenciar que essa literatura teórica, a mais difundida entre os falantes, continua excluindo de seu escopo as múltiplas e significativas mudanças ocorridas no PB. Embora os estudos lingüísticos das últimas décadas revelem que as estratégias de relativização vernaculares são frutos da reorganização do sistema pronominal do PB, ocorrida a partir do século XIX, o uso dessas relativas, acoimadas de incorretas, ainda não veiculam na maioria dos manuais de gramática.

No que se refere especificamente aos pronomes relativos, os manuais de gramática apresentam a seguinte definição: são aqueles que normalmente se referem ao termo anterior (Cunha 1978:241, Cunha e Cintra 2001:344, Cegalla 1984:154, Bechara 2001:171) e

permitem reunir duas orações numa só frase (Cegalla 1984:155), ou seja, desempenham o papel de “elo subordinante da oração que iniciam” Cunha e Cintra (2001, p. 344).

As gramáticas apresentam, ainda, as formas variáveis e invariáveis desses pronomes: qual, o qual (a qual, os quais, as quais), cujo (cuja, cujos, cujas), que, quanto (quanta, quantos, quantas), onde, e os classificam em¹⁷:

Que é o relativo básico, empregado como referência à pessoa ou coisa e como iniciador de orações restritivas e explicativas.
O qual também se refere à coisa ou pessoa, e pode substituir o pronome “que”, com antecedente substantivo, em orações adjetivas explicativas.
Quem só se emprega com referência a pessoas ou coisas personificadas e sempre aparece precedido de preposição.
Cujo , sempre empregado com função adjetiva, é relativo e possessivo, equivalente pelo sentido a “do qual”, “de quem”, “de que”.
Quanto tem por antecedente os pronomes indefinidos (tudo, todo, todos, todas, tanto).
Onde desempenha a função de adjunto adverbial.

Os autores observam, ainda, que, ao contrário das conjunções, simples conectivos, os pronomes relativos desempenham sempre uma função sintática nas orações que encabeçam.

Em Cunha (1978) e Cunha e Cintra (2001), encontramos exemplos de pronomes relativos com função de sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adverbial, agente da passiva.

Com relação ao uso do **cujo** essas gramáticas apontam para um consenso: é um pronome relativo que exerce a função de adjunto adnominal do substantivo seguinte com o qual concorda em gênero e número, e estabelece uma relação de posse entre um antecedente e um conseqüente.

¹⁷ Quadro formulado a partir das definições apresentadas nas gramáticas de Cunha (1978), Cegalla (1984), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2001), já mencionadas.

As restrições quanto ao uso “correto” do pronome também são recorrentes: é erro empregar *cujo* como sinônimo de *o qual, a qual, os quais, as quais*, precedido de preposição ou seguido de artigo (Bechara, op. cit.), e é erro o uso do artigo definido no sintagma introduzido pelo pronome relativo *cujo*. Segundo Neves (2000) o emprego indevido do artigo talvez ocorra “pela falsa idéia de que o som vocálico final desse pronome relativo represente a existência do artigo definido, e que, então, esse elemento deve ser registrado na grafia”.(p. 372)

A hipótese de Neves é discutível, pois pressupõe que, em alguns casos, mesmo após vários anos de escolarização, o falante faz uso da escrita fonográfica, bastante comum somente nos casos em que o falante desconhece as regras e códigos da gramática tradicional. Além disso, conduz à conclusão de que o falante, todas as vezes que empregar um termo terminado em som vocálico, estabelecerá uma correspondência sonora com a fala, concluirá que o som vocálico se refere a um artigo definido e registrará esse artigo na escrita. Assim, não seria exagero considerar a possibilidade de o mesmo ocorrer com o pronome *quanto*, também variável¹⁸.

Buscando descrever o uso da estratégia vernácula, Bechara (2001) apresenta a noção de relativo universal, que, segundo o autor, é o relativo despido de qualquer função sintática¹⁹, um simples transpositor oracional. “A função que deveria ser desempenhada pelo relativo vem mais adiante expressa por um substantivo ou pronome precedido de preposição” (BECHARA,2001:201)²⁰, conforme exemplos:

¹⁸ Retornarei a essa discussão no capítulo 5.

¹⁹ A noção de que o pronome universal é desprovido de função sintática não é consensual. Como veremos mais adiante, no estudo de Tarallo (1983) o *que* é interpretado como complementizador, Cohen (1986/1989) e Kato (1993) interpretam o *que* como pronome relativo.

²⁰ É importante notar que essa noção já aparece em “Lições de Português pela Análise Sintática” (Bechara,1964).

- (2.2) a. *Ali vai o menino que eu falei com ele*, **em lugar de**
- b. *Ali vai o menino com quem eu falei.*
- c. *A amizade é coisa que nem sempre sabemos seu significado*, **em lugar de**
- d. *A amizade é coisa **cujo** significado nem sempre sabemos.*

A noção de pronome universal busca apresentar o uso das construções relativas já descritas por Amaral (1920) em *O dialeto caipira*, e analisadas por Lemle (1978) como um caso de variação dialetal, estudos que serão apresentados na próxima seção.

Cabe enfatizar que, segundo a gramática normativa, é erro empregar o pronome universal, já que a estratégia preposicionada é a única correta para os sintagmas preposicionais, entretanto, na gramática de Bechara há referência à praticidade desse elemento lingüístico.

Outro aspecto sobre as construções com o relativo **cujo**, relacionado à função sintática de adjunto adnominal, deve ser considerado quando focamos a gramática normativa.

Marques e Campos (2003) evidenciam que há no PB uma tendência à ampliação dos contextos de ocorrências do pronome **cujo**, sendo que esse processo de expansão relaciona-se à gramaticalização desse pronome.

Ao examinar 50 ocorrências de construções relativas com o emprego de **cujo**, todas extraídas de textos dissertativos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, as autoras encontraram 11 (22%) ocorrências do pronome como complemento nominal. Observe-se o exemplo abaixo:

- (2.3) São comentários, em artigo por artigo, da lei nº 10.259/91, **cuja** aplicação é destacada por Vilson Darós, no prefácio, dizendo-a “avanço enorme”.

(2.4) Além de animais não tão comuns no dia-a-dia gastronômico como cervo, cateto (espécie de porco-do-mato), pombo e jacaré, há receitas de carnes **cujo** consumo vem aumentando, como avestruz e javali, que possuem menor teor de gordura e grau calórico.

Entre as gramáticas examinadas, somente a de Neves (2000, p. 368, grifo da autora) menciona a possibilidade do constituinte introduzido por **cujo** corresponder a um complemento nominal. Ela escreve:

Em princípio, só constituintes iniciados por *de* podem corresponder a um constituinte relativo introduzido por **CUJO**. Entretanto, ocorrem estruturas relativas em que o constituinte introduzido por **CUJO** corresponde a um complemento nominal normalmente iniciado por outra preposição.

São da autora os seguintes exemplos:

(a) *Consultou os papéis abertos ao público e também semiclassificados **CUJO** acesso é mais reservado.* (= acesso a papéis).

(b) *O coordenador do trabalho, Marty Rimm, admitiu que seu universo era pequeno demais e levava a distorções, já que incluiu micros de redes particulares, **CUJO** acesso é rigorosamente controlado e só permitido a adultos.*(= acesso a redes).

Para Marques e Campos (2003) o uso do **cujo** como complemento nominal decorre de um processo de gramaticalização desse pronome relativo. Em alguns contextos, o pronome e a preposição perdem o traço lexical e passam a ser empregados como categoria puramente funcional, conforme demonstrado abaixo:

Item de significado pleno	>	Palavra gramatical
CUJO adjunto adnominal + posse	> - posse >	CUJO complemento nominal

Nesse processo é relevante o fato de núcleos como *aplicação* (exemplo 2.3) e *consumo* (exemplo 2.4) serem formados por nominalização de itens deverbiais [+N], pois nomes e adjetivos não podem atribuir Caso e, assim, seus argumentos devem ser licenciados pelo Caso Oblíquo, atribuído pela preposição funcional, inserida na oração com o fim de licenciar os DPs²¹.

A gramaticalização do pronome *cujo* e a conseqüente expansão de seus contextos de ocorrência na língua escrita, segundo Marques e Campos, deve-se ao dinamismo próprio das línguas naturais. Inicialmente essa proposição parece contraditória, visto que o uso do pronome *cujo* no PB não é freqüente, entretanto, é necessário notar que os dados desse estudo são oriundos de textos dissertativos escritos veiculados em jornal e, nesse tipo de texto e particularmente nesse veículo de comunicação, é comum o emprego de construções formais. Assim, é possível contemplar a hipótese de que o contexto sintático de emprego desse pronome tende a expandir-se à medida que aumenta a ocorrência de uso.

Cabe ressaltar, entretanto, que se há gramaticalização o fenômeno não é recente, pois o emprego do pronome relativo *cujo* como complemento nominal já faz parte da gramática do português há alguns séculos. Em Santos Silva (em fase de elaboração)²², ao analisar documentos dos séculos XVIII e XIX, evidenciei que já nesse período o pronome *cujo*, em alguns contextos, era empregado como complemento nominal, conforme demonstrado no exemplo abaixo:

²¹ Sigla para *Determiner Phrase*. Neste estudo considerarei as siglas em inglês, assim NP (Noun *Phrase*) para sintagma nominal, CP para complementizador, PP para sintagma preposicional, etc.

²² Santos Silva, H. **A construção relativa genitiva nas Cartas de Aldeamento.**

(2.5) “...As testemunhas, que virão escrever asua declaração, julgarão se perdidas, sesenão fossem delatar a SaLa, de **cuja** delatação resultou, que...”²³

Afirma-se, assim, a necessidade de uma pesquisa mais abrangente para testar a hipótese da gramaticalização, tarefa que não será realizada neste estudo.

2.3 Estudo das relativas no PB

2.3.1 As variantes vernaculares

O estudo de Amadeu Amaral (1920), destacado na bibliografia lingüística pelo pioneirismo e vanguardismo das idéias veiculadas, procura apontar alguns fatos lingüísticos que diferenciam o português do Brasil do português europeu. Seu estudo, embora voltado aos aspectos fonológicos e lexicais do PB, apresenta importantes referências à sintaxe. No tópico dedicado à construção das orações relativas, o autor propõe:

Nas orações relativas não se emprega senão *que*. Nos casos que, em bom português, reclamam este pronome precedido de preposição, o caipira desloca a partícula, empregando-a no fim da frase com um pronome pessoal [...]. Frequentemente se suprimem de todo a preposição e o pronome pessoal, e diz-se: a casa que eu morei, o livro que eu falei, ficando assim a relação apenas subentendida[...]. Os relativos *o qual*, *quem* e *cujo* são, em virtude do processo acima, reduzidos todos a *que*.

²³ Administração pública. BARBOSA, Afranio Gonçalves. Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1999. 484 fl. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, pág. 463-468. distribuída por afraniogb@letras.ufrj.br

Em Portugal observa-se entre o povo idêntico fenômeno, isto é, essa tendência para a simplificação das fórmulas das orações relativas. Lá, porém, tais casos são apenas freqüentes, e aqui constituem regra absoluta entre os que só se exprimem em dialeto, - regra a que se submetem, sem o querer, até pessoas educadas, quando falam despreocupadamente [...]. Outra observação: lá, o relativo *quem* precedido de *a* se resolve em *lhe*, e aqui só se substitui por *pra ele*. Assim a frase - "o menino a quem eu dei meu livro" será traduzida, pelo popular português: "o menino que eu lhe dei um livro"; pelo nosso caipira: o minino que eu dei um livro pra ele (ou prêle). (Amaral, 1920, p. 27)

O estudo de Amaral tem por objetivo registrar a variedade do português usada pelas camadas sociais mais baixas, "da gente inculta", comparativamente ao uso do português europeu. Assim, o estudo teórico da variabilidade nas estruturas de relativização realizou-se somente muito mais tarde, com os trabalhos de Lemle (1978), Kato (1981), Tarallo (1983), entre outros. Com o objetivo de trazer mais esclarecimentos sobre as questões que envolvem o uso e a estrutura de orações relativas, uma síntese desses e de outros estudos mais recentes será apresentada nesta subseção.

Lemle (1978) analisa as estratégias de relativização vernaculares, denominadas, em seu estudo, relativa cortadora, em que há apagamento das preposições e também do pronome, e relativa copiadora, em que o lugar vazio é preenchido por um pronome cópia correferencial do relativo, conforme exemplos abaixo:

(2.6) a. O livro que a capa é amarela sumiu.

b. O livro que a capa dele é amarela sumiu.

Segundo Lemle, essas duas estratégias de relativização devem ser interpretadas em termos sociais e regionais como um caso de heterogeneidade e, ainda, devem ser interpretadas como um mecanismo de prevenção às ambigüidades presentes na relativa convencional,

conforme exemplos:

(2.7) a. Estou procurando a toalha que ele disse que secou.

b. Estou procurando a toalha. Ele disse que ele secou a toalha.

c. Estou procurando a toalha. Ele disse que essa toalha secou.

d. Estou procurando a toalha que ele disse que secou ela.

e. Estou procurando a toalha que ele disse que ele secou.

A relativa em (2.7-a) apresenta duas leituras possíveis, (2.7-b) e (2.7-c), sendo que essas interpretações tomam no dialeto convencional as formas (2.7-d) e (2.7-e), livres de interpretações ambíguas. Assim, o dialeto vernacular, apesar de estigmatizado, seria tomado pelo falante como socialmente melhor.

Kato (1981), retomando os estudos de Lemle, confirma a alternância entre variante convencional e vernacular. Entretanto, para Kato a alternância entre as estratégias de relativização parece determinada por fatores psicolinguísticos. Segundo a autora, trata-se de um caso de variação linguística de cada falante, o qual tem duas gramáticas paralelas e, condicionado por fatores linguísticos (a posição da cláusula relativa e a função do elemento relativizado), pode fazer alternância entre uma e outra. Dessa forma, o uso da estratégia convencional estaria ligado às situações de formalidade e resultaria da intervenção escolar. Os exemplos abaixo possibilitam a análise:

(2.8) a. Os países que eles podem contar conosco...

b. Os países que podemos contar com a colaboração deles...

c. Os países **com cuja** colaboração podemos contar...

Para Kato, (2.8-b) é mais fácil de processar do que (2.8-c) dado que a ordem canônica de (2.8-b) não é alterada, enquanto em (2.8-c), além de ter sua ordem alterada, apresenta a seqüência PREPOSIÇÃO + PRONOME RELATIVO, estratégia comumente rejeitada pelos falantes do PB, conforme comprova o estudo posterior de Corrêa (1998).

A motivação inicial para a alternância não é, portanto, a prevenção de ambigüidade, como propôs Lemle, mas a dificuldade de processamento:

Podemos expandir então a explicação funcionalista afirmando que um processo de relativização é preferido ao outro em função da dificuldade /facilidade de processamento que ele ocasiona nos vários contextos lingüísticos. Tal fato corroboraria a hipótese funcionalista de que a forma das gramáticas é determinada por fatores perceptuais de que dependeria o processamento das sentenças. (Kato, 1981, p. 07)

A hierarquia da acessibilidade (HA) de Keenan e Comrie (K & C)²⁴, segundo Kato, dá conta de explicar essa variação idioletal. Em PB, se um falante usa a estratégia convencional e a vernacular para relativizar, esta última atuará como estratégia secundária para atenuar problemas de processamento. A hipótese prediz que se um falante usar a estratégia convencional para relativizar as posições mais baixas na HA – aquelas em que o NP relativizado é regido por preposição –, ele deverá relativizar todas as posições superiores na hierarquia com essa mesma estratégia.

A conclusão final é a de que para as posições mais baixas na HA, dada a dificuldade

²⁴ Na trajetória dos estudos sobre as ordens das palavras é possível encontrar várias referências às orações relativas, entretanto, somente em Keenan e Comrie (1977) observou-se a importância dessa ordem como uma tendência universal no processo de relativização. De acordo com esses autores, a hierarquia da acessibilidade (HA) assume a seguinte formalização: a dificuldade no processamento da relativa está relacionada à posição do NP relativizado, sendo: sujeito > objeto direto > objeto indireto > oblíquo > genitivo > objeto de comparativo. Constatando a existência de mais de uma estratégia de relativização nas diferentes línguas do mundo, os autores propõem algumas restrições para explicar a distribuição dessas estratégias na HA: as gramáticas das línguas devem apresentar uma estratégia primária de relativização, ou seja, apresentar uma estratégia que pode ser usada para relativizar a posição de sujeito; as estratégias de relativização devem aplicar-se a um contínuo da HA, portanto, se uma estratégia primária pode aplicar-se a uma posição mais baixa na HA, então poderá ser usada nas posições mais altas. Em outras palavras, se uma estratégia aplicar-se ao sujeito e ao genitivo, a mesma estratégia será aplicada a todas as outras posições (OD, OI, OBL). Assim, a relativização somente do genitivo não é possível, mas a relativização somente do sujeito, que é a posição mais alta na hierarquia, é possível.

de processamento, a estratégia vernacular se sobrepõe à estratégia convencional do pronome relativo. É importante considerar que, segundo Kato, a posição do NP na HA é somente um dos fatores que influenciam na alternância de uso entre a estratégia convencional e a vernacular. Outras restrições de natureza estritamente lingüísticas (mas não ligadas apenas à relativização) e de natureza psicolingüística também determinam a opção do falante por uma ou outra estratégia.

Kato propõe, ainda, que pode haver uma correlação entre o fenômeno da relativização e a pronominalização em contexto de coordenação, de tal modo que seja possível dizer que a relativa copiadora está para a anáfora pronominal, assim como a relativa cortadora está para a elipse na coordenação, conforme exemplo abaixo:

- (2.9) a. Eu descasquei as laranjas e Pedro as comeu.
a'. Encontrei a revista cuja capa estava rasgada.
- b. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu elas.
b'. Encontrei a revista que a capa dela estava rasgada.
- c. Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu Ø
c'. Encontrei a revista que a capa Ø estava rasgada. (op. cit., p.13)

A hipótese de vinculação entre a relativização e as estratégias anafóricas é retomada por Tarallo (1983). Em seu estudo diacrônico sobre as estratégias de relativização no português oral do Brasil, o autor demonstra que a estratégia cortadora – denominada em seu estudo de Prepositional Phrase Chopping –, está ligada ao uso que o falante faz de elipses em outros contextos anafóricos, entretanto, essa relação não é tão direta como propõe Kato. O que

Tarallo sustenta é a idéia de que o surgimento da relativa cortadora está intimamente ligado a um drástico processo de reorganização do sistema pronominal do PB, em que se verifica o apagamento dos pronomes nas orações principais, das posições mais altas da escala sintática (Sujeito, Objeto Direto), até as mais baixas, movendo-se para as relativas e outras subordinadas.

Ainda com relação à hipótese implicacional proposta por Kato (1981), considerando as proposições de Kato (1994), é necessário observar que, de acordo com alguns estudos sobre os clíticos no PB (Averborg, 2000 e Cordeiro, 2001, apud Oliveira, 2004) e de estudos sobre relativas com emprego do pronome *cujo* (Oliveira 2004), tanto o clítico acusativo de terceira pessoa quanto o pronome relativo *cujo* são aprendidos formalmente e tornam-se mais freqüentes na escrita dos estudantes nas últimas séries do ensino. Assim, pode-se dizer que, com a intervenção da escola, essas formas lingüísticas passam a ser usadas de forma significativa em seu texto escrito formal²⁵. Conforme propõe Oliveira (2004, p.16)

Apesar do domínio precário do uso do clítico acusativo de 3ª. pessoa e do pronome relativo *cujo*, pode-se afirmar que esses dois elementos são interpretados pelos alunos como marcas do português culto. Portanto, ainda que esses elementos estejam em extinção na língua oral, e até mesmo na fala culta, eles estão bem vivos como “morfologia estilística”.

Partindo da correlação entre esses dois pronomes, suponho que a correferencialidade proposta por Kato seja efetiva somente em textos escritos, de alto grau de formalidade, produzidos por falantes letrados.

Com relação à linguagem oral, a correlação entre clítico e pronome relativo genitivo não é evidente. Tarallo (1983) observa que em seus dados orais (45 horas de gravação) não

²⁵ De acordo com Mollica (2006) o uso das formas inovadoras, próprias da linguagem oral, aparece com mais freqüência em textos menos formais, sendo evitadas em textos que apresentam alto grau de formalidade : “é menos provável a migração de inovações lingüísticas em editoriais, por exemplo, e mais esperado em cartas e horóscopo[...]” “Pode-se sugerir um princípio de que variantes inovadoras “preferem” textos, digamos, “mais vulneráveis” que, no *continuum* fala/escrita, carregam traços de oralidade em função de características de gênero discursivo e de nível de formalidade discursiva, assim como de tipo de veículo de informação” (p. 167-171).

encontrou nenhuma ocorrência de clítico como a que aparece em (2.9-a), mas observou a ocorrência de estruturas como (2.9-a') entre falantes da classe alta.

No caso das relativas, parece que as estratégias convencional e cortadora são bem aceitas no PB (Souza e Silva 1981, Tarallo 1983, Corrêa 1998), assim, essa última é freqüentemente empregada na fala de indivíduos das mais variadas classes sociais. Por outro lado, convém notar que alguns falantes cultos, principalmente os mais velhos e os que precisam usar a estratégia de prestígio para alcançar sucesso no trabalho, fazem uso da relativa convencional com emprego do *cujo* em situações formais (Corrêa, 1998). Com relação ao preenchimento pronominal, o uso do pronome tônico na posição de objeto é bem aceito em construções complexas, mas estigmatizado em construções simples (Duarte, 1986).

Concluídas as observações sobre a hipótese implicacional de Kato (1981), convém olhar mais atentamente as variantes vernaculares,

De acordo com Tarallo (1983), a regra PP-chopping (cortadora), que ocorre somente quando o NP relativizado é objeto de preposição, começa a aparecer na metade do século XIX, conforme se vê na tabela abaixo:

Tabela 2.1 – Frequência de uso de três estratégias de relativização.

	I (1725)	II(1770)	III(1825)	IV(1880)
PDP	99(89.2%)	89(88.1%)	73(91,3%)	63(35,4%)
RP	11(9.9%)	8(7.9%)	1(1.3%)	9(5.1%)
PP	1(0.9%)	4(4.0%)	6(7.5%)	106(59.5%)
Key: PDP = pied piping, RP = resumptive pronoun, PP = prepositional phrase-chopping				

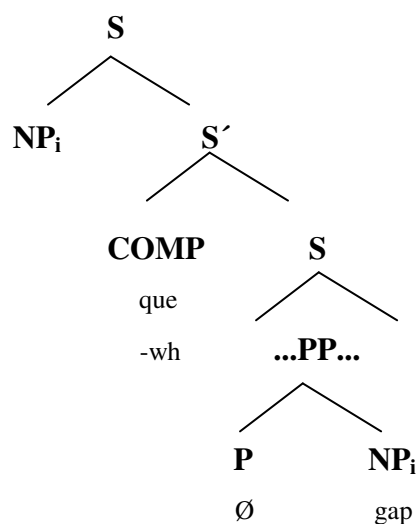
(Tarallo, 1985, p.371)

Observa-se que no período IV, a variante inovadora passa a ser a principal estratégia de relativização no PB. A mudança, segundo Tarallo, decorre da perda da retenção pronominal: à elipse pronominal segue-se a elipse da preposição, antes não permitida, o que

explica o aparecimento da regra PP-chopping, em que há apagamento do NP relativizado e da preposição regente, conforme exemplo abaixo.

(2.10) É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (com) (e), ela não fica esquentando a cabeça. (op.cit., p.3)

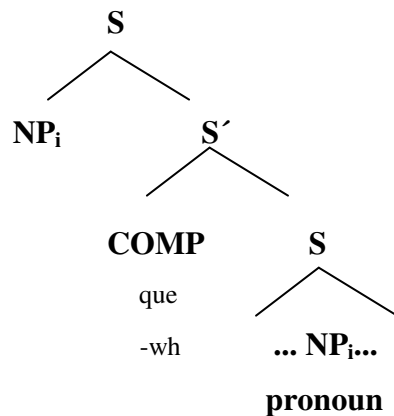
A representação proposta por Tarallo para a regra PP-chopping, é a seguinte:



Na *estratégia com pronome resumptivo*, a lacuna é preenchida por uma forma pronominal correferente do NP cabeça da relativa. A estrutura em (2.11) exemplifica e a figura abaixo representa a variante:

(2.11) Você acredita que um dia teve uma mulher que ela queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone.

=You believe that one day there was a woman that she wanted us to interview her through the intercom. (op. cit, p.2, grifo do autor)



Nas representações das duas estratégias vernaculares não há correferência entre o NP e o QU em Comp, já que, segundo Tarallo, em ambas as estratégias o que é sempre um complementizador, análogo ao que temos nas estruturas subordinadas.

Os dados diacrônicos de Tarallo (1983) mostram que, diferentemente da regra PPC, oriunda da mudança no sistema pronominal do PB, a estratégia com pronome resumptivo coexiste no sistema há muito tempo e, conforme a tabela 2.1, manteve-se estável e constante no decorrer dos séculos XVIII e XIX. De acordo com Tarallo, essa estratégia resulta de uma regra para “nível inferior”, baseado na memória de “termos curtos” (Tarallo, 1985), ou pode constituir uma estratégia de relativização alternativa, associada a uma regra pronominal particular.

Os dados sincrônicos de Tarallo mostram que a estratégia com o pronome resumptivo, a mais estigmatizada entre os falantes do PB, é privilegiada nas camadas populares e evitada por falantes da classe alta. A estratégia PP-chopping, em qualquer dos grupos sociais (classe baixa, média e alta) é a principal alternativa de relativização, já a estratégia convencional, praticamente ausente nos dados sincrônicos orais²⁶, está presente nos dados diacrônicos e da mídia.

²⁶ Em seu estudo Tarallo analisou as relativas produzidas por falantes de três diferentes classes sociais (baixa, média e alta), todos da zona urbana de São Paulo. Nos dados produzidos por falantes da classe baixa a relativa com preposição não aparece; entre os falantes de classe média e alta essas construções são raras.

Em sua análise, Tarallo propõe que a relativa cortadora (PP-chopping) é oriunda de um processo de elipse operado na relativa resumptiva. Assim, o sistema de relativização vernacular no PB consiste na alternância entre o pronome e o “gap”.

Focalizando, então, esta partícula - o resumptivo -, o autor observou que a função sintática²⁷ é um dos fatores que interfere em sua ocorrência, ou seja, quando o NP relativizado ocupa funções mais baixas (objeto indireto, oblíquo e genitivo) é mais provável a presença do resumptivo. As seguintes variáveis lingüísticas também são relevantes: a posição da relativa à direita da matriz; a posição [+ distante]; o tipo não restritivo; o processamento depois de uma construção existencial, os traços semânticos [+animado], singular, indefinido, sendo que, independentemente da função sintática do NP relativizado, o traço [+animado] favorece a presença do resumptivo.

As constatações de Tarallo confirmam os dados apresentados no pioneiro estudo de Mollica²⁸ (1977), no qual a autora focaliza a presença / ausência de cópia (resumptivo) em sintagmas com posições de sujeito, complemento preposicionado e complemento não preposicionado e propõe a hipótese de que os traços semânticos [+ animado], indefinido, singular e a posição sintática [+ distante] favorecem a presença do resumptivo.

Por outro lado, nos estudos recentes sobre a aquisição das relativas pelas crianças algumas observações de Mollica e Tarallo, relativas à influência do traço semântico [+animado], não se confirmam. Perroni (2001), ao estudar a aquisição de orações relativas por duas crianças entre 2;0 e 5;0 anos de idade, conclui que, do total dos NPs relativizados, o

²⁷Com relação à função sintática, é importante observar que os dados de Tarallo demonstram maior ocorrência do pronome resumptivo na posição de sujeito do que na posição de objeto, fato que, isolado, poderia apontar uma inconsistência na Hierarquia da Acessibilidade. Entretanto, como propõem Tarallo e Kato (1989), no que tange ao PB deve-se levar em consideração a atuação de outras variáveis, como a tendência ao preenchimento lexical do sujeito, o desaparecimento dos clíticos e apagamento do objeto.

²⁸Note-se que as metodologias adotadas para análise dos fatores e interpretação dos dados em Mollica (1977) e Tarallo (1983) diferem em alguns pontos. Entretanto, apresentar a descrição exaustiva dos processos de análise e interpretação de dados em cada um dos autores em nada contribuiria para desenvolvimento deste estudo.

traço [- animado] é o que predomina nos dados de ambos os sujeitos. Para a autora, entretanto, seus dados não são suficientes para contrapor a hipótese de Tarallo (1983)²⁹:

Na verdade, as relativas copiadoras com pronome resumptivo, como já mencionado, são bem poucas nos dados, num total de apenas três ocorrências. Este resultado talvez possa ser explicado pelo fato de as funções relativizadas pela criança serem majoritariamente de sujeito [...] e de objeto [...], que são sintagmas não preposicionados em português. Com efeito, o objeto direto é a função que menos favorece o uso de resumptivos [...] (Perroni, 2001, p.68).

Note-se, ainda, que a baixa frequência de relativas copiadoras nos dados de Perroni também se revela como um argumento contrário à hipótese proposta por Tarallo (1983, p. 242) de que o pronome resumptivo pode ser frequentemente encontrado nos dados da criança.

Segundo Perroni, a presença do pronome resumptivo visa amenizar as dificuldades de processamento, assim, não seria comum sua ocorrência em relativas de sujeito e objeto, já que essas posições – mais altas – são as mais acessíveis à relativização.

Apesar da relevância do estudo de Perroni, este trabalho não se orienta por essa hipótese, já que estender essa análise implicaria a mobilização de conceitos bastante complexos relacionados à subárea da Psicolinguística conhecida como Processamento de Frases (*Sentence Processing*). Além disso, os dados apresentados aqui não sustentariam, com evidência, a hipótese de Perroni, pois do total de 3145 frases presentes nos dados apresentados e analisados nos capítulos 4 e 5, respectivamente, somente 7 (0,2%) são copiadoras. Reafirmo, entretanto, a intenção de colocar o tema em pauta.

A discussão sobre a aquisição das estruturas relativas – dificuldades do processo de aprendizagem, capacidade de compreensão e produção dessas estruturas na fala e na escrita - será retomada nas próximas seções.

²⁹ Perroni não faz referência ao estudo de Mollica (1977)

2.3.2 – Hipóteses sobre o estatuto do que: pronome relativo ou complementizador?

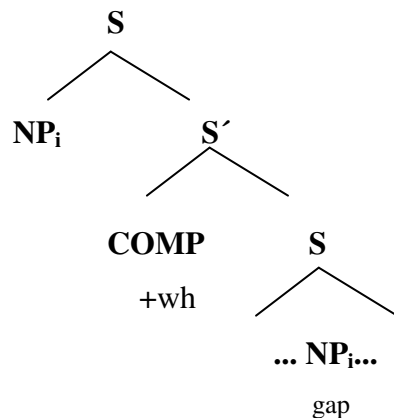
Na seção anterior apresentei duas (*PPC e com resumptivo*) das três estratégias de relativização apresentadas no estudo de Tarallo (1983). Conforme se observa na bibliografia até aqui apresentada sobre as relativas no PB, a definição dessas estratégias como vernaculares (populares ou não-padrão) não constitui problema para os estudiosos, pois, independentemente do referencial teórico adotado para representação de sua estrutura, é a ausência da preposição nas posições em que o NP é regido por preposição que caracteriza a estratégia vernacular.

Entretanto, para as relativas de sujeito e objeto direto, em que a preposição não está prevista, há análises divergentes. Conforme observou Kato (1981), a dificuldade de identificar a representação subjacente para relativas de sujeito e objeto direto deve-se ao fato de que nessas funções as relativas convencionais e cortadora apresentam o mesmo *output* fonético.

De acordo com a gramática normativa, tanto as relativas de sujeito e objeto direto quanto as preposicionadas contam com um pronome relativo. Assim, uma representação para essas relativas deve apresentar movimento-QU e correferência entre Q- em Comp e o “gap”, conforme representação abaixo³⁰:

(2.12) There are those that(e) could not care less, right? (Tarallo, 1983, p.1)

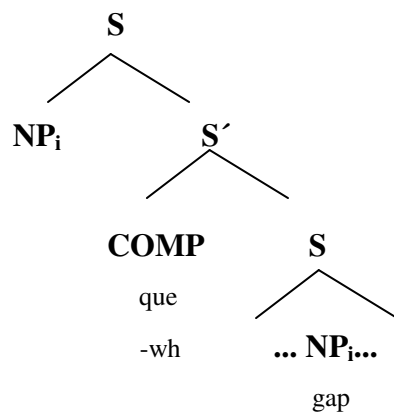
³⁰ É importante notar que as gramáticas normativas citadas neste estudo não propõem representação estrutural para as construções relativas.



Para Tarallo, essas relativas, denominadas em seu estudo de *gap-leaving variant*, apresentam a mesma estrutura da relativa PPC (cortadora), ou seja, o “*gap*” não deriva de movimento, mas de apagamento, assim, conforme se observa na figura abaixo, o Q- em Comp é um complementizador e não um pronome relativo.

(2.13) Tem as que (e) não estão nem aí, não é?

= There are those that (e) could not care less, right? (op.cit., p.1)



Tarallo propõe, portanto, que as relativas de sujeito e objeto direto, abundantes na fala dos brasileiros, não derivam do sistema convencional da língua, como propõem os gramáticos, mas do sistema vernacular, tais quais as estratégias PPC (cortadora) e com resumptivo (copiadora). De acordo com essa análise, derivam do sistema convencional somente as relativas preposicionadas e com pronome *cuj*o, praticamente ausentes na língua

falada, e as relativas de sujeito e objeto direto presentes na linguagem escrita e / ou na linguagem formal.

Para sustentar essa análise de que a relativização em PB é dada predominantemente por apagamento, Tarallo apóia-se nos seguintes argumentos:

- a) Em orações com pronome resumptivo não há categoria vazia, assim a relativa não pode ser derivada transformacionalmente pela regra de movimento QU. Desse modo, o “gap” só pode resultar de um processo de apagamento, seguindo o modelo prodrop.
- b) Algumas frases em PB, como 3.0.1 e 3.0.2³¹, geralmente aceitas pelos falantes nativos, violam a restrição de ilha sintática que incide sobre as regras de movimento.

(3.0.1) O homem que eu acredito no fato que Maria viu (e), veio me visitar. (op. cit., p. 17, numeração do autor).

(3.0.2) O homem que eu sei quando Maria viu (e), é meu primo. (op. cit., p. 17, numeração do autor).

Segundo Tarallo, a violação de ilha QU em (3.0.2) e do limite de NP complexo em (3.0.1), evidenciam que a derivação da oração relativa em PB é determinada por uma regra de apagamento.

³¹ Segundo Tarallo, a não aceitação dessas estruturas por alguns falantes nativos é um indicativo de que esses falantes estão seguindo a estratégia convencional, gerada por uma regra de movimento.

c) A presença, em PB, de duas posições em Comp – a posição +QU preenchida por pronomes relativos e interrogativos e a posição -QU, preenchida pelo complementizador –, que possibilitam estruturas como (2.14) abaixo, é mais um fato empiricamente testável que serve como suporte à hipótese de apagamento.

- (2.14) a. O que que você quer?
b. Quem que você viu?
c. Onde que você estava?

A análise proposta por Tarallo encontra sustentação em estudos anteriores sobre o francês (Guiraud, 1996) e sobre o francês de Montreal (Lefebvre e Fournier, 1978; Bouchard, 1982). Análises diferentes sobre o estatuto do que como complementizador ou relativo aparecem nos estudos de Wheeler (1981, apud Tarallo, 1983), que propõe que a partícula relativizada é um pronome relativo e a regra PPC é resultado de movimento para Comp e apagamento posterior do NP ou PP nessa posição; de Cohen (1986/89, apud Corrêa, 1998), que sugere uma regra de movimento para todos os casos de relativização em português: o elemento QU é movido para Comp e apagado nesta posição, posteriormente há inserção do complementizador na categoria vazia; de Kato (1993) que revê o estatuto de *que* em Comp, procurando eliminar os problemas apresentados nas análises anteriores.

Kato, partindo do estudo de Pontes (1987) sobre o PB como língua de proeminência de tópico, propõe a seguinte associação entre a formação de relativas e as construções de deslocamento à esquerda (LD)³²:

- (2.15) a. *Esse buraco*_i, taparam *ele*_i outro dia.

³² Kato (op. cit.) adota a abreviatura do inglês *Left Dislocation*, mantida neste estudo.

- b. *Essa cerveja*_i eu não gosto \emptyset _i.
- c. *O seu regime*_i entra muito laticínio \emptyset _i?
- d. *As cadeiras optativas*_i, ce precisa ter um conhecimento \emptyset _i bom antes. (Kato, op. cit., p. 230)

Segundo a autora, os NPs que ocupam a posição LD nas orações acima são os termos relativizados nas orações seguintes:

- (2.16) a. *O buraco* que taparam *ele* outro dia...
- b. *A cerveja* que eu não gosto ...
- c. *O regime* que entra muito laticínio...?
- d. *As cadeiras optativas* que cê precisa ter um conhecimento bom antes. (op. cit., p.30)

Assim, segundo Kato, o processo de relativização em todas as estratégias (exemplos a, b, c, d) é sempre o mesmo, há sempre uma ligação do operador relativo-Q com uma posição vazia na oração. Nesse contexto, a diferença entre as estratégias relaciona-se à posição dessa categoria vazia na sentença, e não à natureza categorial do Comp. Kato explica, ainda, que a GU (Gramática Universal) permite a ligação do operador relativo-Q a elementos que se encontram no interior de IP e também a elementos que se encontram fora de IP (=S), em deslocamento à esquerda (LD). Para explicar a noção de relativização a partir de LD, a autora propõe as seguintes possibilidades:

- (2.17) a. A moça [_{CP} com quem _i [_{IP} eu falei [_{PP} _i] ontem]
- b. A moça [_{CP} que _i [_{Top} _{t_i}]] [[_{IP} eu falei com ela _i] ontem]

Em (a) a relativização opera sobre o objeto do verbo, já em (b) o termo relativizado é o

NP na posição de LD (a moça). O pronome *que* está ligado ao seu vestígio em LD e este vestígio é correferente com o pronome pessoal *ela* dentro do IP.

Segundo a autora, a ausência do efeito ilha em sentenças contendo relativas com pronome resumptivo não se deve, portanto, à ausência de movimento, como propõe Tarallo, mas à possibilidade de uma LD poder manter uma relação de correferência com pronomes distantes, atravessando barreiras, uma vez que a correferência não se submete à subjacência.

A proposta de Kato, todavia, só se justifica se entendermos que LD é sempre regida por um núcleo que pode ser nulo ou lexical. A autora esclarece que “...todo LD bifurca-se em núcleo X^o + NP, podendo X^o ser uma preposição (sobre), uma locução (quanto a), um verbo (falando de), ou ainda um núcleo nulo, com possibilidade de interpretação de um predicador que confere ao NP o mesmo papel *Thema* atribuído pelas preposições *sobre*, *quanto a*, ou verbos como *regarding*, *concerning* etc.” (Kato, 1993, p.235). O núcleo nulo sempre atribui a LD caso acusativo e também papel-theta, como se observa nos exemplos abaixo:

(2.18) a. (Quanto ao rapaz _i), conversei com ele _i na festa. (op.cit.)

b. (∅ o rapaz _i), conversei com ele _i na festa. (op.cit.)


Kato observa, ainda, que a posição LD é a que oferece maior leque de possibilidades de relativização dentro da língua e a que menos exige em termos de custo derivacional, pois é uma posição gerada na base, podendo ser co-indexada com qualquer posição no interior da sentença, mesmo com posições dentro de ilhas.

De acordo com essa análise de Kato, a diferença entre a relativa convencional e a vernacular não diz respeito ao estatuto do *que* em Comp, pois a partícula *que* é sempre um pronome relativo extraído de uma posição não canônica, correferente à LD e ao pronome


resumptivo que se encontra no interior de IP. Dessa forma, a diferença entre a relativa convencional e a vernacular está na posição sintática que o termo relativizado ocupa.

A partir da proposta de Kato, com relação às relativas de sujeito e objeto, que apresentam o mesmo *output* fonético nas estratégias convencionais e vernacular (cortadora), tem-se as seguintes representações:


(2.19) O homem [que [_{Top} *t* [IP ele trabalha no mercado]]]



(2.20) O homem [que [_{Top} *t* [IP pro trabalha no mercado]]]



(2.21) O homem [que [IP *t* trabalha no mercado]]]

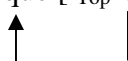


A presença do pronome lexical caracteriza a oração (2.19) como vernacular (copiadora), entretanto, a ausência do material fonético não deixa entrever se há ocorrência de relativa vernacular como em (2.20), ou se há ocorrência de relativa convencional, como em (2.21).


A diferença entre elas, como propôs Kato, é o lugar de extração do termo relativizado. Em (2.19) e (2.20) relativiza-se o pronome forte em Top e à esquerda do verbo há um pro em alternância com um pronome fraco, respectivamente, em (2.21), a categoria vazia não é um pro, mas um vestígio deixado pela aplicação da regra do movimento QU.

Corrêa (1998) propõe que quando o termo relativizado está distante de sua cabeça, como nos exemplos abaixo, haverá uma opção pelo movimento mais curto, ou seja, pela estratégia que envolve LD:

(2.22) a. O menino que [_{Top} *t* [IP a Maria pensa que [IP ele/Ø esteve aqui]]]



b. O menino que [IP a Maria pensa que [IP *t* esteve aqui]] (op.cit. , p.145, ex. 7.13)



Entretanto, essa hipótese não desfaz a ambigüidade de orações como (2.20) e (2.21), em que não há encaixamentos, pois, como afirma a própria autora:

[...] se considerarmos que o falante não sabe relativizar PPs a partir de posições internas da relativa, uma operação custosa, que carrega além do elemento Q- a preposição, podemos, em contrapartida argumentar que, como a posição do sujeito é a mais próxima possível da posição do relativo e não envolve preposição, o movimento (curto) de relativização a partir daí dar-se-ia sem problemas. (Corrêa, op.cit., p.147)

Por outro lado, qualquer argumento em favor da hipótese de que as relativas de sujeito e objeto direto são extraídas de dentro do IP, deixa sem resposta os casos em que a categoria vazia é preenchida por um pronome lexical quando deveria permanecer vazia. Assim, para Corrêa, mesmo em casos de movimentos curtos, a opção é sempre pela estratégia vernacular (cortadora), mesmo porque essa é a estratégia predominante na língua falada.

Contudo, em relação à argumentação de Corrêa, é necessário esclarecer o fato de que, apesar de o PB permitir uma alternância entre pro e o pronome resumptivo, nas relativas de sujeito e objeto direto essa alternância é quase inexistente, já que em 98% das relativas de sujeito em PB a categoria vazia não é preenchida por um pronome resumptivo.³³

Segundo a autora, a baixa ocorrência de pronomes na posição de sujeito parece ser consequência de haver no PB uma restrição quanto ao emprego do pronome resumptivo lexical próximo ao relativo, ou em outras palavras, a indexação em seqüência de elementos

³³ Corrêa (1998) apresenta os seguintes resultados para a alternância pro/pronome resumptivo em relativas de sujeito:

Elemento relativizado	Tipos de sujeito %	
	Sujeito = cv	Pronome lexical
Sujeito	98	2
Outros	7	93

Tabela 7.1: Tipos de sujeito em orações relativas – NURC (Corrêa, 1998, p. 143)

É interessante observar que Tarallo (1983) já havia notado a baixa ocorrência de resumptivo nas posições de sujeito (10,4%) e de objeto direto (2,6%). Segundo o autor, as posições mais baixas da escala sintática favorecem o uso desse pronome.

próximos criaria o que Contreras (1990, apud Corrêa, op.cit) chamou de condição de anti-subjacência³⁴.

Para a ausência de resumptivo em relativas de objeto direto Corrêa propõe uma explicação diferente. Além de considerar os fatores extralingüísticos tais como a estigmatização do emprego do pronome lexical nessas relativas e a utilização categórica da relativa cortadora pelos falantes do PB, a autora propõe que o pro, nas relativas de OD, é consequência da presença do clítico nulo de terceira pessoa no sistema de clíticos do PB.

O clítico nulo pode ter um correferente fora de seu domínio sintático, desde que esse correferente não o c-comande. Orações como (2.23) abaixo, em que o elemento LD é correferente ao núcleo nulo, exemplifica a idéia de Corrêa:

(2.23) (\emptyset (O bolo_i)), o Pedro \emptyset_i – comeu (ex. de Kato (1994a, p.133, apud Corrêa, op.cit., p. 150))

De acordo com Corrêa, se o NP que ocupa a posição de LD for relativizado restará na oração relativa de objeto direto (OD) um resumptivo que é um clítico nulo, o qual exercerá o papel de núcleo da categoria funcional AGRO (Object Agreement), conforme exemplo abaixo:

(2.24) O bolo que [_{Top} *t* [_{IP} Pedro comeu pro]]. (op. cit.)

³⁴ O exemplo abaixo é apresentado por Corrêa (1998, p.146) com o objetivo de evidenciar que, no que se refere ao emprego do pronome resumptivo, as relativas de sujeito mostram as mesmas condições das interrogativas:

- a) *Que menino [ele esteve aqui]?
- b) ? O menino [que ele esteve aqui]?
- c) Que menino [você disse [que ele esteve aqui]]?
- d) O menino [que você disse [que ele esteve aqui]]?

A autora ressalva a possibilidade de duplicação na posição de Especificador, conforme exemplo (2.25), em que há um pronome forte associado ao clítico nulo, embora essa duplicação quase não apareça nas relativas de OD. Quanto à relativa convencional, essa surgiria somente se a oração que serve de base para relativização apresentasse um clítico, conforme (2.26).

(2.25) O bolo_i, o Pedro Ø_i-comeu ele_i

(2.26) O bolo_i, o Pedro o_i comeu

É importante observar que, ao propor uma nova explicação para a ausência de pronome resumptivo nas relativas de OD, Corrêa não retoma os seguintes argumentos propostos para explicar a ausência desse pronome nas relativas de sujeito: a) há uma restrição para o pronome resumptivo quando este está próximo do relativo; b) se a posição relativizada está distante de sua cabeça o falante opta pelo deslocamento, que implica movimento mais curto.

Os argumentos (a) e (b) são descartados porque nos dados de Corrêa não há ocorrências de pronome resumptivo na posição sintática de OD, apesar de essas relativas apresentarem os exemplos mais encaixados, com até dois nódulos de distância do resumptivo. Entretanto, apesar de não constar dos dados de Corrêa, a sintaxe permite a alternância entre pro e pronomes resumptivos em relativas de objeto:

(2.27) a. Aí esse rapaz aí que eu conheci ele, ele estava lá na festa também. (Tarallo,1983, p.2, ex. 3^a)

Se a alternância entre pro e resumptivo lexical é permitida em PB e, conforme mostrou Corrêa (1998), é permitida a duplicação desse pronome na posição de Especificador, por que a posição de OD na relativa tende a ficar vazia? A explicação de Corrêa, pautada no fato histórico de que o sistema de clíticos do PB contém o clítico nulo de terceira pessoa, o qual permite construções de relativas cortadoras, não explica o uso, mesmo reduzido, do pronome resumptivo nessa posição sintática. Da mesma forma, a proposição de Tarallo (1983) de que, entre outros fatores, as posições mais altas desfavorecem a presença do pronome, não é suficiente para explicar o número reduzido desses pronomes nessa posição, pois deixa dúvida quanto ao fator que realmente motiva a presença do pronome em alguns contextos.

Os fatores extralingüísticos apesar de interferirem na ocorrência desse pronome, conforme demonstrou Tarallo (1983), também não são suficientes para explicar o fenômeno, visto que em outras posições sintáticas há elevada ocorrência do pronome resumptivo.

É possível objetar que para explicar a ausência do pronome lexical em relativas de OD é necessário considerar a atuação simultânea de vários fatores³⁵, entretanto, ainda seria necessário resolver o problema da avaliação do *quantum* com que cada categoria contribui para a realização de variantes que se alternam na língua, como pro e resumptivo e, ainda, no uso real da língua, determinar se a relativa de sujeito ou objeto produzida pelo falante é oriunda do sistema convencional ou do sistema vernacular.

A hipótese de que a introdução do pronome resumptivo nas orações relativas é uma estratégia que visa facilitar o processamento sintático, na linha de Perroni (2001, entre outros), explicaria a ausência desse pronome nas posições sintáticas mais acessíveis (sujeito e objeto direto), mas não explicaria a ausência desse pronome nos dados deste estudo, em que

³⁵ Essa consideração torna-se importante quando atentamos para o fato de que, dos cinco exemplos de relativas de OD apresentados por Corrêa com o fim de ilustrar a ausência de resumptivos mesmo em orações encaixadas com mais de um nóculo de distância, todos apresentam traços [- humano]. Entretanto, conforme exposto anteriormente, estudos sobre a aquisição da relativa por crianças evidenciam que nem mesmo o traço semântico [+ humano] que, segundo Tarallo, favorece a presença do resumptivo independentemente da função sintática do NP relativizado, eleva a ocorrência de resumptivo nas relativas de sujeito e OD.

há predominância de relativas de genitivo. Assim, deixo para análises futuras o aprofundamento dessas questões sobre o pronome resumptivo.

Contudo, com relação às relativas de sujeito e objeto, concordo com a hipótese de Tarallo (1983) de que na linguagem formal (oral e escrita) é mais provável a ocorrência de relativas convencionais, inclusive para as posições de sujeito e OD, mas na linguagem informal, opta-se, predominantemente, pela relativa vernacular. De forma mais pontual, proponho que o falante usa a relativa convencional na linguagem formal, e usa a relativa vernacular na linguagem informal.

É importante lembrar que, conforme expus na introdução deste estudo, algumas construções da língua, entre elas a relativa convencional, são aprendidas formalmente, geralmente com a interferência da escola. Assim, a baixa ocorrência de estratégia copiadora em dados escritos e na fala formal pode ser uma evidência de que o falante está fazendo uso da relativa convencional.

Essa proposição encontra sustentação no estudo de Tarallo (1983), que evidencia que em textos escritos, como o jornal, ou formais, como os documentários e as conferências, a estratégia vernacular é muito evitada, já em textos orais mais informais, como novelas, o emprego dessa estratégia passa a ser licenciado. Observe-se a tabela abaixo:

Tabela 2.2 - Percentage of use of three relativization strategies according to media-type text

	Gap-leaving	Resumptive	PP-chopping
Newspaper writing	135/100%	00/00%	00/00%
Documentaries	218/98,2%	00/00%	04/1,8%
Round tables	126/97,7%	03/2,3%	00/00%
Sportscasts	95/91,3%	03/2,9%	06/5,8%
Talk shows	77/84,6%	05/5,5%	09/9,9%
Novelas	315/84,7%	21/5,6%	36/9,7%

(Tarallo, 1983, p. 151, *Adaptação da tabela 5.15*)

Os dados de Corrêa (1998) também ratificam essa idéia de que a estratégia convencional é preferida em situações formais (56%) e evitada em situações mais informais³⁶ (25%):

Tabela 2.3 - Distribuição por tipo de estratégia e por preposição requerida pelo pronome relativo

Tipo de Inquérito	Convencional		Vernacular		Total
	N	%	N	%	N
Diálogo entre 2 informantes	7	35	13	65	20
Diálogo entre Inf. E doc.	18	25	53	75	71
Elocução Formal	18	56	14	44	32
Total	43	35	80	65	123

(Corrêa, 1998, p. 118, *Adaptação da tabela 6.6*)

Os casos de hipercorreções, conforme exemplo (2.28) abaixo, extraído do *corpus*, também podem ser apresentados como evidência de que na linguagem escrita opta-se pela relativa convencional:

(2.28) O quadro **cujo** vendi é muito bonito.

³⁶ Na língua falada a informalidade é relativa, pois o grau de escolaridade do falante, a presença de documentador, a presença do gravador e etc. interferem no grau de formalismo da gravação. (cf. Votre, 2004)

Para a oração acima bastaria o emprego do pronome relativo *que*, pois o NP relativizado ocupa a posição de objeto direto, conforme representação formal abaixo, entretanto, o falante emprega o pronome *cujo*, sem função genitiva.

(2.29) ... o quadro_i [CP que_i [IP vendi (t)]]

Ao que parece, portanto, o aluno reconhece a formalidade da situação, evita a estratégia vernacular (cortadora), embora, nesse caso, tanto a estratégia convencional quanto a vernacular apresentaria o mesmo *output* fonético, e busca produzir uma relativa convencional, a partir da hipótese de que esta sempre apresenta um maior grau de complexidade, ou, como propôs Corrêa (1998, p. 120) ao analisar alguns casos de hipercorreções,

[a hipótese do falante é a de que] para usar a variante convencional é necessário ter uma lista maior de relativos e também usar uma preposição. Apesar das falhas de construção, vê-se que um objeto de valor social foi almejado[...]: a transmissão do sentido de prestígio social da variante e, por consequência, do falante.

Na linguagem oral formal, além das hipercorreções, é comum a mudança de estratégia, conforme demonstrou Corrêa (1998):

(2.30) ...trouxe um cineasta de Cataguazes... Humberto Mauro... ahn.... que *cujo* nome estava ... ahn ficando muito conhecido. (op. cit, p. 137, ex. 6.5-b)

De acordo com a autora, há uma troca consciente de estratégia, ou seja, o falante, num processo espontâneo, inicia uma relativa cortadora, sempre introduzida pelo pronome *que*, e em seguida corrige com a introdução do pronome *cujo*, próprio da linguagem formal.

Assim, é possível supor que na linguagem formal oral ou escrita, a estratégia usada para relativizar sujeitos e objetos diretos é, predominantemente, a convencional, sendo os casos de hipercorreções e autocorreções indicativos de que há uma rejeição consciente à estratégia vernacular.

2.4 – Relativas no PE

Embora não seja objeto de estudo específico desta dissertação, é preciso refletir brevemente sobre as estratégias de relativização no PE, comparando-as ao do PB.

Para tanto, tomo como referência o estudo de Peres & Mória (1995), cuja abordagem coloca as relativas como uma das "áreas críticas" da língua portuguesa. Segundo os autores, as relativas, assim como outras "áreas" da língua portuguesa, manifestam sintomas de uma crise, "quer porque nelas se verificam movimentos de ruptura – em geral prenunciadores de mutações de norma – quer porque muito facilmente nelas se insinua o puro desvio, a sugerir a existência de dificuldades (novas ou não) por parte dos falantes"(Peres & Mória, 1995, p. 16). Assim, esse estudo, marcado pela abordagem conservadora, volta-se à correção do "desvio lingüístico e, conseqüentemente, à preservação do "português de lei" (op.cit., p.14).

Apesar da visão prescritiva esboçada pelos autores, o estudo proposto é bastante relevante por evidenciar os movimentos de mudança no PE, conforme exemplos abaixo:

(2.31) A rapariga **de quem** eu te falei ontem arranhou um emprego na Covilhã

(2.32) A rapariga **que** te falei ontem **nela** arranhou um emprego na Covilhã.

(2.33) A rapariga **que** te falei ontem arranjou um emprego na Covilhã³⁷.

Segundo os autores, em (2.31) o pronome relativo sofre um movimento de sua posição de base, no caso de complemento preposicionado do verbo *falar*, para a cabeça da relativa, junto de seu antecedente. A posição de base é preenchida por um vestígio que marca a posição do constituinte relativo na estrutura subjacente da frase.

A estrutura (2.32) é apresentada no estudo como variante desse “movimento relativo”. Nessa construção, a posição de base do constituinte relativo é preenchida por um constituinte pronominal e o pronome *que* é neutralizado. Já em (2.33), ocorre, simultaneamente, a neutralização do pronome relativo e o esvaziamento da posição por ele ligada.

Segundo os autores, a estratégia representada em (2.32) é muito freqüente e generalizada no discurso oral, mesmo entre indivíduos escolarizados, e a representada em (2.33), que está progressivamente “ganhando terreno”, resulta, possivelmente, da assimilação da tendência instalada no PB.

É importante observar, ainda, que a relativa cortadora, ou “supressão de preposição”, conforme propuseram Peres & Mória, é freqüente mesmo na imprensa escrita de Portugal. Observe-se o exemplo abaixo:

(2.34) "Os temas que os portugueses gostam (neo-realismo, politiquices, maledicências, pornografias) não quadram nos finos *couchés* cor-de-rosa de uma euro-revista assim."
(C229 *O Jornal Ilustrado*, 31/03/1989, p. 35, grifo meu)

Com base nessas leituras, pode-se concluir que as relativas estão em variação no PE e no PB, embora de formas diferentes. No Brasil, conforme exposto nas seções anteriores, a

³⁷ Peres & Mória questionam a gramaticalidade ou aceitabilidade dessas estruturas, entretanto, como se verá adiante, trata-se de um fenômeno freqüente, presente mesmo na escrita.

relativa cortadora é a mais usada pelos falantes, enquanto em Portugal, sempre com base na exposição de Peres & Mória, há um forte estigma associado a essa estratégia, que se expande aos poucos, talvez por influência do PB. A estratégia copiadora, estigmatizada entre os brasileiros (cf Tarallo, 1983) é mais aceita entre os portugueses.

É importante observar que o estudo de Peres & Mória, ao apresentar a variante copiadora como um fenômeno antigo na língua e a cortadora como um fenômeno mais recente corrobora o estudo de Tarallo (1983), e ao atribuir a origem da relativa cortadora ao português do Brasil, de certa forma fortalece sua tese de que a relativa cortadora deriva de uma reestruturação do sistema pronominal dessa língua.

Resta pontuar, entretanto, a necessidade de aprofundar as pesquisas, de modo que seja possível comprovar a origem e observar o uso das variantes vernaculares no PE.

2.5 – Orações relativas convencionais: procedimentos de esquiva e aprendizagem

No desenvolvimento deste capítulo, tenho enfatizado que as relativas com pronome relativo *cujo* quase não aparecem na linguagem falada e são muito evitadas na linguagem escrita. De acordo com os estudos apresentados na seção 2.3, na linguagem oral essa estrutura é geralmente substituída pelas estratégias vernaculares (sobretudo a cortadora), mesmo nas classes sociais mais altas (cf Tarallo, 1983) e entre falantes escolarizados (cf Corrêa, 1998). Entretanto, assim como qualquer outra manifestação lingüística, essas estratégias são passíveis de avaliação social e podem receber valor positivo ou negativo, de acordo com um complexo conjunto de parâmetros que influenciam o perfil sociolingüístico do falante. Conforme exposto anteriormente, das estratégias de relativização no PB, a copiadora

é a mais estigmatizada entre os falantes e, assim, muito evitada na linguagem escrita e na fala de pessoas cultas, já a estratégia cortadora é bem aceita e muito freqüente na linguagem oral, independentemente da classe social e escolaridade do falante, reduzindo-se à medida que aumenta o grau de formalidade do contexto³⁸ (cf. Tarallo, op. cit.).

Em Santos Silva (2001) demonstrei que em alguns contextos o falante, talvez consciente do prestígio da forma convencional, aparentemente mascara o uso da relativa vernacular através de alguns recursos próprios da linguagem oral. Observem-se os exemplos a seguir:

(2.35) a. “...eu gostava de um comediante francês que aliás agora tem passado poucos filmes dele que era o Jacques Tati...” (D2, Inquérito n. 255:530)

a'. eu gostava de um comediante francês_i [CP que_i [Top (t)_i [IP tem passado poucos filmes dele_i]]]

b. quando tem esses [jantares dançantes]... sempre é em função dessa sociedade que meu marido ta.... **já ta há dois anos assim...** na diretoria (DID045, PA)

b'. esses jantares dançantes é em função da sociedade_i [CP que_i [Top (t)_i [IP meu marido está na diretoria Ø_i]]]

c. Foi um brasileiro antes dele, também, que veio... um pianista ...não me recordo o nome (DID045, PA)

c'. ... um pianista_i [CP que_i [Top (t)_i [IP não me recordo o nome Ø_i]]]

³⁸ “Inúmeros aspectos, tanto internos ao discurso, como relativos à situação discursiva social em que se realiza, podem ser rotulados como contexto” (Macedo, 2004, p. 59). Assim, neste texto o termo contexto abrange contextos situacionais, interacionais e discursivos.

Nas construções em (2.35), todas extraídas do *corpus* do NURC, são empregadas diferentes estratégias, talvez com o fim de disfarçar o emprego da estratégia vernacular. Observe-se que em (a) o falante introduz um marcador conversacional lexicalizado, em (b) intercala uma oração e em (c) faz uso da pausa, sendo que todas as frases poderiam ser organizadas de acordo com a estratégia convencional, ou seja, com o emprego do relativo *cujo*, conforme exemplos abaixo:

(2.36) a. Eu gostava de um comediante francês que era o Jacques Tati. Os filmes do comediante francês tem passado pouco.

a'. Eu gostava de um comediante francês cujos filmes têm passado pouco...

b. quando tem esses jantares dançantes é sempre em função dessa sociedade. Meu marido está na diretoria dessa sociedade.

b'. quando tem esses jantares dançantes é sempre em função dessa sociedade em cuja diretoria meu marido está.

c. Foi um brasileiro antes dele que veio, um pianista. Não me recordo o nome Ø.

c'. Foi um brasileiro antes dele que veio, um pianista cujo nome não me recordo.

De acordo com a hipótese deste estudo, as estruturas em (2.35) estão presentes na língua materna, enquanto as estruturas em (2.36') são aprendidas formalmente, por regras que envolvem movimentos longos, rearranjos, inversão da ordem canônica. No texto escrito, embora mais planejado e passível de maior revisão e correção, o falante usa recursos próprios da escrita para substituir estas últimas. Observem-se os exemplos abaixo:

(2.37) a. “Esse ensaio (“**Portugal como destino**”) não tem sido lido em Portugal, não tem tido crítica nenhuma, quase nada...” (*Cult 27*)³⁹

b. “Esse é um sistema de crédito habitacional para a classe média que **tem** como fonte de recursos títulos emitidos para investidores...” (Folha de São Paulo – 06/09/01)

Em (a) o falante faz uso da construção sintática parentética e em (b) emprega o verbo *ter* para explicitar a necessária relação de posse, em lugar de empregar a estratégia convencional.

Focalizando o fator escolaridade, Oliveira (2004) observou que no processo de aprendizagem o falante recupera a relação de posse entre os NPs também por meio de inserção do possessivo (seu ou dele) ou troca do item lexical (exemplo 2.39), e recupera a relação entre os dois NPs por meio do processo de coordenação (2.40-a) ou justaposição de orações (2.40-b). Em (2.38), abaixo, está o exercício proposto por Oliveira a alunos do ensino fundamental (5^a a 8^a), o qual consiste em transformar a relativa copiadora em relativa convencional.

(2.38) José, o homem que a mulher dele desligou o telefone deu uma bicicleta de presente para meu filho.

(2.39) José, o marido da mulher que desligou o telefone, deu uma bicicleta... (8^a.EF, 1^o e 3^o E.M.; exemplo de troca do item lexical, op. cit, ex. 31)

(2.40) a. José e a mulher que desligou o telefone deu uma bicicleta para meu filho. (6^a. EF; exemplo de coordenação, op. cit, ex. 28)

b. A mulher de José desligou o telefone. Ele deu a bicicleta para meu filho. (8^a. EF e 3.EM; exemplo de justaposição, op. cit, ex. 29)

³⁹ Compare com a relativa convencional:

11a. Esse ensaio **cujo** título é “Portugal como destino” não tem tido crítica nenhuma.

12a. Esse é um sistema de crédito habitacional para a classe média **cuja** fonte de recursos são os títulos emitidos.

A autora observa, ainda, que no ensino fundamental a estrutura relativa é preterida pela estrutura de tópico, conforme exemplo (2.41), e somente na 8ª série a relação entre os dois NPs é transposta por meio da coordenação ou justaposição.

(2.41) José, a mulher dele desligou o telefone. (6ª. e 7ª. EF; exemplo de estrutura de tópico, op. cit, ex. 26)

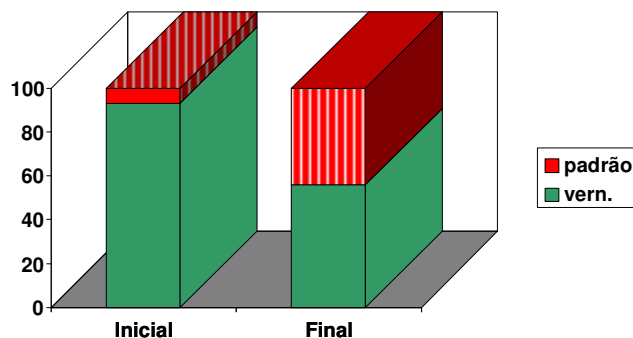
A partir desses dados, Oliveira propõe que no processo de aquisição da relativa a depreensão da relação entre dois NPs evolui da seguinte forma:

SN [_S SN	SN e SN	S e S
Topicalização	Coordenação de SNs	Justaposição e/ou Coordenação de Sentenças

Oliveira(2004)

A análise de Oliveira confirma as correlações estabelecidas por Corrêa (1998) entre a variante convencional e a variável escolaridade. Conforme exposto na introdução deste estudo, segundo Corrêa, até a 8ª série a relativa cortadora domina os dados dos escolares e somente no ensino médio o uso de relativas preposicionadas começa a aparecer desde a série inicial, tornando-se mais produtivo na última série, como se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 2.1 – Emprego de relativa de PP por série do Ensino Médio



(Corrêa, 1998, p. 93)

Corrêa nota, ainda, que nas séries iniciais os alunos mostram muita reflexão na construção da relativa convencional preposicionada, fato revelado pelos casos de autocorreções. No estágio final o aluno emprega a estratégia convencional com mais correção, mas na produção textual espontânea tende a esquivar-se das relativas convencionais preposicionadas⁴⁰ e com pronome *cujo*.

Na próxima subseção, para somarem-se às reflexões desenvolvidas até aqui, e a fim de buscar mais esclarecimentos sobre as questões que envolvem o uso das relativas genitivas convencionais, focalizam-se as discussões sobre a dificuldade na produção escrita dessas orações, apresentadas nos estudos de Souza e Silva (1981) e Corrêa (1998).

2.5.1 – Dificuldades na produção escrita de relativas convencionais

Souza Silva (1981), a partir de um *corpus* constituído por redações de alunos da 3ª série do ensino médio, investigou as dificuldades na produção escrita das relativas. Seus dados, apresentados na tabela abaixo, confirmam que os falantes usam mais relativas de sujeito e objeto do que relativas preposicionadas:

Tabela 2.4- Estratégias de relativização de acordo com as posições sintáticas

Sujeito: 97	54,80%
Objeto Direto: 57	32,20%
Oblíquo: 23	12,99%
Genitivo: 0	-
Objeto de comparativo: 0	-

⁴⁰ Corrêa (op. cit.) mostra que na série final o aluno evita ao máximo a relativa preposicionada; dos 25 textos produzidos por alunos do 3º ano do ensino médio, 7 não apresentam nem uma construção preposicionada.

Segundo a autora, essa variação é sempre previsível, pois, como propõem Keenan e Comrie (1975, apud Souza e Silva, 1981), a distribuição dos NPs relativizados é diretamente proporcional à distribuição geral dos NPs no discurso e, neste último, há maior ocorrência de sujeito, seguida de objeto direto e assim por diante. Além dessa justificativa, a autora propõe uma análise mais ampla para explicar a existência da hierarquia em seus dados: a hierarquia “decorre dos princípios e estratégias pertinentes ao próprio processo de relativização⁴¹” (p. 138).

Um dado interessante e importante para este estudo é a ausência de NPs genitivos relativizáveis em seu *corpus*. Segundo Souza e Silva, esta ausência está relacionada à maior complexidade envolvida na produção de relativas com genitivo⁴². Os exemplos abaixo ((45), (46) e (47), numeração da autora, p. 142), acompanhados das formas canônicas correspondentes, possibilitam a análise:

- (45) Existe uma palavra **cujo** significado consegue fazer-me feliz.
- (a) *o significado da palavra consegue fazer-me feliz.*
- (b) **cujo** significado consegue.
- (46) A vivência também possibilita algumas coisas **cuja** finalidade muitas pessoas não entendem.
- (a) muitas pessoas não entendem *a finalidade de algumas coisas.*
- (b) **cuja** finalidade muitas pessoas não entendem.

⁴¹ A autora faz referência às estratégias e princípios primários e estratégias secundárias, a partir das quais é possível propor uma explicação perceptual para a dificuldade de relativização de algumas posições na hierarquia. Souza e Silva propõe que a complexidade de algumas relativas, como as preposicionadas, origina-se da operação de estratégias secundárias, que envolvem o rearranjo da ordem canônica das unidades lingüísticas, reinterpretação dos NPs, etc.

⁴² Kato (1981) também tomou como referência os estudos de Keenan e Comrie para explicar a dificuldade da produção da relativa convencional.

(47) Brito naquele início de mês dirigia-se à fábrica *em cuja* secretaria trabalhava.

(a) ele trabalhava *na secretaria da fábrica*.

(b) *em cuja* secretaria ele trabalhava.

Souza e Silva propõe que o processamento da relativa convencional é mais complexo porque, exceto na posição de sujeito, implica desarranjo das unidades lingüísticas e, conseqüentemente, não correspondência entre a forma canônica e a superficial. Além disso, nas relativas de genitivo somente o sintagma preposicionado (que compõe o sintagma nominal) desempenha um papel no processo de relativização, assim, o processo torna-se ainda mais complexo por aplicar-se apenas à parte do constituinte.

Analisando, ainda, os exemplos (45), (46) e (47), genitivo do sujeito, do objeto direto e do oblíquo, respectivamente, a autora propõe que a gradação de dificuldade de processamento das relativas - Sujeito > Objeto Direto > Objeto indireto... – ocorre também em relação ao genitivo. Assim, ao lado da hierarquia de Keenan e Comrie há uma específica para o genitivo:

Genitivo objeto sujeito > **Genitivo** objeto direto > **Genitivo** oblíquo

De acordo com essa hipótese é possível dizer que se um falante que relativiza o genitivo de oblíquo segundo a estratégia convencional, também deverá relativizar com a estratégia convencional o genitivo de objeto e de sujeito. Por outro lado, poderá relativizar somente o genitivo de sujeito segundo a estratégia convencional e os genitivos de objeto e oblíquo segundo a estratégia vernacular – cortadora ou copiadora⁴³.

⁴³ Geralmente o falante produz adequadamente uma genitiva de sujeito, mas não uma genitiva de oblíquo. Entretanto, considerando os testes que serão apresentados nos capítulos 4 e 5, não há alternância entre a estratégia convencional e a vernacular.

Ocorre que o falante emprega o *cujo* nas relativas de sujeito e objeto direto, mas na posição de oblíquo faz uso de outras estratégias ou emprega o pronome *cujo* em desacordo com as especificações da gramática tradicional.

É importante observar que o estudo de Souza e Silva visa verificar em que medida três hipóteses que explicam o processamento das relativas na fala de crianças são confirmadas na produção escrita de adultos. Assim, tomando como referência a abordagem de Kimball (1973) a autora testa a hipótese da *interrupção*, segundo a qual a oração relativa encaixada no fim da oração principal é mais fácil de ser processada que a oração relativa encaixada no final; a hipótese da *hierarquia da acessibilidade* de Keenan & Comrie⁴⁴; e a hipótese da *função paralela*, conforme A. L. Sheldon (1974), segundo a qual a dificuldade de processamento da relativa está relacionada às funções sintáticas do sintagma nominal (NP) relativizado e do NP antecedente, ou seja, as orações relativas cujos NPs têm a mesma função são processadas com mais facilidade. Sua conclusão é a seguinte:

Quanto à hipótese da *função paralela*, evidenciou-se que a existência de funções iguais dos SN's antecedente e relativizado não tem validade no sentido de se detectar as dificuldades de produção. No entanto, a *função do antecedente* em si, independentemente de ser igual ou diferente da *função do relativo*, surgiu como fundamental no processo de relativização e, desse modo, sujeita a uma hierarquia de acessibilidade que, à semelhança da *ordem das palavras* e da *interrupção*, tem como suporte princípios perceptuais. Assim, a *hierarquia do antecedente*, apresenta-se não só como uma outra hipótese, mas como uma hipótese mais abrangente, na medida em que explica os mesmos fatos até então verificáveis através da *interrupção*, cujo valor fica restrito à justificativa da ocorrência do sujeito na terceira posição da hierarquia.

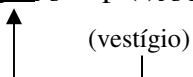
Portanto, das três hipóteses iniciais, confirmou-se apenas a da *hierarquia da acessibilidade do SN relativizado*; a ela acrescentamos a *hierarquia de acessibilidade do SN antecedente*, dando origem à hipótese da *hierarquia conjunta*, que sugere novas pesquisas no sentido de ampliá-la, e de, eventualmente, corrigir quaisquer distorções. (Souza e Silva, op. cit, p. 161)

Retomando os estudos de Corrêa (1998), observa-se a seguinte reflexão sobre as dificuldades na produção da relativa convencional: para aprender a produzir a relativa

⁴⁴ Alguns esclarecimentos sobre esta hipótese foram apresentados em nota de rodapé, na seção 2.3 deste estudo.

convencional o falante tem de aprender a passar da estratégia (a) aprendida na infância, para a estratégia (b), aprendida formalmente:

(2.42) ...pessoas [CP que_i [Top (t)_i [IP a gente tem mais intimidade (Ø)/ **com elas**_i]]



(2.43) ...pessoas_i [CP com quem_i [IP a gente tem mais intimidade (t)_i]]



Como se observa, os termos a ser relativizados ocupam posições diferentes: em (a) o termo é extraído da posição de tópico, com movimento curto, em (b) é extraído de dentro do IP, com movimento longo. Além disso, na estratégia de relativização vernacular a posição relativizada é um tópico sem cabeça e, conseqüentemente, o pronome relativo é um *que*, sem preposição. Na estratégia convencional (b) o falante precisa perceber que, na posição oblíqua, a perfeita relação entre a posição relativizada e a posição do relativo é estabelecida pela preposição. Após perceber o movimento da relativa, o falante deve optar pelo pronome relativo *quem*, que carrega o traço [+ animado].

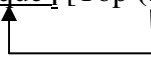
O estudo de Corrêa não faz distinção entre as relativas preposicionadas e as relativas com pronome *cujo*, já que *cujo* pode ser representado pela forma *de que* ou *de quem*, que carregam preposição. Entretanto, a distinção é necessária, pois o pronome relativo *cujo*, diferentemente dos pronomes *que* e *quem*, tem marca de caso e variação de gênero. Além disso, as relativas com *cujo* apresentam características específicas, pois, como notou Souza e Silva (1981), além da alteração da ordem canônica da oração, o processo de relativização se aplica a apenas parte do constituinte e, diferentemente do que ocorre com os demais relativos, a concordância é estabelecida com o conseqüente e não com o antecedente. Note-se, por fim, que a relativa de genitivo é mais rejeitada pelos falantes do que a de oblíquo (cf. Tarallo, 1983).

Para maior evidência da distinção entre a relativa genitiva convencional e a vernacular, apresento os seguintes exemplos:

(2.44) Eu vendi a casa cujas paredes nós pintamos de branco.⁴⁵

- (i) Eu vendi a casa.
- (ii) Nós pintamos [_{DP} as paredes de a casa] de branco
- (iii) Eu vendi a casa [nós pintamos [_{DP} 1 [_{DP} 2 as paredes] [_{PP} da casa]] de branco]
- (iv) Eu vendi a casa [nós pintamos [_{DP} 1 [_{PP} da casa] [_{DP} 2 as paredes]] de branco]
- (v) Eu vendi a casa [[_{PP} da casa] [_{DP} as paredes] nós pintamos de branco]
- (vi) Eu vendi a casa [cuj-as paredes nós pintamos de branco.]

(2.45) Eu vendi a casa que nós pintamos as paredes (Ø / dela) de branco.

- (i) Eu vendi a casa [a casa, nós pintamos as paredes (Ø / delas) de branco]
 - (ii) [_{IP} Eu vendi a casa _i [_{CP} que _i [_{Top} (t) [_{IP} nós pintamos as paredes (Ø / delas)]]]]
- 

O exemplo (2.45) descreve o processo de relativização da genitiva cortadora. Conforme exposto anteriormente, nesse processo a posição relativizada é um tópico sem cabeça e o pronome relativo é sempre um *que*.

Em (2.44), as seqüências (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) caracterizam detalhadamente o processo de relativização dessa relativa genitiva convencional. Esse processo pressupõe que as orações relativas são formadas a partir da associação de duas orações simples que apresentam NPs idênticos. Essa proposição é considerada lingüisticamente inadequada por

⁴⁵ Não tenho conhecimento, até o momento, de haver na bibliografia lingüística representação das relativas introduzidas pelo pronome *cujo*. Assim, embora eu não possa comprovar sua exatidão, proponho que uma representação possível para a sentença em (2.42) seja: [_{IP} Eu vendi [_{DP} a casa _i] [_{CP} cujas _j] [_{IP} [_{DP} [_{PP} (t)_i] [_{DP} paredes_i] [_{VP} nós pintamos [_{DP} [_{PP} (t) _j] [_{DP} (t) _i] [_{PP} de branco]]]]]. Dessa forma, estou propondo que há, inicialmente um movimento interno no nóculo que contém o PP a ser relativizado, de modo que o PP passe a anteceder o DP, em seguida, há a movimentação de todo o nóculo PP+DP para IP, seguida da relativização do PP /a movimentação para Spec de CP.

não considerar a complexidade do processamento dos diferentes tipos de orações, no que se refere à estrutura gramatical e / ou à demanda imposta ao falante (cf Sicuro Corrêa, 1986/1989). Entretanto, as seqüências (i) – (vi) não se referem ao processo de aquisição e compreensão de orações relativas por crianças, mas ao processo de aprendizagem da linguagem escrita, com interferência da escola, o qual, como já mencionei, difere muito do processo de aquisição natural da linguagem. Na escola, os professores e /ou os materiais didáticos apresentam as orações relativas como oriundas de duas orações simples, assim, os exercícios propostos ao falante envolvem a identificação do NP compartilhado pelas duas orações, a identificação da função sintática desse NP e a transformação das orações justapostas em estruturas com orações relativas⁴⁶.

Para produzir adequadamente a oração relativa em (2.44) o falante precisa perceber que há uma relação de posse entre os dois NPs idênticos (a casa), sendo que cada NP faz parte de uma oração - (i) e (ii). Identificada a relação, é necessário que o falante saiba extrair o termo a ser relativizado, que envolve a extraposição somente do PP que integra o DP, proceda à pronominalização relativa do PP idêntico da oração encaixada e, por fim, estabeleça a concordância com o NP conseqüente.

Verificada a diferença entre as estratégias, é possível retornar à hipótese de Souza e Silva (1981) de que há uma hierarquia específica para o genitivo e de que a produção da relativa mostra-se vinculada à hierarquia do NP antecedente, esta formalizada como: Objeto direto > oblíquo > Sujeito > Genitivo. Observe-se que a ordem básica do português é sujeito, objeto direto, oblíquo e genitivo, assim, ao apresentar o sujeito em terceiro lugar na escala, contraria a hierarquia da acessibilidade do termo relativizado. Segundo a autora, essa

⁴⁶ A maioria dos manuais, apostilas e livros didáticos propõe que as orações relativas se originam de orações simples. Observe-se o exemplo extraído do capítulo “exercício de sintaxe” de Paschoalin e Spadoto (1996, p. 230): “Em cada alternativa há dois períodos simples. Transforme-os em período composto usando o pronome relativo adequado.

Modelo: Comprei as fechaduras. Elas foram pedidas pelo construtor.

Comprei as fechaduras que foram pedidas pelo construtor.

a) Esta é uma pequena rua. Ela não tem saída...”

ocorrência explica-se pela exigência sintática de um auto-encaixamento nas relativas de sujeito, que, segundo Chomsky (1965, apud Souza e Silva, 1981), das cinco configurações estruturais⁴⁷, é a menos aceitável do ponto de vista sintático e perceptual. Reitere-se que a ocorrência do genitivo na quarta posição da hierarquia decorre da complexidade ligada à estrutura dessa função: somente o PP do nóculo NP ou PP constitui o antecedente do relativo, sendo que o nóculo exerce sua própria função.

Visando esclarecer alguns pontos da análise de Souza e Silva, apresento as estruturas em (2.46), (2.47), (2.48), exemplos de relativas genitivas em que os dois NPs exercem as funções de oblíquo, sujeito e genitivo, respectivamente. A intenção é compará-las, focalizando a função sintática do NP antecedente. Tomarei como referência, ainda, a estrutura em (2.44), uma relativa genitiva em que o nóculo antecedente e o nóculo que contém o PP relativizado exercem a função de objeto direto e que, de acordo com *a hierarquia do antecedente*, é a menos complexa e a que oferece menos dificuldade ao falante.

(2.46) Votaremos no candidato **com cujas** idéias concordamos.

(ex. de NP antecedente com função de oblíquo)

(i) Votaremos no candidato.

(ii) Concordamos com as idéias do candidato.

(i) Votaremos no candidato [IP concordamos [PP com [DP as idéias] [PP₂ do candidato]]].

(ii) Votaremos no candidato [IP [PP com [DP as idéias] [PP₂ do candidato]] concordamos (*t*)].

(iii) Votaremos no candidato [IP [PP com [PP₂ do candidato] [DP as idéias]] concordamos (*t*).]

(iv) Votaremos no candidato [com cuj-as idéias concordamos.]

(2.47) O rio **cujas** águas são medicinais é o principal atrativo da cidade.

⁴⁷ As configurações estruturais às quais a autora se refere são: encaixadas, auto-encaixadas, multi-ramificadas, ramificadas à esquerda e ramificadas à direita.

(ex. de NP antecedente com função de sujeito)

- (i) O rio é o principal atrativo da cidade.
- (ii) As águas do rio são medicinais.
- (iii) O rio é o principal atrativo da cidade [IP [DP as águas [PP do rio]] são medicinais]
- (iv) O rio [IP [DP as águas [PP do rio]] são medicinais] é o principal atrativo da cidade.
- (v) O rio [[PP do rio] [NP as águas] são medicinais] é o principal atrativo da cidade.
- (vi) O rio [cuj-as águas são medicinais] é o principal atrativo da cidade.

(2.48) Um homem roubou o dinheiro do rapaz **cuj**o irmão nós conhecemos.

(ex. de NP antecedente com função de genitivo)

- (i) Um homem roubou o dinheiro do rapaz.
- (ii) Nós conhecemos o irmão do rapaz.
- (iii) Um homem roubou o dinheiro do rapaz. [IP nós conhecemos [DP [DP o irmão] [PP do rapaz]]].
- (iv) Um homem roubou o dinheiro do rapaz [IP [DP o irmão [PP do rapaz] nós conhecemos (*t*)]]
- (v) Um homem roubou o dinheiro do rapaz [IP [PP do rapaz] [DP o irmão]] nós conhecemos (*t*).]
- (vi) Um homem roubou o dinheiro do rapaz [cuj-o irmão nós conhecemos]

Observando os exemplos acima, em que há as combinações OD / GEN, OBL / GEN, SUJ / GEN e GEN / GEN, torna-se difícil sustentar a hierarquia do antecedente, pois apesar do auto-encaixamento no par SUJ / GEN, esta relativa mantém a ordem canônica e não tem a preposição, fatores que representam maior dificuldade no processo de relativização (cf Corrêa, 1998). Da mesma forma, não é possível aceitar, sem mais discussões, a hipótese de que o par GEN / GEN seja mais complexo que o par OBL / GEN.

Os exemplos abaixo visam evidenciar como cada um dos NPs – o que contém o PP relativizado e o antecedente – contribuem para a complexidade da relativa.

(2.49) a. A fábrica, **cujos** donos são libaneses, demitiu vários empregados. (SUJ / GEN SUJ)

- b. A fábrica, **cujos** donos você conhece, demitiu vários empregados. (SUJ / GEN OD)
- c. A fábrica, **em cujo** almoxarifado José trabalha, demitiu vários empregados. (SUJ / GENOBL)

- (2.50) a. Eu conheci a fábrica **cujos** donos são libaneses. (OD / GEN SUJ)
- b. Eu visitei a fábrica **cujos** donos você conhece. (OD / GEN OD)
 - c. Eu conheço a fábrica em **cujo** almoxarifado José trabalha. (OD/ GEN OBL)

- (2.51) a. Eu trabalhei na fábrica **cujos** donos são libaneses. (OBL / GEN SUJ)
- b. Eu trabalhei na fábrica **cujos** donos você conhece. (OBL / GEN OD)
 - c. José entrou na fábrica **em cujo** almoxarifado ele trabalha. (OBL/ GEN OBL)

Nos exemplos os NPs antecedentes são sempre os mesmos, assim, é possível focalizar a função do nódulo que contém o PP relativizado. A ausência da preposição nas relativas genitivas de sujeito e objeto faz com que estas apresentem maior semelhança com a estratégia vernacular. No caso das genitivas de sujeito a semelhança é ainda maior, pois nas duas estratégias há manutenção da ordem canônica da oração. Comparando (2.49) com (2.52) (abaixo), nota-se que a marca visível da ocorrência da relativa convencional é o emprego do pronome relativo *cujo*⁴⁸.

(2.52) A fábrica, que os donos Ø são libaneses, demitiu vários empregados⁴⁹.

⁴⁸ A concordância do pronome relativo *cujo* com o conseqüente também é marca visível da estratégia convencional.

⁴⁹ No estudo de Souza e Silva há uma explicação perceptual para o fato de o falante recorrer às estratégias vernaculares para relativizar as posições mais difíceis na hierarquia. Segundo ela, a compreensão e produção das relativas copadoras é menos difícil porque essa preserva a correspondência entre a forma canônica e a superficial, já a relativa cortadora apresenta complexidade intermediária porque, apesar de não alterar a ordem canônica, há apagamento da preposição. O processamento da estratégia convencional é o mais complexo, pois implica a alteração da ordem canônica e o emprego de diferentes estratégias, dependendo da posição a ser relativizada. É importante observar, ainda, que a autora não faz referência à sintaxe das relativas vernaculares, mas, baseada nos princípios definidores do pronome relativo, conforme Keenam (1978), propõe que a ocorrência do *que* como marcador invariante em todas as relativas geradas através das estratégias vernaculares é coerente com o fato de *que* ser o menos relativo dos relativizadores. Em Souza e Silva (1984, p. 107), a autora apresenta o quadro abaixo, a partir do qual é possível visualizar a hierarquia dos pronomes quanto ao traço [+relativo]:

A observação das frases “a” dos exemplos (2.49), (2.50) e (2.51) (reapresentadas abaixo como 2.53), em que o nódulo que contém o NP relativizado desempenha sempre a função de sujeito, fortalece as dúvidas quanto à importância do fator encadeamento na produção da relativa.

(2.53) a. Eu conheci a fábrica **cujos** donos são libaneses. (OD / GEN SUJ)

a'. Eu conheci a fábrica que os donos são libaneses. (OD / GEN SUJ)

b. Eu trabalhei na fábrica **cujos** donos são libaneses (OBL / GEN SUJ)

b'. Eu trabalhei na fábrica que os donos são libaneses (OBL / GEN SUJ)

c. A fábrica **cujos** donos são libaneses demitiu vários empregados. (SUJ / GEN SUJ)

c'. A fábrica que os donos são libaneses demitiu vários empregados. (SUJ / GEN SUJ)

Em todas as construções acima a oração relativa segue o NP antecedente, sua “cabeça”, assim, a ordem canônica – SVO - é preservada. Em (2.53-a) e (2.53-b) há ramificação à direita e em (2.53-c) há encaixamento central. Esse encaixamento, conforme mencionei anteriormente, é apresentado no estudo de Souza e Silva⁵⁰ como uma hipótese da dificuldade de relativização, entretanto, parece necessário olhar mais de perto o problema.

Pronome relativo	Variação gênero / N traço + animado	Identificação formal com interrogativo	Posição à esquerda na oração	Concordância com o NP antecedente	Codificação do caso
O qual	+	+	+	+	-
Quem	+	+	+	-	-
Cujo	+	-	+	-	+
Onde	-	+	+	-	+
Que	-	+	+	-	-

⁵⁰ Embora este estudo não vise à discussão de procedimentos metodológicos, é necessário observar que no estudo de Souza e Silva (1981), a incidência de ocorrência está relacionada à dificuldade de produção. Assim, o fato de a relativa de sujeito ocupar o terceiro lugar da hierarquia está relacionado ao número de ocorrências dessas relativas em seus dados, um procedimento questionável, já que os dados foram gerados espontaneamente.

O estudo de Corrêa (1998) evidencia que as relativas de sujeito não oferecem dificuldades ao falante adulto; em Sicuro Corrêa (1989) observa-se que a partir de 5 anos de idade o falante compreende bem as relativas de sujeito e objeto, independentemente da função sintática do NP antecedente. Da Matta (1999), ao testar o desempenho de 15 crianças consideradas como “alunos com problemas de aprendizagem” e comparar seus dados com os de crianças consideradas “normais” conclui que, para estas, as relativas encaixadas centrais (exemplo 2.54, abaixo) não são mais difíceis à compreensão do que as ramificadas à direita, embora para aquelas a relativa encaixada central crie uma dificuldade maior de percepção da relação estabelecida entre o NP sujeito da oração principal e seu verbo. Entretanto, segundo a autora, a dificuldade dos alunos com “problemas de aprendizagem” não decorre exclusivamente de questões sintáticas, mas também de outros fatores como o traço semântico [+animado].

(2.54) O menino que chamou a menina abriu a porta. (Da Matta, 1999, p. 123).

Portanto, mesmo sustentando a hipótese de que as relativas com encaixamento central são mais difíceis, torna-se complicado explicar, excluindo os processos semânticos e pragmáticos inerentes à produção, o desempenho de um falante que produz 2.51-c, uma relativa genitiva de oblíquo, cuja estrutura aceita pelos gramáticos é PREPOSIÇÃO + **CUJO**, mas evita 2.49-a – uma relativa não preposicionada – devido à complexidade sintática dessa estrutura.

Apesar da abordagem teórica adotada por Souza e Silva (1981) ser diversa da abordagem adotada neste trabalho⁵¹, parto de sua análise para reafirmar a hipótese de que, das relativas convencionais, as genitivas são as mais difíceis para o falante⁵².

Dadas as diferenças entre esta estratégia e a estratégia vernacular, e considerando que o falante aprende a relativa convencional por regras, proponho, a exemplo de Souza e Silva, que há uma gradação de dificuldade na produção das relativas genitivas devido, principalmente, à função sintática do nóculo que contém o PP relativizado. Por outro lado, levanto argumentos contrários à hipótese da hierarquia da acessibilidade do antecedente, principalmente por entender que a gradação de dificuldade na produção dessas relativas decorre principalmente do fato de que essa operação é custosa para o falante por envolver etapas diferentes daquelas relacionadas à relativização vernacular.

Na seção a seguir, apresento mais alguns dados relativos à dificuldade de produção e compreensão de relativas por crianças, conforme Sicuro Corrêa (1989) e Perroni (2001) para evidenciar algumas diferenças entre o processo de aquisição da relativa convencional e o processo de aquisição da linguagem natural.

2.6 – Orações relativas: compreensão e dificuldades na produção oral

A ausência de estratégia convencional nos dados da criança em fase de aquisição da linguagem foi constatada por um bom número de estudiosos. Como este estudo não visa

⁵¹ Não somente a abordagem teórica é diversa, mas também o cerne dos questionamentos. Para Souza e Silva é importante analisar a dificuldade dos adultos na produção da escrita de orações relativas, verificando a validade de três hipóteses apontadas na literatura psicolinguística como explicativas do processo de relativização.

⁵² Souza e Silva propõe que a relativização do *objeto de comparativo* é a mais difícil para os alunos, pois, diferentemente do genitivo, que aparece na língua falada através das relativas cortadora e copiadora, seus dados não apresentaram nenhuma ocorrência daquela relativa, nem mesmo na língua oral. Neste estudo, para afirmar que a relativa genitiva é a mais difícil, desconsidere a posição de *objeto de comparativo*, por não constar de outros estudos como o de Tarallo (1983) e Corrêa (1998), que também servem de base para este trabalho.

aprofundar questões relacionadas à aquisição da linguagem por crianças, retomo, em linhas gerais, os estudos de Perroni (2001), Sicuro Corrêa (1989) e Da Matta (1999).

Conforme expus na seção 2.3.1, Perroni trabalha com dados da fala de duas crianças (um menino (T) e uma menina (N) entre os 2;0 e os 5;0 anos de idade) com um adulto interlocutor. Partindo de seu estudo anterior (1997), a autora propõe que as primeiras sentenças complexas das crianças sujeito são as estruturas com coordenação, seguidas das clivadas e concomitantemente das completivas com *que*. Segundo a autora, das clivadas, que começam a aparecer por volta dos 2;6, às relativas o passo é curto, já que, considerando a presença de diversos fenômenos relativos à topicalização na fala da criança, ambas derivam de estruturas com constituintes deslocados à esquerda, conforme se observa nos exemplos abaixo:

(2.55) a. O papai que jogô fora... no lichu... aqui. (N, 2;6) (op. cit, p. 63, ex. 1)

b. [**FocP** O papai [**foc** que [**IP** **t**_i jogou fora, no lixo, aqui.]]] (N, 2;6) (op. cit, p.63, ex.1')

(2.56) a. Come a pedrinha qui tá 'qui. (Perroni, op. cit, p. 65, ex. 8)

b. ...a pedrinha _i [**CP** que_i [**Top** (**t**)_i [**IP** pro_i tá aqui]]]] (op. cit, p. 65, ex. 8')

A frase em (2.55-a) exemplifica uma estrutura clivada (construções *É...que*) com redução da cópula “Foi”. Segundo a autora as clivadas “salientam sintaticamente um constituinte como foco sentencial”, introduzindo informação nova. A cópula nunca apresenta concordância, fato que indica o movimento desses elementos para uma posição A-barra. Considerando que o constituinte focalizado no exemplo sob análise tem função de sujeito, Perroni propõe a representação formal em (2.55-b).

Passando às construções relativas, conforme exemplo em (2.56), a maioria delas é de sujeito e objeto direto, com ramificações à direita. Nos dados de N essas estruturas começam a aparecer por volta dos 3;0 anos, e nos dados de T por volta dos 4;0 anos.

É importante notar que (2.56-b) é a representação formal de uma relativa cortadora, assim, o sintagma relativizado ocupa a posição de LD; o pronome relativo *que* liga-se ao seu vestígio em LD e este vestígio é correferente com o “**pro**” dentro do IP. Segundo Perroni, essa hipótese de que a criança constrói uma relativa vernacular (2.56-b) é mais plausível do que a hipótese de que a criança relativiza a posição do argumento, não prevendo a topicalização, pois a estratégia cortadora predomina no PB falado do adulto (cf Tarallo, 1983) e, assim, está no “input” da criança (cf Corrêa, 1998), o que justifica a presença, nos dados tardios das próprias crianças, de relativas cortadoras nas posições mais baixas da escala sintática.

Perroni (2001) explica, ainda, que a precedência do Foco nos dados infantis deve-se ao fato sintático de que o Foco apresenta somente uma posição estrutural, e ao fato pragmático / discursivo de que sempre introduz uma informação nova, diferentemente do Tópico que pode aparecer mais de uma vez em uma oração e tem a função de re-introduzir uma informação velha.

Essas considerações fecham a argumentação em favor da tese de que a produção de sentença complexa por crianças segue o seguinte percurso: 1) estruturas com coordenação, 2) estruturas com clivagem, 3) estruturas com relativizações de sujeito e de objeto. Assim, é possível propor a seguinte representação:

- 1) [IP A pedrinha_i Ø_i tá 'qui.]
- 2) [FocP A pedrinha_i [foc que [IP (t_i) tá 'qui.]]]
- 3) [IP a pedrinha [CPque_i [Top (t_i)_i [IP pro_i tá 'qui.]]] ...]

Segundo Perroni, apesar dos dados de T e N apresentarem somente relativas de sujeito e objeto, não há indicações de que seja mais difícil relativizar outras funções, pois no PB a estratégia vernacular é sempre introduzida por um pronome relativo e a posição relativizada é sempre um tópico (cf Kato, 1993). Assim, de acordo com a autora, “Relativas "difíceis" são obviamente aquelas de sintagmas preposicionais consideradas como "padrão" na bibliografia sobre o tema [...]. Sabe-se que na língua falada, registro informal, elas praticamente inexistem nos dias atuais. Sua dificuldade é clara quando se considera a aquisição da escrita.” (p. 76).

O estudo de Sicuro Corrêa (1989) pode ser apresentado como um contra argumento à hipótese de Perroni, pois ao testar a compreensão de orações relativas com funções SS, SO, OS e OO⁵³ por 80 crianças dos 3;0 aos 6;0 de idade, constatou que as orações SO são as mais difíceis porque impõem uma sobrecarga à memória da criança. As frases (2.57) e (2.58) exemplificam as relativas de sujeito com foco no objeto (SO) testadas por Sicuro Corrêa:

(2.57) O carneiro que o porco empurrou come o capim.

(2.58) A galinha que o porco empurrou pula o carneiro.

A interpretação de que a ação relacionada ao NP da oração matriz se referia ao NP da oração encaixada apresentou-se como o único erro sistemático nos dados das crianças. Esses erros, comuns entre os 3 e 4 anos de idade, aumentam em função da complexidade da frase, definida pela variável foco. A partir dos 5 anos o número de erros cai bruscamente e o desempenho da criança se estabiliza.

⁵³ SS (posição de sujeito e foco no sujeito), SO (posição de sujeito e foco no objeto), OS (posição de objeto e foco no sujeito) e OO (posição de objeto e foco no objeto)

Tabela 2.5 - Percentagem de respostas corretas em função da posição da relativa e do foco

TIPOS DE ORAÇÃO	%
SS	61
OS	59
OO	50
SO	35

(adaptação da tabela 4 – Sicuro Corrêa, p.145)

Tabela 2.6 - Percentagem de respostas corretas em função do grupo etário

GRUPO ETÁRIO	RESPOSTAS CORRETAS (%)
G1 (IDADE MÉDIA = 3,2)	19
G2 (IDADE MÉDIA = 4,0)	42
G3 (IDADE MÉDIA = 5,1)	74
G4 (IDADE MÉDIA = 6,2)	70

(adaptação da tabela 5 – Sicuro Corrêa, p.145)

A partir dessas constatações, Sicuro Corrêa conclui que “[ao que parece] as crianças deixam de processar a oração relativa quando o processamento destas é custoso e não evitam processá-la de modo geral.” (p. 145).

Para Perroni (2001), a dificuldade para compreender orações SO não se relaciona à organização da estrutura sintática, mas à estrutura argumental dos verbos das orações testadas, que permite que mais de um NP preencha seu argumento interno ou externo. Em (2.58), os três NPs - galinha, porco e carneiro – são potencialmente adequados para preencher tanto os argumentos do verbo relacionado à oração matriz quanto do verbo da oração relativa, o que justifica as diversas combinações e a interpretação imprevista. A crítica de Perroni (op. cit.) se estende também ao estudo de Da Matta (1999) que se inspira no estudo de Sicuro Corrêa (1989) para testar estruturas como “O cavalo que pulou a cerca derruba a galinha.”, que

também apresenta mais de um NP potencialmente adequado para o preenchimento dos argumentos dos verbos.

Embora Da Matta recupere as reflexões de Sicuro Corrêa, seu estudo busca “explicações de ordem sintática como justificativa para as operações computacionais presentes nas estruturas com encaixamento de relativas.”(p. 51). Assim, testa a influência dos fatores animacidade, preenchimento da categoria vazia na relativa e restritividade. Dentre as suas conclusões, Da Matta confirma os resultados de Sicuro Corrêa (1989)⁵⁴ quanto à interferência do fator animacidade e evidencia que o fator restritividade não interfere na compreensão das sentenças. Segundo a autora suas constatações não contrariam a hipótese de que as relativas centrais são mais difíceis do que as ramificadas à direita, pois as dificuldades na compreensão das relativas, principalmente pelo grupo de crianças com “problemas”, decorrem também de outros fatores extra-sintáticos⁵⁵ que, aliados à sintaxe, determinam o desempenho dos sujeitos de sua pesquisa.

A associação do NP sujeito da oração principal ao seu predicado, afastado pelo encaixamento central da relativa, representou dificuldade para o grupo de crianças com “problemas”, devido à sobrecarga de NPs possíveis de serem utilizados na associação do NP sujeito da oração principal e seu predicado. Apesar dessa dificuldade a autora conclui que “embora as crianças do grupo de Projeto apresentem maior dificuldade na compreensão das estruturas testadas do que as crianças do grupo de Controle [...], pode-se dizer que elas possuem domínio da categoria COMP, conseqüentemente operam movimento de QU em operação de cadeia, uma vez que, em determinadas estruturas atingem o índice de 100%” (p. 155).

⁵⁴ Sicuro Corrêa (1989) mostra que o falante compreende melhor as orações com dois NPs [+animado] e um NP [-animado] do que as orações com três NPs, todos [+animado].

⁵⁵ Os fatores extra-sintáticos apresentados pela autora são: a animacidade, já mencionada, o tipo de sentença escolhida (algumas sentenças testadas eram bizarras e, portanto, se afastam muito das situações realmente vivenciadas pelos falantes).

Essas considerações de Da Matta quanto à capacidade de compreensão de relativas de sujeito e objeto por crianças com problemas de aprendizagem corroboram a proposição de Perroni (2001) de que as relativas “difíceis” são as preposicionadas.

Convém reiterar que a hipótese desse estudo é que as relativas preposicionais são mais difíceis não somente porque envolvem mais etapas, mas porque são aprendidas tardiamente, por regras, diferentemente da aquisição da relativa vernacular.

Capítulo III

METODOLOGIA

Este estudo assume o modelo da teoria gerativa para investigar a produção escrita de alunos utilizando orações relativas, entretanto, esse modelo não determina o procedimento metodológico, pois, dada a necessidade de abarcar questões sobre a variação, não foi possível circunscrever a investigação ao método introspectivo, o qual analisa a linguagem intuitivamente.

Assim, como já exposto no primeiro capítulo, o modelo gerativo possibilita a aferição da língua-I do falante e o método experimental-avaliativo serve aos propósitos da pesquisa na medida em que permite a elucidação e alinhamento dos múltiplos fatores inerentes à experiência lingüística.

A coleta, processamento e análise dos dados em variação desenvolvem-se com base na sociolingüística quantitativa, que tem como um dos precursores Willian Labov (1972). Nesse modelo a língua é pensada como tendo uma estrutura variável que se pode conhecer por um método quantitativo, através do qual é possível estabelecer relações entre uma divisão estratificada da sociedade e a variabilidade estatística da língua. Assim, seu objeto de estudo é exatamente a variação, fenômeno universal, passível de descrição e de análise científica.

3.1 O corpus

Os dados que servem de base para este estudo provêm de um teste realizado com estudantes de 5ª a 8ª série do ensino fundamental II (ensino fundamental) e de 1º a 3º ano do ensino médio de uma escola particular paulista, conforme demonstrado abaixo:

	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	1º ano	2º ano	3º ano
Total de estudantes	12	13	12	12	12	13	11
Idade média	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos

A coleta foi realizada durante a aula de Língua Portuguesa, sem que o professor regente procedesse ao estudo da estrutura e função sintática das orações relativas e/ou interferisse na realização do teste. Visando evitar que as respostas fossem compartilhadas pelos grupos, foram distribuídos entre os alunos três testes diferentes (testes A, B e C)⁵⁶.

Os dados desta investigação foram armazenados e processados no GoldVarb 2001 (versão para Windows), um programa de análise multivariada que examina a relação potencial entre diversos fatores (variáveis) envolvidos em um fenômeno variável.

3.2 A estrutura dos testes

O teste compõe-se de 37 exercícios experimentais, intercalados com 22 exercícios distratores, os quais foram inseridos com a função de evitar que o aluno percebesse o objetivo

⁵⁶ A diferença diz respeito somente à ordem dos exercícios no teste.

do estudo ou a questão teórica implícita nas frases, assim, os exercícios distratores não serão analisados.

Para sua elaboração, seguiu-se o modelo dos exercícios para fixação de conteúdos proposto nos livros didáticos, ou seja, exercícios de correção gramatical, preenchimento de lacunas, transformação de orações simples em orações complexas⁵⁷ e produção de orações relativas, sempre focalizando a gramática tradicional.

O teste apresenta uma organização estrutural relevante para testar a hipótese aqui apresentada, assim, sua divisão em quatro blocos visou facilitar o trabalho de classificação dos dados, bem como de identificação dos fatores lingüísticos que interferem no processo de construção dessas relativas.

O primeiro bloco⁵⁸, formado por 08 frases experimentais e 06 frases distratoras, explorou os fatores [\pm humano], gênero e número, sempre em relação ao conseqüente. Assim, com o objetivo de verificar a relevância desses fatores nos dados dos escolares, apresentou-se o conjunto de frases ao aluno e solicitou-se que ele preenchesse as lacunas com um dos seguintes pronomes relativos: *qual, o qual (a qual, os quais, as quais), cujo (cuja, cujos, cujas), que, onde*.

Nessas frases, abaixo apresentadas, os NPs antecedentes e os NPs que contêm o PP relativizado ocupam a posição sujeito, e o antecedente é sempre humano, singular e masculino.

Nas frases distratoras, as lacunas, com exceção da frase (5) *que*, de acordo com a gramática tradicional, deveria ser preenchida com o pronome relativo *quem* antecedido pela preposição *de*, deveriam ser preenchidas pela palavra *que*. Na frase (2) o *que* é um complementizador introdutor de uma oração completiva, designada substantiva pela

⁵⁷ Neste estudo, pressupõe-se que orações complexas são aquelas que resultam da inserção de uma oração na outra.

⁵⁸ A apresentação a seguir baseia-se no modelo do teste A.

gramática tradicional, em (6) o **que** introduz uma oração coordenada explicativa, em (8) exerce a função de pronome relativo, em (11) faz parte de um sintagma preposicionado e em (12) exerce a função de circunstancializador introdutor de uma oração circunstancial – denominada adverbial pela gramática tradicional – exprimindo a circunstância de consequência.

		CONSEQÜENTE
1	O vendedor ambulante _____ filhas foram agredidas na Rua 25 de Março, abriu um processo contra a prefeitura.	feminino; humano; plural.
2	O biólogo disse _____ trabalha no centro de pesquisas da Universidade.	distratora
3	O homem _____ mulher trabalha no banco comprou um carro importado.	feminino; humano; singular.
4	O iraquiano _____ filhos foram mortos pelas tropas americanas não quis gravar entrevista.	masculino; humano; plural.
5	Esse padre _____ os jornais falam é um grande batalhador pela justiça social.	distratora
6	Fica quieto _____ eu quero dormir.	Distratora
7	No filme “Estrada para perdição” Tom Hanks é o matador _____ filho se torna testemunha de uma execução.	masculino; humano; singular
8	Ela trabalhou durante toda a madrugada na fantasia _____ filho usaria no teatro da escola.	distratora
9	O escritor _____ poesias foram publicadas em diversas línguas visitará o Brasil.	feminino; não-humano; plural
10	O ator brasileiro _____ fotografia foi publicada no jornal americano nasceu em Minas Gerais.	feminino; não-humano; singular
11	A gente tem _____ explicar com franqueza certas coisas.	Distratora
12	Falou tanto _____ ficou rouco.	Distratora
13	O morador da favela de Taipas _____ bens foram destruídos pelo fogo decidiu protestar.	masculino; não-humano; plural
14	O grupo mexicano _____ show acabou em tragédia em SP tem calçados, material escolar e outros produtos no país.	masculino; não-humano; singular

O segundo bloco, composto por 16 frases experimentais e 8 distratoras, foi dividido entre orações relativas cortadoras e relativas copiadoras, todas com antecedente humano, singular, masculino.

Solicitou-se ao aluno que adequasse as orações ao registro formal (variante convencional), com o objetivo de evidenciar se o aluno seria capaz de perceber as diferenças

entre as variantes vernacular e a convencional e se seria capaz de produzir esta última conforme a prescrição das gramáticas normativas. A essas observações, somam-se os efeitos do fator [\pm humano] e dos traços de gênero e número do NP conseqüente.

Nas frases do experimento o *que* é um pronome relativo extraído da posição de Top (cf Kato, 1993). Nas frases distratoras (2), (4), (12), (19) e (23) o *que* é um complementizador introdutor de orações completivas. Em (7) e em (15), o *porque* e o *que*, associado ao item lexical *agora*,₂ introduzem orações circunstanciais. Em (7) a oração circunstancial exprime a circunstância de causa, enquanto na frase em (15), que aparece deslocada à esquerda, exerce a circunstância de tempo. Em (10) o *que* introduz uma oração coordenada que se apresenta como uma justificativa do que foi dito na oração principal.

	RELATIVAS COPIADORAS	CONSEQÜENTE [+ Humano]
1	O homem que a mulher dele vende mel saiu cedo para trabalhar.	Feminino; Singular
2	A mulher acha que o marido dela comprou um carro novo.	Distratora
3	O policial que as filhas dele estudam na Europa trabalha no departamento de homicídios.	Feminino Plural
4	O jogador do São Paulo disse que ele ficará no clube até o final de 2007.	Distratora
5	O cantor brasileiro que o filho dele é produtor musical diz ter muito orgulho da família.	Masculino Singular
6	O jovem que os pais dele foram para a guerra está revoltado.	Masculino Plural
7	Mandamos o dinheiro porque ela precisava dele.	Distratora

	RELATIVAS CORTADORAS	CONSEQÜENTE [- Humano]
8	O empresário que a fazenda foi invadida por membros do MST diz que o governo está adiando a resolução do problema.	Feminino Singular
9	O advogado americano que as malas foram extraviadas no Aeroporto de Congonhas abriu um processo contra a companhia aérea.	Feminino Plural
10	Não brinque com faca, que ela é perigosa.	Distratora
11	O empresário que o carro foi roubado ainda não recebeu a indenização.	Masculino Singular
12	A funcionária falou que a empresa vai mandar ela embora.	Distratora
13	O escritor que os livros foram publicados em Portugal pensa em escrever uma novela.	Masculino Plural

	RELATIVAS CORTADORAS	Conseqüente [+ Humano]
14	O jogador colombiano que a mãe é brasileira pretende fixar residência no Brasil.	Feminino Singular
15	Agora que ele viajou podemos ficar sossegados.	Distratora
16	O prefeito que as sobrinhas ocupam cargo público responderá processo.	Feminino Plural
17	O jovem que o avô morreu na semana passada fará tratamento psicológico e será afastado da escola.	Masculino Singular
18	Sofre o pai que os filhos vão à guerra.	Masculino Plural
19	Ele pensa que as poltronas são muito mais frágeis que as cadeiras.	Distratora

	RELATIVAS COPIADORAS	Conseqüente [- Humano]
20	O artista que a casa dele foi leiloada morreu o ano passado.	Feminino Singular
21	O grupo “Rebeldes” que as músicas dele lideram a lista das mais pedidas fará um show no Brasil.	Feminino Plural
22	O ator Marco Ricca que o filme dele mais conhecido é “O Casamento de Romeu e Julieta” também já fez teatro e novela.	Masculino Singular
23	O ator espera que a maioria das mulheres apóie o trabalho dele.	Distratora
24	O artista plástico que os trabalhos dele estão expostos no Museu de Artes Contemporâneas diz que detesta burocracia.	Masculino Plural

No terceiro bloco, composto por 12 exercícios experimentais e 7 distratores, solicitou-se ao aluno que transformasse duas orações simples em uma oração complexa, promovendo as alterações pertinentes. Busca-se, neste bloco, explorar a função sintática do NP antecedente e do NP que contém o PP relativizado. Assim, propôs-se a combinação de duas orações através do procedimento sintático de justaposição, de modo que o aluno pudesse transformar as duas orações simples em uma oração complexa. Embora não houvesse qualquer impedimento à formação de orações coordenadas sindéticas, o par de orações simples apresentam NPs idênticos, motivando, de certa forma, a formação de orações relativas. Nas frases (1), (2) e (4), os PPs idênticos ocupam sempre a função de genitivo de sujeito, de objeto e de oblíquo, respectivamente.

Nas frases (6), (7) e (9) tanto os NPs que contêm os PPs relativizados quanto os NPs da oração matriz ocupam as funções de sujeito, objeto e oblíquo, respectivamente.

Nas frases de (10), (12), (14), (16), (17) e (19) há um cruzamento das funções sintáticas dos NPs antecedente e relativizados. Quanto às frases distratoras, com exceção da frase (11), cuja estrutura favorece a formação de uma oração relativa introduzida pelo pronome relativo *que*, além da possibilidade de se construir orações coordenadas sindéticas, suas estruturas prevêm a formação de orações circunstanciais, introduzidas por um circunstancializador *porque* (frases (3),(5),(8),(13),(15),(18))

		Função do NP antecedente / função do PP relativizado
1	A alegria do jogador contagiou toda a torcida. O pai do jogador é o técnico do time.	genitivo de sujeito/ genitivo de sujeito
2	Um homem roubou o dinheiro do rapaz. Nós conhecemos o irmão do rapaz.	genitivo de objeto direto/ genitivo de objeto direto
3	Não saia da cidade. O tempo não está bom.	distratora
4	José entrou na secretaria da fábrica. Ele trabalha no almoxarifado da fábrica.	genitivo de oblíquo/ genitivo de oblíquo
5	Muitos turistas vão para Campos do Jordão no inverno. Faz muito frio em Campos do Jordão.	distratora
6	O rio é o principal atrativo da cidade. As águas do rio são medicinais.	sujeito/ genitivo de sujeito
7	Vendi a casa. Nós pintamos as paredes da casa.	objeto direto/ genitivo de objeto
8	O médico acha que o Marcos estava se recuperando. Ele voltou a andar.	distratora
9	Votaremos no candidato. Concordamos com as idéias do candidato.	oblíquo/ genitivo de oblíquo
10	Eu vi o homem. A filha do homem viajou para a Europa.	objeto direto/ genitivo de sujeito
11	Eles acusaram o caseiro. A polícia interrogou o caseiro.	Distratora
12	Eu conversei com o vizinho. O pai do vizinho é boliviano.	oblíquo/ genitivo de sujeito
13	A professora de matemática disse que vai reprovar o João. Ele não é estudioso.	distratora
14	A professora está aposentada. Visitamos o filho da professora no hospital.	sujeito/ genitivo de objeto direto
15	Ele quer viajar para os Estados Unidos. Seus parentes estão nos Estados Unidos.	distratora
16	Gosto do treinador. Pedro conheceu o filho do treinador.	oblíquo/ genitivo de objeto direto
17	A médica não trabalha mais no hospital municipal. Batemos na porta da médica.	sujeito/ genitivo de oblíquo
18	A rua está molhada. Choveu muito esta tarde.	Distratora
19	Visitei o professor. Minha mãe trabalhou com a mulher do professor.	objeto direto/ genitivo de oblíquo

No quarto bloco foi solicitado ao aluno que produzisse uma oração empregando o pronome relativo *cujo* e uma oração empregando o pronome relativo *que*, sendo este último exercício um distrator.

Busca-se avaliar, com este exercício, se os alunos são capazes de produzir orações relativas com o pronome relativo *cujo*, de acordo com a prescrição normativa. Além disso, visa-se observar se os resultados desse bloco, no que se refere à influência dos fatores [±humano], [±masculino], [±plural] e função sintática do NP antecedente e do NP relativizado na produção escrita das relativas genitivas convencionais, divergem ou se alinham aos resultados dos blocos anteriores.

3.3 Grupo de fatores

3.3.1 Fator extralingüístico

3.3.1.1 Escolaridade

A influência da variável escolaridade correlaciona-se à hipótese central desse estudo: a de que a relativa genitiva convencional com o emprego do pronome relativo *cujo* não faz parte da gramática nuclear da criança, mas é aprendida formalmente, a partir do “input” ordenado escolar e da imersão em textos escritos⁵⁹.

Considera-se, ainda, no que se refere à variável escolaridade, as conclusões de Corrêa (1998), que revelam, conforme exposto anteriormente, que a relativa convencional é empregada predominantemente por indivíduos com alto grau de escolaridade. A autora observa que no estágio final do processo de escolarização o aluno emprega com mais correção a estratégia convencional do que no início do processo, embora na produção textual

⁵⁹ Acredito que mesmo nas séries iniciais do ensino fundamental, em que não se observa o ensino sistemático das relativas convencionais, o aluno poderá ter em seu conhecimento periférico relativas preposicionadas e com pronome relativo *cujo* por estar exposto a diversos textos orais e/ou escritos em consonância com a norma tradicional.

espontânea o aluno, independentemente do nível de escolaridade, procure esquivar-se das relativas preposicionadas, fato que, segundo a autora, pode ser interpretado como um indício de que os alunos não se sentem seguros para produzir a forma convencional.

Assim, o estudo buscará avaliar se o maior grau de escolarização corresponde à maior incidência de uso do pronome relativo *cujo*, visando compreender em que medida o ensino prescritivo interfere no domínio das formas de prestígio e no abandono das formas estigmatizadas ou neutras.

3.3.2 Fatores lingüísticos

3.3.2.1 Traço semântico [\pm humano]

Os dados de Mollica (1977) e Tarallo (1983) constataam que o traço semântico [+ humano] favorece a presença do resumptivo. Entretanto, os estudos sobre a aquisição da linguagem de Perroni (2001) evidenciam que o traço [+ humano] não influencia essa ocorrência do resumptivo. Diante disso, torna-se necessário avaliar se esse fator exerce influência na produção do pronome *cujo*, ou seja, se em presença de um NP conseqüente [+humano] a construção relativa pelo falante segue as regras prescritas na gramática tradicional.

3.3.2.2 Traços gênero e número

A relativa genitiva convencional com o pronome *cujo* envolve, além de outras propriedades, a concordância com o NP conseqüente, assim, além de preservar a relação de posse, esse relativo sofre variação de gênero e toma flexão de número. Entretanto, é comum seu uso como pronome invariável seguido ou não de artigo, conforme exemplos abaixo:

- (3.1) O homem cujo mulher vende mel saiu cedo.
- (3.2) O jovem cujo os pais foram para a guerra está revoltado.
- (3.3) O prefeito cujo as filhas ocupam cargo público responderá processo.

Assim, é importante observar em que medida a marcação do gênero e número representa maior dificuldade na construção dessa relativa.

3.3.2.3 Função sintática do NP que contém o PP relativizado e do NP antecedente

Para justificar o estudo das funções sintáticas dos NPs, considerarei primeiramente que as orações relativas convencionais são derivadas pela “regra de movimento QU”, a qual estabelece que um NP-QU na sentença relativa é movido para COMP, deixando um vestígio que forma cadeia com COMP.

Na estrutura superficial de orações relativas temos que o movimento do sintagma QU para COMP deixa uma categoria vazia na posição original do NP-QU. Essa categoria é um

vestígio da regra de movimento que é vinculado pelo NP-QU na posição COMP. Tanto a categoria vazia co-indexada ao NP-QU quanto o NP que antecede o relativo ocupam diferentes funções na sentença. Neste estudo, analiso as funções de sujeito, objeto direto, oblíquo e genitivo, tanto do NP antecedente quanto do NP que contém o PP relativizado, conforme demonstrado abaixo:

NP ANTECEDENTE	NP RELATIVIZADO	
Genitivo de sujeito	Genitivo de sujeito	A alegria do jogador cujo pai é o técnico do time contagiou toda a torcida.
Genitivo de Objeto direto	Genitivo de objeto direto	Um homem roubou o dinheiro do rapaz cujo irmão nós conhecemos.
Genitivo de Oblíquo	Genitivo de oblíquo	José entrou na secretaria da fábrica em cujo almoxarifado trabalha.
Sujeito	Genitivo de sujeito	O rio cujas águas são medicinais é o principal atrativo da cidade.
Sujeito	Genitivo de objeto direto	A professora cujo filho visitamos no hospital está aposentada.
Sujeito	Genitivo de oblíquo	A médica em cuja porta batemos não trabalha mais no hospital municipal.
Objeto direto	Genitivo de objeto direto	Vendi a casa cujas paredes pintamos de branco
Objeto direto	Genitivo de sujeito	Eu vi o homem cuja filha viajou para a Europa.
Objeto direto	Genitivo de Oblíquo	Visitei o professor com cuja mulher minha mãe trabalhou.
Oblíquo	Genitivo de oblíquo	Votaremos no candidato com cujas idéias concordamos.
Oblíquo	Genitivo de sujeito	Eu conversei com o vizinho cujo pai é boliviano.
Oblíquo	Genitivo de Objeto direto	Gosto do treinador cujo filho Pedro conheceu.

As funções sintáticas, de acordo com a gramática gerativa, são definidas a partir das posições estruturais que as categorias gramaticais (NP, VP, PP, etc.) ocupam na frase, especificamente em termos de dominância (Raposo, 1992, p. 80). Assim, um segmento é sujeito de uma frase quando é dominado por S [NP, S]. O objeto direto é definido como o NP imediatamente dominado por VP [NP, VP]. O objeto de preposição, denominado oblíquo

neste estudo, é definido como o NP imediatamente dominado por PP, contendo uma preposição X. Assim, neste estudo, a função gramatical de objeto de preposição é definida somente a partir do critério posicional. É importante notar que o genitivo define-se como um PP modificador do nome, tanto em um NP pré-verbal quanto em um NP pós-verbal, precedido ou não de preposição. O PP modificador do nome pertence, portanto, a um nóculo [NP + PP], para as posições de genitivo do sujeito e do objeto direto e [PP+PP], para a posição de genitivo do oblíquo. O genitivo define-se, ainda, por apresentar somente o PP como antecedente da relativa.

Diferentemente dos demais relativos, o genitivo deve ser analisado também em relação ao nome. Sua superficialização através do *cujo* coloca-o em posição prenominal, enquanto a superficialização através da variante preposicional (forma que parece ter pouca aceitabilidade no PB) implica distanciamento do relativo/nome, conforme exemplos abaixo.

(3.4) Um homem roubou o dinheiro do rapaz *cujo* irmão nós conhecemos.

(3.5) (?) Um homem roubou o dinheiro do rapaz, o irmão de quem/do qual nós conhecemos.

Em casos de estruturas como “o rio é o principal atrativo da cidade”, assumo que “o rio” é um sujeito que mantém uma relação de predicação com o constituinte “principal atrativo da cidade”. Como essa predicação não tem verbo como seu núcleo, “o rio” é sujeito de uma *small clause*.

No caso da estratégia vernacular, assume-se que o pronome relativo *que* liga-se a seu vestígio em LD e esse vestígio é correferente com um “pro” em alternância com um pronome resumptivo dentro do IP.

Por fim, é importante notar que o estudo da função sintática dos NPs justifica-se, principalmente, porque a função sintática do NP relativizado interfere na produção da relativa convencional (cf . Souza e Silva, 1981; Corrêa, 1998).

Capítulo IV

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O objetivo, neste capítulo, é apresentar as construções sintáticas que figuram nos dados, buscando identificar os padrões de distribuição das estruturas com relativas, bem como observar se os alunos têm dificuldade na produção escrita de orações relativas convencionais.

O teste, conforme citado anteriormente, foi dividido em 4 blocos, assim, a apresentação e análise dos dados dar-se-á em quatro etapas. Na primeira etapa apresenta-se o primeiro bloco de exercícios, verificando a influência dos fatores [\pm humano], [\pm plural] e [\pm masculino].

Os exercícios do segundo bloco servirão de base para analisar a capacidade do estudante de proceder à reestruturação da relativa vernacular, extraindo o termo a ser relativizado de dentro da sentença. Observa-se, ainda, se as orações reescritas pelos alunos preservam a mesma função sintática dos NPs das relativas vernaculares, obedecendo, assim, o padrão de resposta esperado.

O fator função sintática dos NPs é retomado e focalizado no bloco 3, a partir do qual é possível avaliar a habilidade do estudante de transformar duas orações simples em uma oração complexa, procedendo ao encaixamento de uma oração dentro da outra – matriz – de modo que não haja perda das informações contidas nas orações simples.

No último bloco focaliza-se a habilidade de produção escrita de orações relativas com o pronome *cujo*. Observa-se, inicialmente, se a oração produzida é uma relativa genitiva convencional. Em seguida, analisa-se a função sintática do NP antecedente e do nóculo que contém o PP relativizado. Por fim, observam-se os fatores [\pm humano], [\pm plural], [\pm masculino], em relação ao conseqüente.

4.1 Primeiro bloco: a influência dos fatores [\pm humano], [\pm masculino] e [\pm plural]

4.1.1 Explicação geral

Os resultados obtidos a partir do primeiro bloco de exercícios revelam um alto percentual de estruturas preenchidas corretamente com o pronome relativo *cujo* (70,7%), conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 4.1 – Emprego do pronome relativo *cujo* no primeiro bloco

	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			Total
	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	1 ^o	2 ^o	3 ^o	
	N / %	N / %	N / %	N / %	N / %	N / %	N / %	N / %
<i>CUJO</i> CORRETO	44/45,8%	39/37,5%	67/69,8%	80/83,3%	80/83,3%	93/89,4%	78/88,6%	481/70,7%
<i>O QUAL POR</i> <i>CUJO</i>	20/20,8%	28/26,9%	10/10,4%	1/1,0%	8/8,3%	4/3,8%	2/2,3%	73/10,7%
<i>ONDE POR</i> <i>CUJO</i>	5/5,2%	10/9,6%	7/7,3%	7/7,3%	1/1,0%	4/3,8%	2/2,3%	36/5,3%
RELATIVA CORTADORA	3/3,1%	2/1,9%	1/1,0%	0	0	0	0	6/0,8%
<i>CUJO</i> INCORRETO	24/25,0%	25/24,0%	11/11,4%	6/6,2%	7/7,3%	3/2,9%	6/6,8%	82/12,0%
FRASES INCOMPLETAS	0	0	0	2/2,0%	0	0	0	2/0,3%
TOTAL	96/100%	104/100%	96/100%	96/100%	96/100%	104/100%	88/100%	680/100%

Some-se ao alto percentual de acerto, o número de orações em que o pronome relativo *cujo* foi empregado em desacordo com as especificações da gramática normativa, a saber, acrescido de artigo ou sem flexão de gênero e/ou de número, já que, apesar dessas incorreções, esse pode ser um indício de que o falante percebe a relação de posse entre os NPs e reconhece a função sintática do pronome relativo *cujo*.

Pela tabela 4.1 pode-se verificar, ainda, que o desempenho dos alunos nos primeiros anos do ensino fundamental, no que concerne ao conhecimento da gramática tradicional, não é plenamente satisfatório. Há vários casos de escolha de pronome diferente do previsto na

gramática tradicional, principalmente substituindo-se o pronome *cujo* pelo pronome *o qual*, conforme exemplo abaixo:

(4.1) O escritor o qual as poesias foram publicadas em diversas línguas visitará o Brasil.

Entretanto, nem mesmo nessas primeiras séries (5ª, 6ª e 7ª séries), se observa o emprego da relativa vernacular copiadora. O emprego de relativas cortadoras também é bastante reduzido, atingindo menos de 1% do total de frases.

Embora os resultados mostrem-se favoráveis à suposição de que os alunos, principalmente a partir da 8ª série do ensino fundamental, empregam corretamente o pronome relativo *cujo*, é necessário propor outras observações examinando mais atentamente o teste e as respostas apresentadas.

Inicialmente, é necessário notar que nesses exercícios a frase está completamente formada e o aluno precisa apenas completá-la com o pronome adequado, trata-se mais de um exercício de leitura e compreensão do que propriamente de escrita. Vejamos o exemplo abaixo, que corresponde ao primeiro exercício proposto aos alunos (teste A):

(4.2) O vendedor ambulante, cujas filhas foram agredidas na Rua 25 de Março, abriu um processo contra a prefeitura.

Ao propor essa frase, deixando apenas uma lacuna para preenchimento, a possibilidade de emprego de uma relativa copiadora é praticamente anulada, pois não há espaço para que o aluno insira um pronome lexical após o NP que contém o PP relativizado. Note-se, ainda, que o falante não precisa extrair o PP de dentro do IP, a ele cabe somente identificar a relação de

posse entre os NPs, já que este é o único motivo para que, em (4.1), o falante escolha o pronome relativo *cujo* e não o pronome relativo *que* ou *qual (as quais)*.

Além disso, em todas as frases desse bloco tanto o NP antecedente quanto o NP que contém o PP a ser relativizado ocupam a função sintática de sujeito, ou seja, trata-se de uma estrutura que não representa grande dificuldade para o falante, conforme demonstrarei na seção 4.3.

4.1.2 Fatores [\pm humano], [\pm masculino] e [\pm plural]

Para analisar se os fatores [\pm humano], [\pm masculino] e [\pm plural] determinam o comportamento da variável, os dados relativos a esse bloco de exercício serão reapresentados nas tabelas 4.2, 4.3 e 4.4, abaixo:

Tabela 4.2 – Frequência do pronome *cujo* – conseqüente [\pm masculino]

	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
<i>CUJO</i> CORRETO	250 (52,0%)	231(48,0%)	481(70,7%)
<i>CUJO</i> INCORRETO	48(58,5%)	34(41,5%)	82(12,0%)
O QUAL POR <i>CUJO</i>	34(46,6%)	39(53,4%)	73(10,7%)
ONDE POR <i>CUJO</i>	05(13,8%)	31(86,1%)	36(5,3%)
RELATIVA CORTADORA	02(33,3%)	04(66,6%)	06(0,8%)
INCOMPLETA	1(50,0%)	1(50,0%)	2(0,3%)
TOTAL	340	340	680

Tabela 4.3 - Frequência do pronome *cujo* – conseqüente [± plural]

	PLURAL	SINGULAR	TOTAL
CUJO CORRETO	218(45,3%)	263(54,7%)	481(70,7%)
CUJO INCORRETO	63(76,8%)	19(23,2%)	82(12,0%)
O QUAL POR CUJO	37(50,6%)	36(49,4%)	73(10,7%)
ONDE POR CUJO	20(55,5%)	16(44,5%)	36(5,3%)
RELATIVA CORTADORA	01(16,6%)	05(83,3%)	06(0,8%)
INCOMPLETA	1(50,0%)	1(50,0%)	2(0,3%)
TOTAL	340	340	680

Tabela 4.4 - Frequência do pronome *cujo* – conseqüente [± humano]

	HUMANO	NÃO HUMANO	TOTAL
CUJO CORRETO	261(54,3%)	220(45,7%)	481(70,7%)
CUJO INCORRETO	36(43,9%)	46(56,1%)	82(12,0%)
O QUAL POR CUJO	27(37,0%)	46(63,0%)	73(10,7%)
ONDE POR CUJO	14(38,9%)	22(61,1%)	36(5,3%)
RELATIVA CORTADORA	2(33,3%)	4(66,6%)	06(0,8%)
INCOMPLETA	0	2(100,0%)	2(0,3%)
TOTAL	340	340	680

Os números gerais apresentados nessas tabelas mostram um equilíbrio entre os índices, sendo que o emprego do pronome *cujo* de acordo com as prescrições gramaticais manteve-se acima de 70%.

Na tabela 4.3 observa-se uma oscilação na frequência de uso do pronome relativo *cujo* com conseqüente [+ plural]. A maior incidência de emprego incorreto desse relativo nessas orações explica-se pelo fato de alguns falantes empregarem o pronome *cujo* de maneira uniforme quanto ao gênero e ao número do conseqüente, seguido ou não de artigo, conforme exemplos abaixo:

(4.3) o homem cujo mulher trabalha no banco comprou um carro.

(4.4) vendedor ambulante, cujo as filhas foram agredidas na Rua 25 de Março abriu um processo contra a prefeitura.

O emprego do *cujo* “invariável” evidentemente não é identificado em orações em que o conseqüente é [- plural] / [+ masculino], pois nesse contexto o pronome *cujo* não sofre variação. A mesma observação justifica a maior freqüência de orações em desacordo com as prescrições gramaticais em contextos em que o conseqüente é feminino, conforme demonstrado na tabela 4.2.

Os dados apresentados na tabela abaixo evidenciam a freqüência de uso do pronome relativo *cujo* invariável e/ou seguido de artigo.

Tabela 4.5 – Emprego do pronome relativo cujo no primeiro bloco – distribuição por série

	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			Total N
	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	1º ano	2º ano	3º ano	
	N	N	N	N	N	N	N	
CUJO CORRETO	44	39	67	80	80	93	78	481(70,7%)
CUJO + ARTIGO	1	0	0	0	0	1	0	2(0,3%)
CUJO INVARIÁVEL	23	25	11	6	7	2	6	80(11,7%)
OUTROS	28	40	18	10	9	8	4	117(17,2%)
TOTAL	96	104	96	96	96	104	88	680

Os resultados até aqui apresentados evidenciam que é na última série do ensino fundamental que o emprego do pronome relativo *cujo* de acordo com a prescrição gramatical torna-se mais freqüente. Observa-se que nas primeiras séries do ensino fundamental o aluno, em 82% dos casos⁶⁰, percebe a relação de posse entre os NPs e faz uso do pronome *cujo*. Entretanto, nessa fase da escolarização, muitas vezes não percebe a necessidade de estabelecer concordância com o NP conseqüente.

É importante destacar, ainda, conforme demonstrado na tabela 4.2, o número de ocorrências do pronome *onde* em lugar do *cujo* em contextos em que o conseqüente é

⁶⁰ Considerando o total de orações com emprego do pronome *cujo*, inclusive as orações produzidas em desacordo com as prescrições gramaticais.

[+masculino], e do pronome *o qual* (ou uma de suas variáveis) em lugar do *cujo*, geralmente com conseqüente [- humano].

Voltarei a essa discussão no quinto capítulo, quando serão analisadas as ocorrências de *onde* e *o qual* em todos os blocos.

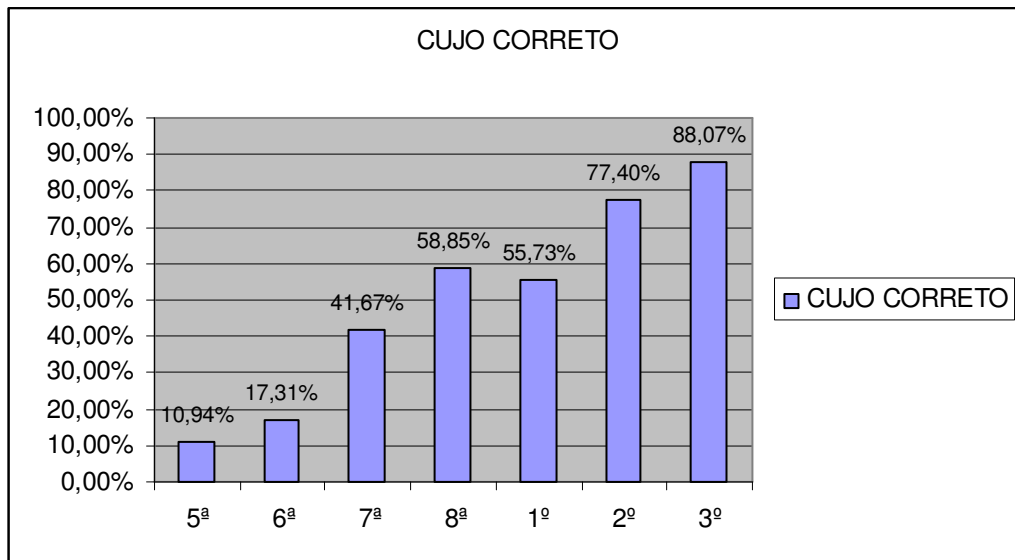
4.2 – Segundo bloco – adequação de orações ao registro convencional

4.2.1 – Explanação geral

Os resultados deste segundo bloco de exercícios, estruturados com base no princípio de que no PB há três diferentes estratégias de relativização – uma convencional e duas vernaculares –, conjugam-se aos resultados do primeiro bloco na medida em que evidenciam a importância do fator escolaridade.

Conforme se observa no gráfico 4.1 abaixo, na 5ª série do ensino fundamental somente em 10,9% das orações o pronome *cujo* é empregado corretamente, enquanto na última série do ensino médio a percentagem de orações corretas é de 88%.

Gráfico 4.1 – Relativas com o emprego do pronome relativo cujo por nível de escolaridade



A tabela 4.6, abaixo, que apresenta a distribuição por série das 1360 frases produzidas neste bloco, evidencia que nas duas primeiras séries do ensino fundamental há co-ocorrência de dois processos de formação de orações: a relativização e a coordenação, além do processo de formações de orações simples.

Tabela 4.6 – Frases produzidas no segundo bloco – distribuição por série⁶¹

	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE	1º ANO	2º ANO	3º ANO	TOTAL	
	N	N	N	N	N	N	N	N	%
CUJO CORRETO	21	36	80	113	107	161	155	673	49,49%
CUJO INCORRETO	67	64	66	46	44	4	17	308	22,65%
O QUAL POR CUJO	6	5	5	4	15	16	2	53	3,90%
RELATIVAS VERNACULARES	22	8	0	0	0	0	0	30	2,21%
OUTRAS RELATIVAS (SUJ, OBJ DIR)	8	18	4	6	2	4	0	42	3,09%
SIMPLES, COORDs. E JUSTAPOSTAS	40	56	12	11	17	5	1	142	10,44%
OUTRAS FRASES	9	16	19	8	4	17	1	74	5,44%
AGRAMATICAL OU INCOMPLETA	19	5	6	4	3	1	0	38	2,79%
TOTAL	192	208	192	192	192	208	176	1360	

A distinção dos tipos de orações nos dados, representada na tabela acima, decorre da necessidade de evidenciar que o processo de aprendizagem da sentença contendo relativa aparentemente segue um percurso evolutivo. Conforme exposto na seção 2.5, nas primeiras séries do ensino fundamental o aluno emprega três diferentes estruturas substitutivas ao processo de relativização: a topicalização, a coordenação de NPs e a justaposição e/ou

⁶¹ Sob o nome de “outras frases” estão agrupadas as construções de posse com verbo *ter* e as adverbiais, as quais ficarão fora desta análise, devido às peculiaridades de suas configurações sintáticas e ao fato de representarem cerca de 3% do total de frases presentes nos dados, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Construções com o verbo *ter*

	5ª série	6ª Série	7ª série	8ª série	1º ano	2º ano	3º ano	TOTAL	
Bloco 1	0	0	0	0	0	0	0	0/680	0
Bloco 2	4	5	15	8	4	15	1	52/1360	3,8%
Bloco 3	0	1	1	5	5	2	5	19/1020	1,9%
Bloco 4	0	0	0	0	0	0	0	0/85	0
Total	4	6	16	13	9	17	6	71/3145	2,2%

Construções adverbiais

	5ª série	6ª Série	7ª série	8ª série	1º ano	2º ano	3º ano	TOTAL	
Bloco 1	0	0	0	0	0	0	0	0/680	0
Bloco 2	5	11	4	0	0	2	0	22/1360	1,6%
Bloco 3	4	12	2	1	3	1	0	23/1020	2,2%
Bloco 4	0	0	0	0	0	0	0	0/85	0
Total	9	23	6	1	3	3	0	45/3145	1,4%

Note-se, ainda, que os dados não são representativos, visto que as construções com o verbo *ter* foram produzidas por um número reduzido de falantes. Por exemplo, 8 das 15 ocorrências da 7ª série foram produzidas pelo mesmo aluno.

coordenação de orações. Nas três primeiras séries do ensino fundamental a oração relativa é preterida em função da estrutura de tópico e somente na 8ª série passa a ocorrer a justaposição de orações (Oliveira,2004).

Os dados deste estudo mostram, entretanto, que as orações simples e as coordenadas são freqüentes somente até a 6ª série. Todavia, opondo o processo de encaixamento ao de conjunção de orações pode-se concluir, reafirmando a hipótese de Oliveira, que o processo de apreensão dos NPs da oração relativa obedece a um percurso evolutivo.

As presenças de orações simples, coordenadas e justapostas⁶², conforme exemplos abaixo, decorrem, provavelmente, do fato de os alunos das séries iniciais ainda não terem aprendido as relativas convencionais.

(4.5) O homem saiu cedo para trabalhar. (5ª série)

(4.6) O homem saiu cedo para trabalhar e sua mulher vende mel. (5ª série)

(4.7) O homem saiu cedo para trabalhar. Sua mulher vende mel. (5ª série)

Observe-se que as orações simples, coordenadas e justapostas representam 10,44% das produções deste bloco e ocorrem com mais freqüência nas primeiras séries do ensino fundamental. Da mesma forma, a relativização da posição de sujeito⁶³, conforme exemplos (4.8-a), acompanhado da forma prevista no padrão de respostas (4.8-b), em lugar da relativização da posição de genitivo, também são mais freqüentes nas primeiras séries.

(4.8) a. Os livros do escritor que pensa em escrever novela foram publicados em Portugal.

⁶² A discussão sobre essas orações será retomada na apresentação do bloco 3.

⁶³ Os dados apresentam apenas uma sentença em que há relativização da posição de objeto direto e uma em que há relativização da posição de oblíquo, conforme demonstrado em “a” e “b”, respectivamente:

a) As filhas do policial que estudam na Europa são separadas. (6ª série)

b) O advogado processou a companhia aérea em que suas malas foram extraviadas. (8ª série)

Retornarei a esta discussão na apresentação dos exercícios do terceiro bloco.

b. O escritor **cujos** livros foram publicados em Portugal pensa em escrever novela.

A tabela 4.6 apresenta ainda dados sobre o uso do pronome *o qual (a qual)* em lugar do *cujo* (3,0%), conforme exemplos (4.9-a), (4.10-a) e (4.11-a), todos acompanhados da forma esperada no padrão de resposta em (b).

(4.9) a. O jogador colombiano, **o qual** a mãe é brasileira, pretende fixar residência no Brasil.

b. O jogador colombiano **cuja** mãe é brasileira pretende fixar residência no Brasil.

(4.10) a. O jovem **o qual** os pais foram para a guerra está revoltado.

b. O jovem **cujos** pais foram para guerra está revoltado.

(4.11) a. O artista **o qual** a casa foi leiloada morreu o ano passado.

b. O artista **cuja** casa foi leiloada morreu o ano passado.

Ao que parece, o pronome *qual* tem um comportamento diferente do pronome *que*, ou seja, assim como o pronome *cujo*, o pronome *o qual* é interpretado pelo falante como uma marca do português culto.

Conforme se verá mais adiante, o uso desse pronome em lugar de *cujo* também é freqüente nos dados dos exercícios do terceiro bloco. Assim, o detalhamento das questões que envolvem a substituição de *cujo* por *o qual* será realizada somente na seção 5.3.

4.2.2 – *Cujo* em desacordo com as prescrições gramaticais

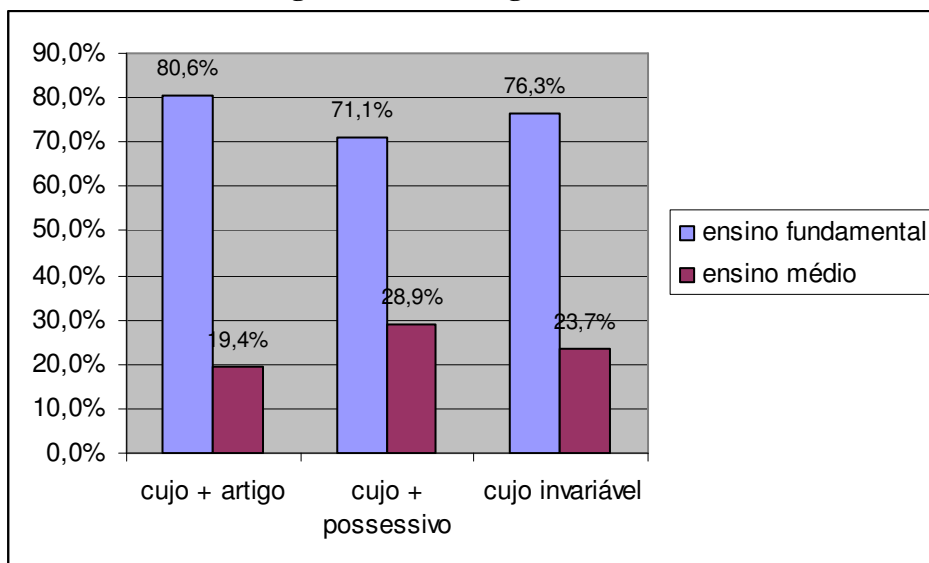
Para melhor visualização, os dados relativos ao uso do pronome *cujo* em desacordo com as prescrições gramaticais (sem as flexões de gênero e número, acrescido de artigo e/ou seguido de pronome possessivo *seu* ou *dele*) serão retomados na tabela 4.7, abaixo:

Tabela 4.7 - Emprego do pronome cujo em desacordo com as prescrições gramaticais no segundo bloco

	5 ^a		6 ^a		7 ^a		8 ^a		1 ^o		2 ^o		3 ^o		total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>Cujo</i> seguido de artigo	54	23,3%	45	19,4%	49	21,1%	39	16,8%	27	11,6%	4	1,8%	14	6,0%	232	75,3%
<i>Cujo</i> seguido de pronome possessivo	4	10,5%	6	15,8%	13	34,2%	4	10,5%	9	23,6%	0	0,0%	2	5,3%	38	12,3%
<i>Cujo</i> Invariável	9	23,7%	13	34,2%	4	10,5%	3	7,9%	8	21,0%	0	0,0%	1	2,6%	38	12,3%
TOTAL	67		64		66		46		44		4		17		308	

Corroborando os resultados do primeiro bloco, esses dados apontam para uma frequência maior do pronome *cujo* em desacordo com a gramática tradicional nas séries iniciais do ensino fundamental. Observe-se que 80,6% das 232 orações que apresentam o pronome *cujo* seguido de artigo foram empregadas no ensino fundamental, contra 19,4% no ensino médio, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 4.2 – Emprego do pronome relativo *cujo* em desacordo com as prescrições gramaticais no segundo bloco



Outras estruturas, como *cujo* seguido de pronome possessivo, com menor incidência nos dados, também são menos frequentes nas séries finais, confirmando, assim, a relevância do fator escolaridade na aquisição da relativa genitiva convencional.

4.2.3 – Fatores [\pm humano], [\pm masculino], [\pm plural]

Para observar se os traços [\pm humano], [\pm masculino], [\pm plural] interferem na adequação do registro vernacular ao registro convencional, os dados deste bloco serão reorganizados em três novas tabelas:

Tabela 4.8 – Distribuição das relativas produzidas no segundo bloco – por fator [± masculino]

	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>CUJO</i> CORRETO	334	49,6%	339	50,4%	673	49,5%
<i>CUJO</i> INCORRETO	155	50,3%	153	49,7%	308	22,6%
<i>O QUAL</i> POR <i>CUJO</i>	25	47,2%	28	52,8%	53	3,9%
OUTRAS FRASES	142	49,3%	146	50,7%	288	21,2%
INCOMPLETAS OU AGRAMATICAIS	24	63,2%	14	36,8%	38	2,8%
Total	680		680		1360	

Tabela 4.9 – Distribuição das relativas produzidas no segundo bloco – por fator [± humano]

	HUMANO		NÃO HUMANO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>CUJO</i> CORRETO	335	49,8%	338	50,2%	673	49,5%
<i>CUJO</i> INCORRETO	159	51,6%	149	48,4%	308	22,6%
<i>O QUAL</i> POR <i>CUJO</i>	22	41,5%	31	58,5%	53	3,9%
OUTRAS FRASES	146	50,7%	142	49,3%	288	21,2%
INCOMPLETA OU AGRAMATICAL	18	47,4%	20	52,6%	38	2,8%
TOTAL	680		680		1360	

Tabela 4.10 – Distribuição das relativas produzidas no segundo bloco – por fator [± plural]

	SINGULAR		PLURAL		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>CUJO</i> CORRETO	343	51,0%	330	49,0%	673	49,5%
<i>CUJO</i> INCORRETO	145	47,1%	163	52,9%	308	22,6%
<i>QUAL</i> POR <i>CUJO</i>	32	60,4%	21	39,6%	53	3,9%
OUTRAS FRASES	140	48,6%	148	51,4%	288	21,2%
INCOMPLETAS OU AGRAMATICAIS	20	52,6%	18	47,4%	38	2,8%
TOTAL	680		680		1360	

Os resultados das tabelas 4.8, 4.9 e 4.10, em que o total de 1360 frases produzidas é distribuído por fatores, evidenciam que os traços [+humano] e [+masculino] não interferem na produção das relativas.

Embora a tabela 4.8 mostre um percentual mais elevado de frases incompletas ou agramaticais nas posições em que o conseqüente é feminino, a conclusão com base nesse percentual é arriscada, devido à baixa incidência dessas construções nos dados – apenas 38 em 1360.

4.2.4 As relativas vernaculares

A distribuição das frases formadas a partir da adequação das relativas vernaculares ao registro formal é apresentada na tabela 4.11, abaixo.

Tabela 4.11 – Distribuição das frases formadas no segundo bloco a partir das relativas vernaculares

	Adequação de relativas copiadoras		Adequação de relativas cortadoras		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>CUJO</i> CORRETO	335	49,8%	338	50,2%	673	49,5%
<i>CUJO</i> INCORRETO	155	50,3%	153	49,7%	308	22,6%
O QUAL POR <i>CUJO</i>	27	50,9%	26	49,1%	53	3,9%
OUTRAS FRASES	148	51,4%	140	48,6%	288	21,2%
INCOMPLETAS OU AGRAMATICAIS	15	39,5%	23	60,5%	38	2,8%
TOTAL	680		680		1360	

Os dados indicam que não há diferença entre a produção de uma relativa genitiva convencional a partir de uma relativa vernacular cortadora ou de uma relativa vernacular copiadora.

A única diferença significativa de ocorrência diz respeito à formação de frases agramaticais ou incompletas: o percentual é de 60,5% quando se solicita a adequação da

relativa cortadora à relativa convencional, contra 39,5% para adaptação a partir de uma relativa copiadora. Entretanto, conforme exposto anteriormente, o número de frases agramaticais e incompletas nos dados é baixo e não autoriza conclusões. Assim, essa questão será posta em discussão no quinto capítulo, quando se fará a comparação com as frases produzidas nos outros blocos.

4.3 Terceiro bloco – Transformação das orações simples em orações complexas

4.3.1 Explicação geral

Os exercícios do terceiro bloco são os que registram menor número de ocorrência do pronome *cujo*. Considerando sempre que a estrutura do exercício proposto interferiu no desempenho dos alunos, é possível dizer que os exercícios do terceiro bloco representam maior dificuldade porque envolvem a produção efetiva de relativas convencionais, ou seja, é necessário que o falante perceba a existência de dois NPs idênticos nas duas orações, identifique a relação de posse entre esses dois NPs, extraia o NP de dentro do IP, proceda à pronominalização relativa do PP idêntico da oração encaixada e, por fim, estabeleça a concordância com o conseqüente. Nesse processo, quando o PP ocupa a posição de genitivo de oblíquo a extração é ainda mais difícil, pois envolve o movimento da preposição.

Os dados da tabela 4.12, abaixo, mostram que a frequência do pronome *cujo* empregado de acordo com as prescrições gramaticais em contextos em que o PP pertence a um nóculo que ocupa a função de sujeito ou genitivo de sujeito chega a 34,1%, já em contextos preposicionados não há ocorrência desse pronome.

Tabela 4.12 – Frases produzidas no terceiro bloco – distribuição por função sintática do NP antecedente e do PP relativizado

	CUJO EMPREGADO DE ACORDO COM O PADRÃO DE RESPOSTA		ALTERAÇÃO DA ORDEM DA ORAÇÃO – PP COM FUNÇÃO DE GENITIVO DE SUJEITO		CUJO EM DESACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL		OUTRAS CONSTRUÇÕES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
oblíquo/genitivo de sujeito	29	34,1%	0	0,0%	9	10,6%	47	55,3%	85
Objeto direto/ genitivo de sujeito	29	34,1%	0	0,0%	12	14,1%	44	51,8%	85
genitivo/genitivo de sujeito	22	25,9%	0	0,0%	4	4,7%	59	69,4%	85
sujeito/ genitivo de sujeito	20	23,5%	0	0,0%	8	9,4%	57	67,1%	85
genitivo/ genitivo de objeto direto	9	10,6%	5	5,9%	9	10,6%	62	72,9%	85
Objeto direto/ genitivo de objeto direto	9	10,6%	0	0,0%	4	4,7%	72	84,7%	85
oblíquo/genitivo de objeto direto	6	7,1%	0	0,0%	11	12,9%	68	80,0%	85
Sujeito/genitivo de objeto direto	0	0,0%	2	2,4%	5	5,9%	78	91,8%	85
sujeito/genitivo de oblíquo	0	0,0%	0	0,0%	4	4,7%	81	95,3%	85
Objeto direto/genitivo de oblíquo	0	0,0%	9	10,6%	11	12,9%	65	76,5%	85
genitivo/ genitivo de oblíquo	0	0,0%	0	0,0%	2	2,4%	83	97,6%	85
oblíquo/genitivo de oblíquo	0	0,0%	0	0,0%	4	4,7%	81	95,3%	85
Total	124		16		83		797		1020

Um fato relevante a ser observado na tabela acima é a alteração na ordem das palavras das orações, de modo que o PP relativizado abandona sua função original, principalmente a de genitivo de oblíquo, e passa a ocupar a função de genitivo de sujeito ou de objeto direto.

Observem-se os exemplos a seguir:

(4.12) Visitei o professor. Minha mãe trabalhou com a mulher do professor.

(4.13) Visitei o professor **com cuja** mulher minha mãe trabalhou.

(4.14) Visitei o professor **cuja** mulher trabalhou com minha mãe.

Note-se que a realização desse exercício previa a transformação das orações simples em (4.12) em uma oração complexa. O padrão de resposta previa a realização de (4.13), de modo que se tornasse desnecessária a alteração da ordem das palavras da segunda oração. Entretanto, provavelmente visando evitar o movimento da preposição, o falante optou pela inversão do sujeito sintático da segunda oração, de modo que o PP passou a pertencer a um

nóculo que ocupa a função de sujeito, em lugar de ocupar a função de oblíquo. Retornarei a esse ponto no decorrer do capítulo.

A tabela 4.13, a seguir, apresenta o total de frases produzidas neste bloco, apresentadas na tabela anterior como “outras construções”. Focalizam-se as funções sintáticas do NP antecedente e do nóculo que contém o PP relativizado, com o objetivo de dar seqüência à análise da relevância desse fator na produção das relativas genitivas.

Tabela 4.13 – “Outras construções”: frases produzidas no terceiro bloco – distribuição de acordo com a função sintática do NP antecedente e do PP relativizado

	Construções com o pronome cujo		Agramaticais e incompletas		OUTRAS FRASES		Simples, coordenadas e justapostas		Relativas de sujeito, objeto e oblíquo		Cortadoras e copiadoras		Pronomes ou prep. inadequadas		total
	N	%	N	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
OBL/GEN SUJ	38	44,7%	0	0%	8	9,4%	22	25,9%	3	3,5%	13	15,3%	1	1,2%	85
OBJ/ GEN SUJ	41	48,2%	1	1,2%	1	1,2%	17	20,0%	13	15,3%	9	10,6%	3	3,5%	85
SUJ/ GEN SUJ	28	32,9%	6	7,0%	8	9,4%	35	41,2%	5	5,9%	0	0,0%	3	3,5%	85
GEN/GEN SUJ	26	30,6%	4	4,7%	3	3,5%	26	30,6%	17	20,0%	7	8,2%	2	2,4%	85
GEN/ GEN OBJ	23	27,1%	0	0%	8	9,4%	19	22,4%	11	13,0%	17	20,0%	7	8,2%	85
OBJ/GEN OBL	20	23,5%	0	0%	2	2,4%	25	29,4%	29	34,1%	6	7,1%	3	3,5%	85
OBL/GEN OBJ	17	20,0%	1	1,2%	1	1,2%	31	36,5%	1	1,2%	29	34,1%	5	5,9%	85
OBJ/ GEN OBJ	13	15,3%	0	0%	6	7,0%	30	35,3%	17	20,0%	11	12,9%	8	9,4%	85
SUJ/GEN OBJ	7	8,2%	8	9,4%	2	2,3%	40	47,1%	28	32,9%	0	0,0%	0	0,0%	85
SUJ/GEN OBL	4	4,7%	4	4,7%	0	0%	37	43,5%	34	40,0%	3	3,5%	3	3,5%	85
OBL/GEN OBL	4	4,7%	2	2,3%	3	3,5%	50	58,8%	2	2,4%	17	20,0%	7	8,2%	85
GEN/ GEN OBL	2	2,4%	3	3,5%	0	0%	30	35,3%	24	28,2%	13	15,3%	13	15,3%	85
Total	223		29		42		362		184		125		55		1020

No que se refere à função do antecedente, os dados evidenciam que esse não é um fator relevante para explicar a dificuldade na produção de relativas genitivas convencionais, pois se o PP relativizado ocupa a posição de genitivo de sujeito, o antecedente obedece a seguinte hierarquia: OD > OBL > SUJ > GEN, entretanto, para as genitivas de Objeto Direto

essa ordem é alterada para: GEN > OBL > OD e SUJ; para as genitivas de Oblíquo não há ocorrências de relativas formadas de acordo com a gramática tradicional.

Dessa forma, não se pode dizer que se confirma a hipótese da hierarquia do antecedente, conforme proposta por Souza e Silva (1981), pois a ordem do antecedente se altera sempre que há alteração da função sintática do NP que contém o PP, o que reforça a idéia de que é a função sintática do PP relativizado que realmente interfere na produção dessas relativas. Além disso, conforme se verá na apresentação dos dados do último bloco, as relativas genitivas em que o NP que contém o PP relativizado ocupa a função de sujeito são as mais produzidas pelos alunos.

4.3.2 Formação de orações simples, coordenadas e justapostas

Além de evidenciar a maior frequência de construção de relativas genitivas de sujeito, seguidas das genitivas de objeto direto, e a ausência de genitivas de oblíquo realizadas com o pronome *cujo* de acordo com as especificações da gramática tradicional, a tabela 4.13 mostra que é comum entre os alunos a opção por orações coordenadas, justapostas ou simples em lugar de uma oração relativa, conforme se observa nos exemplos de (4.15) a (4.25). A e B, abaixo, apresentam os exercícios propostos:

(A) A médica não trabalha mais no hospital. Batemos na porta da médica.

(B) Conversei com o vizinho. O pai do vizinho é boliviano.

(4.15) Batemos na porta da médica e ela não trabalha mais no hospital.

(4.16) A médica não trabalha mais no hospital, então batemos em sua porta.

(4.17) Conversei com o vizinho, pois seu pai é boliviano.

(4.18) Conversei com o vizinho e descobri que seu pai é boliviano.

(4.19) Batemos na porta da médica. Não trabalha mais no hospital municipal.

(4.20) A médica não trabalha mais no hospital municipal. Batemos à sua porta.

(4.21) Eu e o vizinho conversamos. Seu pai é boliviano.

(4.22) Conversei com o vizinho. Descobri que seu pai é boliviano.

(4.23) Conversei com o pai do vizinho.

(4.24) O pai do vizinho é boliviano.

(4.25) Eu e o vizinho conversamos sobre seu pai.

O número de orações simples, coordenadas e justapostas é bastante alto em todas as posições, atingindo o percentual de (58,8%) quando o nóculo que contém o PP ocupa a função de oblíquo. Nas frases (4.15) – (4.18), em que há transformação de coordenação, o aluno, ao propor orações estruturalmente independentes, como (4.15) e (4.18), parece desconsiderar a presença dos NPs idênticos. Já em (4.16) e (4.17), a combinação provoca uma interdependência somente semântica⁶⁴, ou seja, a combinação das orações em um mesmo período faz com que se estabeleça entre elas uma vinculação semântica, de modo que o período passa a veicular um significado diferente do que cada oração apresenta quando enunciada separadamente.

⁶⁴ Embora não tenha a intenção de apresentar uma formulação mais precisa do que é interdependência semântica, convém observar que, neste estudo, estou propondo que há coordenação semântica quando a oração A é independente da oração B, no sentido de que A comporta um ato completo de enunciação e dá o tema de B. Assim, há coordenação entre A (“Batemos na porta da médica”) e B (ela não trabalha mais no hospital), em que B aparece como uma oposição a A.

Em (4.19)–(4.22) pode-se acusar uma transformação por coordenação assindética. Em (4.20), (4.21) e (4.22) os NPs das segundas orações, idênticos aos das orações antecedentes, são substituídos pelo pronome possessivo **seu**. Em (4.19) há apenas supressão do NP idêntico ao da oração antecedente.

Observando o conjunto de frases, não se pode dizer que há prejuízo da informação em (4.15), já que foram apresentadas ao aluno duas orações simples de modo que ele poderia proceder à transformação por combinação (sindética) ou por encaixamento. Assim, em (4.15) houve opção por uma combinação por meio de uma operação de adição:

- (4.26) \sum $\left\langle \begin{array}{l} \text{i) Batemos na porta da médica.} \\ \text{ii) A médica não trabalha mais no hospital.} \\ \text{iii) Batemos na porta da médica e ela não trabalha mais no hospital.} \end{array} \right.$

Por outro lado, é importante notar que houve inversão da ordem das orações do exercício, com o fim de garantir uma prossequência temporal. Mantendo as orações na ordem apresentada o processo de adição não seria possível, pois não se estabeleceria uma relação significativa entre as orações.

- (4.27) \sum $\left\langle \begin{array}{l} \text{i) A médica não trabalha mais no hospital.} \\ \text{ii) Batemos na porta da médica.} \\ \text{iii) (?) A médica não trabalha mais no hospital e batemos na porta da} \\ \text{médica.} \end{array} \right.$

A combinação em (4.27iii) provoca estranheza, pois é difícil perceber a relação entre as duas orações. Assim, mantendo-se a ordem do exercício, a escolha mais adequada seria

pela transformação por relativização, processo que garantiria a manutenção das informações contidas nas orações independentes.

Em (4.16) e (4.17) não houve alteração das orações dos exercícios, entretanto, não há premissa ou fato anterior que justifique o uso das conjunções *então* e *pois*.

Em (4.18) a introdução do verbo *descobrir* marca a necessidade de estabelecer uma prossequência temporal entre as orações. Observe-se que com a supressão do verbo *descobrir* a combinação não seria perfeitamente representada, pois as orações manteriam sua independência semântica.

(4.28) ? Conversei com o vizinho e seu pai é boliviano.

Em (4.19), em que há alteração da ordem das orações do exercício, a relação de oposição parece nítida e não causa problemas de interpretação. Em (4.20) e (4.21), entretanto, considerando que não há premissa ou informação anterior, já que são frases desprendidas de um contexto discursivo, as orações simples parecem preservar sua independência semântica. Em (4.22), num processo similar ao de (4.18), a prossequência temporal é garantida pela inserção do verbo **descobrir**.

Nos exemplos de (4.23) a (4.25) há visível prejuízo da informação. Em (4.23) a posição de oblíquo é preenchida por um NP diferente daquele apresentado na primeira oração em (B), e há supressão do predicativo do sujeito da segunda oração. Em (4.24) há preservação somente da segunda oração apresentada e em (4.25), além da supressão do predicativo do sujeito sintático da segunda oração, a posição de oblíquo da primeira oração é preenchida com um PP+NP (sobre seu pai).

Não me alongarei nesta discussão, já que a intenção não é analisar a formação de orações coordenadas, mas de relativas genitivas. A idéia é apenas mostrar que a

transformação das orações simples em orações relativas, conforme previsto no padrão de respostas, é a transformação que melhor assegura a manutenção das informações veiculadas nas frases, sem que seja necessária a presença de outros meios – contextuais ou situacionais - para ajudar a interpretação.

É importante enfatizar, ainda, que as orações justapostas, coordenadas ou simples são preferencialmente usadas nas primeiras séries do ensino fundamental, conforme se observa na tabela 4.14.

Tabela 4.14 – Produção de orações simples, coordenadas e justapostas no terceiro bloco – distribuição por série

	oração simples		oração coordenada		oração justaposta		Total	
5ª série	6	17,6%	57	23,3%	53	63,8%	116	32,0%
6ª série	7	20,6%	79	32,3%	18	21,6%	104	28,7%
7ª série	4	11,7%	56	22,8%	1	1,2%	61	16,8%
8ª série	8	23,5%	17	6,9%	0	0,0%	25	6,9%
1º ano	6	17,6%	25	10,2%	0	0,0%	31	8,6%
2º ano	1	2,9%	4	1,6%	11	13,2%	16	4,4%
3º ano	2	5,9%	7	2,9%	0	0,0%	9	2,5%
Total	34	100%	245	100%	83	100%	362	

A tabela evidencia que 77,5% do total de orações simples, coordenadas e justapostas são realizadas por estudantes das três primeiras séries do ensino fundamental. A partir da 8ª série há maior ocorrência de orações relativas, de modo que as frequências de orações simples ou combinadas e de orações relativas são diametralmente opostas, conforme demonstrado nos gráficos a seguir:

Gráfico 4.3 – Frequência de orações simples, justapostas e coordenadas, e orações relativas por séries agrupadas em dois blocos

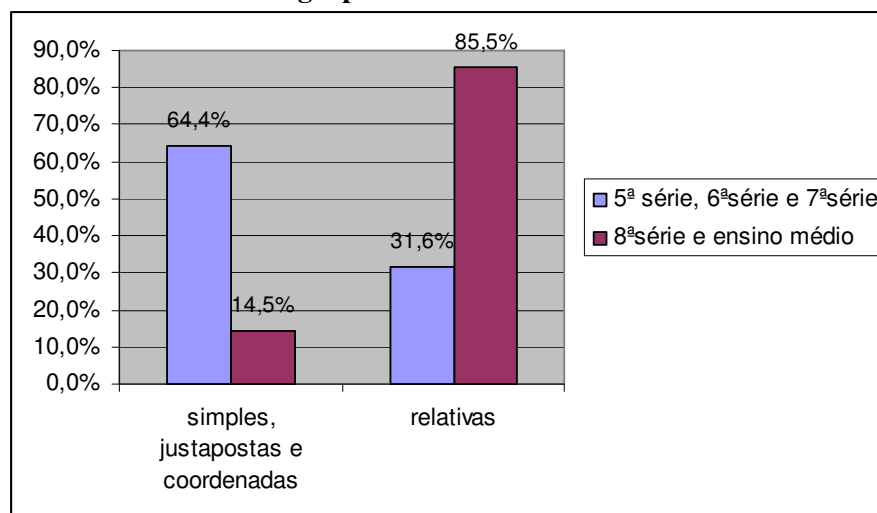
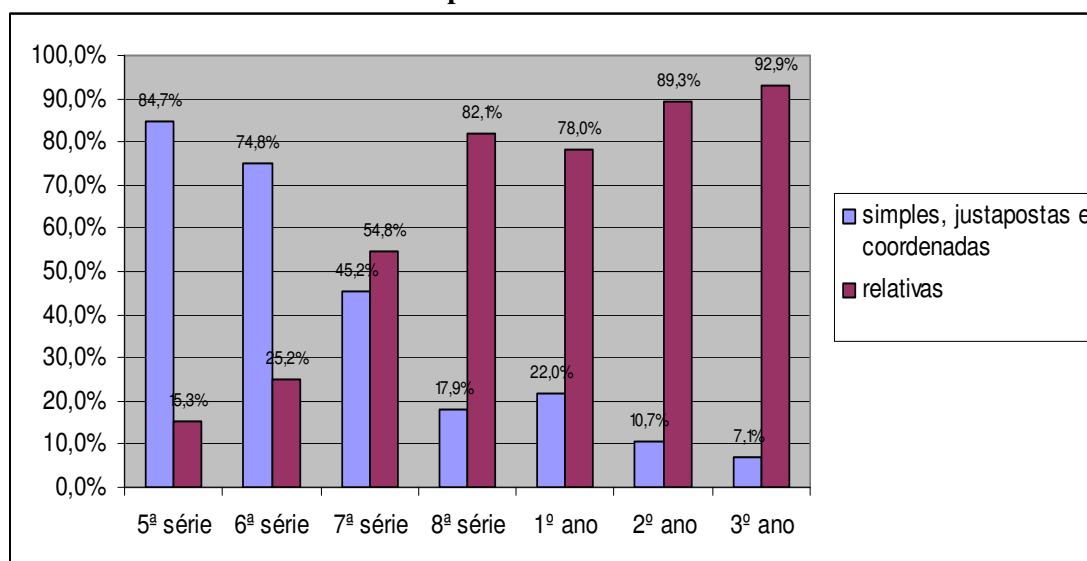


Gráfico 4.4 - Frequência de orações simples, justapostas e coordenadas, e orações relativas por séries.



4.3.3 Formação de relativas de sujeito, objeto direto e oblíquo

Conforme ficou evidente a partir da apresentação da tabela 4.13, os percentuais referentes às relativas não englobam somente relativas genitivas, mas também relativas de

sujeito, objeto direto e oblíquo. Considerem-se os exemplos de (4.29-a) a (4.37-a), acompanhados do exercício proposto em (b) e das formas previstas no padrão de respostas, em (c):

Relativas de sujeito

- (4.29) a. O técnico do time é o pai do jogador que contagiou a torcida.
b. A alegria do jogador contagiou a torcida. O pai do jogador é o técnico do time.
c. A alegria do jogador **cujo** pai é o técnico do time contagiou toda a torcida.
- (4.30) a. Conhecemos o irmão do rapaz que foi roubado.
b. Um homem roubou o dinheiro do rapaz. Conhecemos o irmão do rapaz.
c. Um homem roubou o dinheiro do rapaz **cujo** irmão conhecemos.
- (4.31) a. José, que trabalha no almoxarifado, entrou na secretaria da fábrica.
b. José entrou na secretaria da fábrica. José trabalha no almoxarifado da fábrica.
c. José entrou na secretaria da fábrica em **cujo** almoxarifado ele trabalha.
- (4.32) a. Visitei o professor que trabalhou com a minha mãe.
a'. Visitei a mulher do professor que trabalhou com minha mãe
b. Visitei o professor. A mulher do professor trabalhou com minha mãe.
c. Visitei o professor **com cuja** mulher minha mãe trabalhou.
- (4.33) a. Eu conversei com o pai do vizinho que é boliviano.
a'. Eu conversei com o vizinho que é boliviano.

- b. Eu conversei com o vizinho. O pai do vizinho é boliviano.
- c. Conversei com o vizinho cujo pai é boliviano.

(4.34) a. Eu vi a filha do homem que viajou.

- a'. Eu vi o homem que viajou.
- b. Eu vi o homem. A filha do homem viajou para a Europa.
- c. Eu vi o homem cuja filha viajou para a Europa.

(4.35) a. Visitamos o filho da professora que está aposentada no hospital.

- b. A professora está aposentada. Visitamos o filho da professora no hospital.
- c. professora cujo filho visitamos no hospital está aposentada.

(4.36) a. Batemos na porta da médica que não trabalha mais no hospital.

- b. A médica não trabalha mais no hospital. Batemos na porta da médica.
- c. A médica em cuja porta batemos não trabalha mais no hospital.

(4.37) a. As águas do rio, que é o principal atrativo da cidade, são medicinais.

- b. O rio é o principal atrativo da cidade. As águas do rio são medicinais.
- c. O rio cujas águas são medicinais é o principal atrativo da cidade.

Para produzir (4.29) e (4.30), o aluno alterou a ordem das orações simples do exercício, suprimiu o NP que continha o PP e, conseqüentemente, a preposição *de* posposta ao NP. Assim, em lugar de um PP genitivo, tem-se um NP que passa a ocupar a posição anteriormente preenchida pelo NP suprimido, conforme demonstrado em (4.38ii):

(4.38) i) A alegria do jogador contagiou a torcida. O técnico do time é o pai do jogador.

ii) O técnico do time é o pai do jogador. [Ø] o jogador contagiou a torcida.

iii) O técnico do time é o pai do jogador que contagiou a torcida.

Observe-se que nas produções (4.29) e (4.30) há supressão dos NPs “alegria” e “dinheiro”, respectivamente. Já em (4.31) o processo é um pouco diferente, pois há NPs idênticos na posição de sujeito e dois NPs idênticos na posição de genitivo. Dessa forma, a alteração da ordem das orações é desnecessária, bem como a relativização da posição de genitivo passa a ser uma das duas opções para o falante.

Nas produções de (4.32) a (4.34), como não há alteração da ordem das orações simples, deixando o NP disponível para relativização, as relativas formadas não conservam completamente as informações contidas nas orações simples. Observa-se que a construção das estruturas representadas em (4.32), (4.33) e (4.34) (a) e (a’) ocorrem por dois processos distintos: a) o nóculo NP+PP, que ocupa a posição de sujeito da segunda oração é deslocado para a posição de complemento do verbo da primeira oração, enquanto o complemento do verbo da primeira oração passa a ocupar a posição de sujeito da segunda oração. Esse NP fica isolado e é relativizado na posição de sujeito e não de genitivo; b) o NP que compõe o nóculo NP+PP é eliminado juntamente com a preposição **de**, restando em seu lugar apenas um NP na função de sujeito, o qual é relativizado. Observem-se as representações dos processos “a” e “b”, em (4.39) e (4.40), respectivamente:

(4.39) i) Visitamos o professor. A mulher do professor trabalhou com minha mãe.

ii) Visitamos a mulher do professor. O professor trabalhou com minha mãe.

iv) Visitamos a mulher do professor que trabalhou com minha mãe.

(4.40) i) Visitamos o professor. A mulher do professor trabalhou com minha mãe.

ii) Visitamos o professor. Ø o professor trabalhou com minha mãe.

iii) Visitamos o professor que trabalhou com minha mãe.

É necessário enfatizar que em todas essas produções (4.29 – 4.34) há prejuízo da informação. Com relação à (4.31), pode-se dizer que a oração formada é ambígua, pois a ausência do PP “da fábrica” na oração relativa propicia a interpretação de que o o NP “almoxarifado” pode ser modificado por qualquer PP.

Nas produções de (4.35) a (4.37) as informações contidas em cada oração simples são preservadas, ou seja, não há prejuízo de informação nas orações relativas formadas. Isso ocorre porque a primeira oração simples, que serve de antecedente para o PP relativizado, ocupa a posição de sujeito, assim, quando a ordem das orações é alterada, o genitivo passa a ser o antecedente da relativa e o termo relativizado passa a ocupar a função de sujeito, conforme exemplo (4.41):

(4.41) i) A médica não trabalha mais no hospital. Batemos na porta da médica.

ii) Batemos na porta da médica. A médica não trabalha mais no hospital.

iii) Batemos na porta da médica que não trabalha mais no hospital.

Os exemplos de (4.42) a (4.45) referem-se às relativas de objeto direto. Os exercícios propostos são apresentados em (b) e as formas previstas no padrão de respostas em (c) :

Relativas de objeto

(4.42) a. Minha mãe trabalhou com a mulher do professor que visitei.

- b. Visitei o professor. A mulher do professor trabalhou com minha mãe.
- c. Visitei o professor **com cuja** mulher minha mãe trabalhou.

(4.43) a. Nós pintamos as paredes da casa que vendi.

- b. Vendemos a casa. Pintamos as paredes da casa.
- c. Vendemos a casa **cujas** paredes pintamos.

(4.44) a. A filha do homem que vi viajou para Europa.

- b. Eu vi o homem. A filha do homem viajou para a Europa.
- c. Vi o homem **cuja** filha viajou para a Europa.

(4.45) a. O irmão do rapaz que conhecemos foi roubado.

- b. Um homem roubou o dinheiro do rapaz. Conhecemos o irmão do rapaz.
- c. Um homem roubou o dinheiro do rapaz **cujo** irmão conhecemos.

Nas relativas de objeto ocorre um processo parecido com o das relativas de sujeito. Retomando o exemplo (4.42), abaixo rerepresentado como (4.46), observa-se que inicialmente houve uma alteração na ordem das orações simples propostas no exercício, seguida da relativização do NP que ocupa a função de objeto. A partir desse procedimento, o aluno deixa de relativizar da posição de genitivo, que exigiria o movimento da preposição **com**, e passa a relativizar da posição de objeto.

(4.46) i) Visitei o professor. Minha mãe trabalhou com a mulher do professor.

ii) Minha mãe trabalhou com a mulher do professor. Visitei o professor.

iii) Minha mãe trabalhou com a mulher do professor que visitei.

É importante enfatizar que o mesmo processo ocorre com as estruturas apresentadas em (4.43), (4.44) e (4.45).

Nas relativas de oblíquo, conforme se vê nos exemplos abaixo, o processo também não é muito diferente desse apresentado para o objeto direto. Os exercícios propostos são apresentados em (b), seguidos das formas previstas no padrão de respostas em (c):

Relativa de oblíquo

(4.47) a. Concordamos com as idéias do candidato em que(m) votaremos

b. Votaremos no candidato. Concordamos com as idéias do candidato.

c. Votaremos no candidato **com cujas** idéias concordamos.

(4.48) a. Pedro conheceu o filho do treinador **do qual** eu gosto.

b. Gosto do treinador. Pedro conhece o filho do treinador.

c. Conheço o treinador **cujo** filho Pedro conheceu.

(4.49) a. José entrou na secretaria da fábrica na qual ele trabalha.

b. José entrou na secretaria da fábrica. Ele trabalha no almoxarifado da fábrica.

c. José entrou na secretaria da fábrica **em cujo** almoxarifado trabalha.

Em oposição ao objeto direto, a diferença está no fato de que o oblíquo ocorre precedido de preposição, e o movimento da preposição muitas vezes é evitado pelo falante. Entretanto, de acordo com os dados, a relativização dessa posição é preferida à relativização da posição de genitivo, o que justifica a alteração da ordem das orações em (4.47) e (4.48) e a supressão do NP “no almoxarifado” em (4.49).

4.3.4 As relativas genitivas

Das 140 relativas genitivas em que o pronome *cujo* foi empregado de acordo com a gramática tradicional, no terceiro bloco, apenas 04 (2,9%) foram produzidas nas duas primeiras séries do ensino fundamental, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4.15 – produção do pronome relativo cujo de acordo com as prescrições gramaticais no terceiro bloco

	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	1 ^o	2 ^o	3 ^o	TOTAL	
	SÉRIE	SÉRIE	SÉRIE	SÉRIE	ANO	ANO	ANO	N	%
<i>CUJO</i> CORRETO	0	4	17	14	15	57	33	140	62,8%
<i>CUJO</i> INCORRETO	5	0	29	17	8	12	12	83	37,2%
TOTAL	5	4	46	31	23	69	45	223	

Observe-se que a partir da 7^a série eleva-se consideravelmente o emprego do pronome relativo *cujo*, entretanto, nessa série o número de orações em que o pronome é empregado incorretamente é superior ao número de orações em que o pronome *cujo* atende as prescrições da gramática tradicional.

Os resultados apresentados até aqui contemplam a primeira previsão de que as relativas genitivas em que o PP ocupa função de sujeito ou objeto direto seriam mais abundantes nos dados do que as relativas genitivas de oblíquo.

Nesta seção, em que se focalizou a função do PP relativizado e do NP antecedente, já foram feitas algumas observações quanto aos tipos de frases produzidas pelos alunos. O detalhamento dessas análises, tais como o emprego do *cujo* em desacordo com a gramática tradicional, a escolha de pronomes ou preposições inadequadas, o emprego de relativas vernaculares será realizado no quinto capítulo.

4.4 Quarto bloco – produção de relativa genitiva

4.4.1 Explicação geral

Os dados do quarto bloco confirmam a hipótese de que as relativas genitivas de sujeito são mais fáceis para o aluno. Apesar de o exercício exigir a produção escrita de orações relativas com o emprego do pronome *cujo*, processo que envolve o movimento do PP, 82,1% dos alunos produziram relativas genitivas; 14% produziram frases não genitivas e apenas 1 aluno (1%) produziu uma frase agramatical.

Este bloco de exercícios evidencia, ainda, que somente nas últimas duas séries do ensino médio o pronome *cujo* é mais freqüentemente produzido de acordo com o previsto na gramática tradicional. A tabela abaixo organiza os dados referentes ao emprego desse pronome por série.

Tabela 4.16 – emprego do pronome relativo *cujo* no quarto bloco – distribuição por série

	5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		1ª ano		2º ano		3º ano		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
CUJO CORRETO	3	25,0%	5	38,4%	8	66,6%	4	33,3%	7	58,3%	11	84,6%	9	81,8%	47	55,3%
CUJO EM DESACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL	7	58,3%	3	23,0%	3	25%	4	33,3%	3	25%	1	7,7%	2	18,2%	23	27,0%
CUJO EM RELATIVAS DE SUJEITO E DE OBJETO	1	8,3%	4	30,8%	0	0,0%	4	33,3%	2	16,6%	1	7,7%	0	0,0%	13	15,3%
CUJO EM ORAÇÕES COORDENADAS	0	0,0%	1	7,7%	1	8,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	2,4%
FRASES AGRAMATICAIS	1	8,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%
TOTAL	12		13		12		12		12		13		11		85	

Comparando o desempenho dos estudantes, demonstrado na tabela, fica evidente que até o 1º ano do ensino médio o falante encontra dificuldades para produzir a relativa genitiva

convencional. Observa-se, ainda, que até a 8ª série é comum o emprego do pronome *cujo* em lugar do pronome relativo *que* em relativas de sujeito, conforme (4.50).

(4.50) ? O quadro cujo foi vendido é muito valioso.

Embora não seja comum, observa-se o emprego do pronome *cujo* em lugar de uma conjunção, em orações coordenadas (exemplo 4.51).

(4.51) ? Seu apelido é Bia, cujo seu nome é Beatriz.

Corroborando os dados dos exercícios anteriores e conforme exposto na tabela 4.16, também é comum o emprego do pronome *cujo* seguido de artigo e/ou possessivo e *cujo* “invariável”.

4.4.2 O fator função sintática do NP antecedente e do PP relativizado

O emprego correto do pronome relativo *cujo* em 50% do total de frases pode ser explicado em função da interferência da função sintática do NP que contém o PP a ser relativizado, pois em 100% das construções com o pronome *cujo* o NP que contém o PP relativizado ocupa a posição de sujeito, conforme demonstrado na tabela 4.17⁶⁵:

⁶⁵ É importante notar que o pronome *cujo* foi empregado em todas as frases produzidas nesse exercício, inclusive em orações não genitivas.

Tabela 4.17 – Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por série

	5 ^a série	6 ^a série	7 ^a série	8 ^a série	1 ^a ano	2 ^a ano	3 ^a ano	Total	
	N	N	N	N	N	N	N	N	%
GENITIVA DE SUJEITO	10	8	11	8	10	12	11	70	82,3%
ORAÇÃO NÃO GENITIVA	1	5	1	4	2	1	0	14	16,5%
AGRAMATICAL	1	0	0	0	0	0	0	1	1,2%
TOTAL	12	13	12	12	12	13	11	85	

A hipótese, conforme proposto anteriormente, é a de que a extração do elemento a ser relativizado da posição de sujeito representa menor dificuldade ao falante, pois não envolve o movimento de preposição, conforme evidenciam os exemplos abaixo:

(4.52) [IP O homem_i [CP cujo_i [IP filho_(t) está doente] anda muito preocupado]]

(4.53) [IP O homem_i [CP que_i [Top_(t) [[IP o filho (Ø/ dele) está doente] anda muito preocupado]]

Quanto à função sintática do NP antecedente, os dados apontam maior abundância de NPs sujeitos (64,3%), ou seja, orações relativas com encaixamento central, conforme tabela 4.18:

Tabela 4.18 – Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por função sintática do NP antecedente

	5 ^a série		6 ^a série		7 ^a série		8 ^a série		1 ^a ano		2 ^a ano		3 ^a ano		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sujeito	6	11,1%	6	11,1%	10	18,5%	5	9,25%	9	16,6%	10	18,5%	8	14,8%	54	64,3%
Objeto direto	3	33,3%	1	11,1%	1	11,1%	1	11,1%	1	11,1%	0	0,0%	2	22,2%	9	13,1%
Obliquo	1	14,3%	1	14,3%	0	0,0%	2	28,6%	0	0,0%	2	28,6%	1	14,3%	7	4,7%
Outros	2	13,3%	5	33,3%	1	6,6%	4	26,6%	2	13,3%	1	6,6%	0	0,0%	15	17,9%
Total	12		13		12		12		12		13		11		85	

A produção significativa de orações com encaixamento central demonstra que há um domínio satisfatório do encadeamento dessas relativas pelos alunos, independentemente de

sua série, confirmando assim a hipótese de que, ao menos nessa fase da escolarização, as relativas auto-encaixadas, exemplificada em (4.54), não representam maior dificuldade para o aluno do que aquelas que apresentam ramificações à direita, exemplo (4.55).

(4.54) O garoto, **cujo** tio é um ator famoso, está preso.

(4.55) Eu vi o homem **cujo** filho é estranho.

4.4.3 Fatores [± masculino] e [± plural]

Com relação aos fatores lingüísticos sob investigação, nota-se que há diferenças significativas quanto ao uso do pronome relativo **cujo** com conseqüentes [+ masculino] e [- plural], conforme tabelas 4.19 e 4.20.

Tabela 4.19 - Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por gênero do conseqüente

	5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		1º ano		2º ano		3º ano		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
MASCULINO	9	14,5%	5	8,0%	10	16,1%	8	12,9%	9	14,5%	11	17,7%	10	16,1%	62	72,9%
FEMININO	1	12,5%	3	37,5%	1	12,5%	0	0,0%	1	12,5%	1	12,5%	1	12,5%	8	9,4%
OUTROS	2	13,3%	5	33,3%	1	6,6%	4	26,6%	2	13,3%	1	6,6%	0	0,0%	15	17,6%
Total	12		13		12		12		12		13		11		85	

Tabela 4.20 – Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por número do conseqüente

	5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		1º ano		2º ano		3º ano		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
SINGULAR	10	15,4%	7	10,8%	10	15,4%	8	12,3%	8	12,3%	12	18,4%	10	15,4%	65	76,5%
PLURAL	0	0,0%	1	20,0%	1	20,0%	0	0,0%	2	40,0%	0	0,0%	1	20,0%	5	5,9%
OUTROS	2	13,3%	5	33,3%	1	6,6%	4	26,6%	2	13,3%	1	6,6%	0	0,0%	15	17,6%
Total	12		13		12		12		12		13		11		85	

Observa-se nas tabelas acima que apenas 9,4% das orações formadas apresentam conseqüente feminino e 5,9% apresentam conseqüente plural. O cruzamento dos fatores gênero e número são expressos na tabela abaixo:

Tabela 4.21 – Frases produzidas no quarto bloco – distribuição por gênero e número do conseqüente

	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
SINGULAR	59	84,3%	6	8,6%	65	92,8%
PLURAL	3	4,3%	2	2,9%	5	7,2%
TOTAL	62	88,5%	8	11,4%	70	

Considerando o total de frases produzidas, 84,3% apresentam conseqüente masculino e singular, dado que se revela como um indício de que as flexões de gênero e número representam um problema a mais para o aluno. Essa constatação marcaria a contradição entre esses dados e os dados dos exercícios do segundo bloco, que não indicam a sensibilidade da variável a esses fatores. Entretanto, é necessário notar que de todos os exercícios propostos apenas os do quarto bloco compreendem a produção propriamente dita. Os dois primeiros blocos de exercícios exigiam mais a leitura e compreensão das frases, o que equivale a dizer que o aluno deveria perceber a estrutura profunda das orações e empregar o pronome *cujo* corretamente.

Neste último bloco o falante não estava limitado pela proposta do exercício, as condições para produção da oração deveriam ser encontradas na língua, assim, o processo de escolha pode estar relacionado à integração entre gramática e sistemas extragramaticais.

Deve-se considerar a hipótese de que a escolha pelo pronome *cujo* [+masculino] e [-plural] foi aleatória, ou que o aluno apenas reproduziu a estrutura a que ele tem mais acesso, ou, ainda, que o aluno tenha sido induzido pelo seguinte enunciado: “elabore uma frase empregando o pronome *cujo*”, ou seja, como o enunciado não prevê as formas variáveis *cujos*, *cuja*, *cujas*, talvez o aluno tenha interpretado que somente a forma *cujo* seria considerada correta.

Por outro lado, também não se pode descartar a relevância da hipótese de que o aluno, na verdade, evitou as flexões de gênero e número, mesmo porque, de acordo com os dados

dos blocos anteriores, o uso do pronome *cujo* "invariável" é comum entre os alunos. A tabela 4.22, abaixo, recupera o emprego do pronome *cujo* "invariável" nos exercícios dos blocos 1 e 2⁶⁶:

Tabela 4.22 – pronome cujo "invariável" no primeiro e segundo bloco

	N	%
BLOCO 1 – preenchimento de lacunas	68/656	10,36%
BLOCO 2 – adequação à gramática tradicional	38/308	12,33%
TOTAL	106/964	11,0%

Embora não se possa concluir que o uso da forma *cujo* no quarto bloco tem a mesma origem ou motivação do *cujo* "invariável" encontrado nos blocos anteriores, este pode ser um indício de que a flexão incrementa a dificuldade na produção da relativa genitiva convencional. Essa questão será retomada no quinto capítulo, quando confrontarei os dados obtidos por este estudo com as hipóteses centrais que o nortearam.

4.5 Conclusões gerais

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que o aluno, na metade do ciclo de educação básica, percebe as diferenças entre as estratégias vernacular e convencional e procura usar a forma de maior prestígio, mas nem sempre é capaz de empregá-la com correção. Na 5ª e 6ª série do ensino fundamental, é bastante comum o emprego de orações simples e coordenadas em lugar da oração relativa, um indício de que nessa fase o aluno ainda não domina a produção de orações encaixadas. Os dados indicam que somente a partir da 8ª

⁶⁶ Nos exercícios do terceiro bloco não há emprego do pronome *cujo* invariável. A ausência justifica-se, provavelmente, em função do número reduzido de orações com o pronome *cujo*, e em função de a maioria das relativas genitivas ter sido produzida no ensino médio, conforme demonstrado na tabela 4.15, ou seja, quando o aluno demonstra mais habilidade na produção da relativa.

série do ensino fundamental, quando ocorre o ensino sistemático das relativas, o falante aprende o movimento da relativa convencional, mas ainda tem bastante dificuldade com o movimento das relativas preposicionadas. Os alunos das últimas duas séries do ensino médio demonstram mais habilidade para compreensão e produção da relativa genitiva convencional, entretanto, a dificuldade para mover a preposição ainda é concentrada mesmo na série final.

A produção dos estudantes, em todos os níveis de escolaridade, é marcada por hipercorreções, como o emprego do pronome *cujo* em relativas de sujeito; de orações em desacordo com as prescrições gramaticais, como o emprego do pronome *cujo* seguido de artigo e/ou possessivo; de erros (frases agramaticais).

Os dados revelam, também, que os fatores [\pm humano], [\pm plural] e [\pm masculino] pouco interferem na produção da relativa genitiva com o pronome *cujo*. Entretanto, aparentemente há uma preferência pela forma não flexionada, talvez porque empregando essa forma a probabilidade de erro tende a ser menor.

A função sintática do nóculo que contém o PP é um fator que condiciona a ocorrência da relativa genitiva convencional. Quando o PP relativizado faz parte de um nóculo que ocupa a posição de sujeito ou de objeto direto o falante encontra mais facilidade para produzir a relativa convencional do que quando o PP pertence a um nóculo que ocupa a posição de oblíquo. A variante não se mostrou sensível à função sintática do NP ou PP antecedente.

Capítulo V

ANÁLISE E DISCUSSÕES

5.1 Relativas vernaculares

É importante destacar, inicialmente, que nos dados analisados neste estudo há um número bastante reduzido de relativas genitivas vernaculares. Observe-se a tabela abaixo:

**Tabela 5.1 - Produção de relativas vernaculares nos quatro blocos de exercícios
(considerando a totalidade de frases produzidas nos dados)**

	BLOCO 1		BLOCO 2		BLOCO 3		BLOCO 4		TOTAL	
CORTADORA	8/656	1,0%	25/1360	1,8%	77/1020	7,5%	0/85	0%	110/3120	3,5%
COPIADORA	0/656	0	5/1360	0,3%	2/1020	0,2%	0/85	0%	7/3120	0,2%
TOTAL	8/656	1,0%	30/1360	2,2%	79/1020	7,7%	0/85	0%	117/3120	3,7%

O total de 117 relativas vernaculares (cortadoras e copiadoras), concentradas no terceiro bloco, representam menos de 4% do total dos dados analisados. Desse total, apenas 7 (0,2%) referem-se à relativa copiadora.

Ao que parece, o baixo número de relativas copiadoras nos dados deve-se, principalmente a dois fatores: à estrutura dos exercícios propostos e ao fator escolaridade.

Retomando o que foi exposto em 4.1.1, nos exercícios do primeiro bloco a frase está completamente formada, restando apenas uma lacuna a ser preenchida com o pronome adequado. A estrutura dificulta o emprego da relativa copiadora, pois não há espaço suficiente para inserção de um pronome lexical após o NP que contém o PP relativizado. Assim, cabe ao aluno apenas identificar a relação de posse entre os NPs e escolher o pronome relativo adequado.

No exercício do segundo bloco, o baixo percentual de relativas vernaculares pode estar relacionado ao seguinte enunciado: “reescreva as frases abaixo, adaptando-as a um registro formal”. É possível que a enunciação tenha conduzido o aluno ao menos ao questionamento sobre o que é registro formal e à dedução de que as frases do bloco de exercícios apresentavam o registro informal, caso contrário não seria necessária sua adequação.

Evidentemente pode-se objetar que os alunos, principalmente do ensino fundamental, não interpretam os enunciados com tanta clareza, e nem mesmo compreendem que devem aprender ou que estão aprendendo o registro formal, como propôs Corrêa (2000). Mesmo que isso seja verdade, há que se considerar que o exercício proposto no segundo bloco apresentou ao aluno relativas copadoras e cortadoras, conforme exemplos (5.1) e (5.2), respectivamente, apresentados abaixo. Assim, não alterar ou “corrigir” as orações modificando sua estrutura seria o mesmo que não cumprir a tarefa proposta.

(5.1) O homem que a mulher dele vende mel saiu cedo para trabalhar.

(5.2) O aluno que o avô morreu semana passada fará tratamento psicológico.

Note-se, ainda, que, para alguns alunos, talvez a simples extração do pronome lexical seja suficiente para adequar a oração ao registro convencional, conforme exemplo (5.3), abaixo. Entretanto, o contrário não é verdadeiro, pois os dados não revelam nenhuma tentativa de adequação ao convencional a partir da inserção de um pronome cópia em uma relativa cortadora.

(5.3) O homem que a mulher vende mel saiu cedo para trabalhar.

Os exercícios do terceiro bloco são os que mais possibilitam o emprego de relativas vernaculares. Certamente pesam sobre as produções desse bloco a formalidade do ensino em sala de aula e o fato de se tratar de um exercício de escrita, mas ao propor a transformação de dois períodos simples em um período composto, deu-se ao aluno a possibilidade de produzir orações adequadas ao registro formal e informal, o que justifica o fato de este bloco ser responsável por 67,5% das relativas vernaculares presentes nos dados, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 5.2 - Produção de relativas vernaculares nos quatro blocos de exercícios (considerando o total de relativas vernaculares produzidas nos dados)

	BLOCO 1		BLOCO 2		BLOCO 3		BLOCO 4		TOTAL	
CORTADORA	8	7,3%	25	22,7%	77	70,0%	0	0%	110	94,0%
COPIADORA	0	0	5	71,4%	2	28,6%	0	0%	7	6,0%
TOTAL	8	6,8%	30	25,6%	79	67,5%	0	0%	117	100,0%

Observe-se, por outro lado, que nos exercícios do terceiro bloco houve maior produção de relativas cortadoras, mas não de copiadoras (apenas 2), o que pode ser um indicativo de que a estrutura dos exercícios propostos não é o único fator responsável pelo baixo percentual dessas relativas nos dados, como demonstrarei a seguir.

Com relação ao último bloco, o próprio enunciado, “elabore uma frase com o pronome relativo *cujo*”, delimitava ou mesmo impedia a produção de relativas vernaculares, já que a formação de orações sem o emprego do pronome *cujo* seria, neste caso, equivalente a ignorar a proposta do exercício ou mesmo cometer um “erro”. Neste caso, a proposta de exercício parece ser a principal causa da formação categórica de frases com o pronome *cujo*.

Pode-se concluir, a partir do que foi exposto até aqui, que as propostas e estruturas dos exercícios interferem no desempenho dos estudantes. Todavia, esse fator extra-sintático não é o único responsável pela baixa ocorrência de relativas vernaculares nos dados, pois, como já

fiz notar anteriormente, a escolaridade também parece ser um fator determinante na atuação dos sujeitos participantes desta pesquisa. Observe-se a tabela abaixo⁶⁷:

Tabela 5.3 - Total de relativas vernaculares por série no primeiro e segundo blocos

	BLOCO 1		BLOCO 2		TOTAL	
5ª série	3	50,0%	22	73,3%	25	69,4%
6ª série	2	33,3%	8	26,6%	10	27,7%
7ª série	1	16,6%	0	0	1	2,8%
8ª série	0	---	0	---	0	---
1º ano	0	----	0	---	0	---
2º ano	0	----	0	---	0	---
3º ano	0	----	0	---	0	---
TOTAL	6		30		36	

Os dados dos blocos 1 e 2 evidenciam que as relativas vernaculares são empregadas somente nas duas primeiras séries do ensino fundamental. A partir da 7ª série o percentual de relativas vernaculares é praticamente nulo.

É importante observar, ainda, que apesar da preferência pela forma *cujo* (masculino, singular) nos exercícios do quarto bloco, não se pode afirmar que a estratégia convencional é sensível aos traços [\pm humano], [\pm plural], [\pm masculino]. Assim, também não se pode dizer que esses fatores gramaticais interferiram, de alguma forma, na produção da relativa vernacular.

5.2 Relativas convencionais

Neste estudo, com base em Kato (1993) e na mesma linha de análise de Corrêa (1998), proponho que a facilidade / dificuldade na produção das relativas genitivas convencionais

⁶⁷ Essa tabela não apresenta os resultados do terceiro bloco, já que, conforme será exposto em 5.2.1, o uso da estratégia convencional nesse bloco parece estar mais ligado à função sintática do PP relativizado do que propriamente à escolarização.

relaciona-se à diferença entre as estratégias convencional e vernacular. Conforme exposto anteriormente (seção 2.5), Corrêa (op.cit.) evidencia que a diferença está na posição sintática do termo a ser relativizado, extraído de dentro do IP, no caso da relativa convencional e da posição de tópico, no caso da relativa vernacular.

Comparando a relativa convencional em (5.4) com a relativa vernacular em (5.5), nota-se que a principal evidência da ocorrência da relativa convencional é a presença do pronome relativo *cujo*.

(5.4) O homem_i [CP **cujo**_i [IP filho (**t**)_i está doente] anda muito preocupado]

(5.5) O homem_i [CP que_i [Top (t)] [IP o filho (Ø/ dele) está doente] anda muito preocupado]

Considerando as diferenças entre a relativa genitiva convencional e a vernacular, e abarcando essas diferenças no interior da descrição do conhecimento internalizado do falante, é possível dizer que a estratégia vernacular resulta da gramática nuclear do falante, enquanto a estratégia convencional resulta, conforme exposto no primeiro capítulo deste estudo, da gramática periférica, alimentada, entre outras fontes, pelo processo de escolarização.

Importa enfatizar que a criança brasileira, quando chega à escola, tem em sua gramática nuclear um conhecimento lingüístico⁶⁸ diferente do conhecimento lingüístico do letrado. Em outras palavras, a criança traz para a escola a estratégia de relativização extraída de uma posição não canônica (LD) e aprende, formalmente, a relativa genitiva convencional, extraída de dentro do IP.

A dificuldade na produção de relativas introduzidas pelo pronome *cujo* deve-se, portanto, às diferenças estruturais entre esta estratégia, aprendida formalmente, e a vernacular, adquirida naturalmente. Assim, proponho que quanto mais diferenças houver entre a

⁶⁸ Refiro-me especificamente às relativas genitivas e às preposicionadas.

estratégia vernacular e a estratégia aprendida formalmente, maior será a dificuldade do falante para produzir esta última.

Na seção 4.3 apresentei os dados relativos aos exercícios do terceiro bloco. A exposição evidenciou a relevância da função sintática do nóculo que contém o PP relativizado na ocorrência das relativas genitivas convencionais. Observou-se que quando o PP relativizado faz parte de um nóculo que ocupa a posição de sujeito ou de objeto direto o falante encontra mais facilidade para produzir a relativa convencional do que quando o PP pertence a um nóculo que ocupa a posição de oblíquo. A maior dificuldade na produção da relativa em que o PP ocupa a posição de genitivo de oblíquo parece decorrer da presença da preposição, isto é, o movimento da preposição representa mais uma etapa no processo de construção da relativa genitiva convencional, o que justifica a ausência dessas relativas nos dados.

Todavia, a constatação de que o aluno, em face do exercício escolar, encontra mais dificuldade para produzir a relativa convencional do que para produzir a estratégia aprendida na infância, não explica completamente a ocorrência de erros, orações em desacordo com as prescrições gramaticais, hipercorreções, pois, apesar das diferenças e, ainda que por regras estilísticas, é possível aprender a relativa genitiva convencional. Se essa aprendizagem muitas vezes não ocorre, ou ocorre de maneira insatisfatória, a causa, ao que parece, não está na estrutura da língua, mas no processo de aprendizagem, ou seja, relaciona-se aos métodos de ensino, aos materiais didáticos, aos efeitos dos ambientes formais e etc.

5.2.1 A função sintática do PP relativizado e o uso das relativas vernaculares

Nesta subsecção retomo os dados referentes ao uso das relativas vernaculares no terceiro bloco, de modo que seja possível verificar sua relação com a função sintática do PP relativizado, isto é, pretende-se observar se a função sintática do PP relativizado acarreta alguma diferença na produção de relativas vernaculares.

Os dados referentes às relativas cortadoras no terceiro bloco, por série e por função sintática do PP relativizado e do NP antecedente, estão reorganizados nas tabelas abaixo:

Tabela 5.4 – Produção de relativas cortadoras no terceiro bloco – posição de oblíquo

	5 ^a série	6 ^a série	7 ^a série	8 ^a série	1 ^o ano	2 ^o ano	3 ^o ano	Total
FUNÇÕES	N	N	N	N	N	N	N	N
OBL/GEN SUJ	---	2	1	---	---	---	---	3
SUJ/GEN OBJ	---	---	---	---	---	---	---	---
OBL/GEN OBJ	2	3	---	8	4	3	3	23
SUJ/GEN OBL	---	---	---	---	---	1	1	2
OBJ/GEN OBL	---	---	---	---	---	---	---	---
GEN/GEN SUJ	---	---	---	---	---	---	---	---
GEN/GEN OBJ	---	---	---	---	---	---	---	---
GEN/GEN OBL	---	---	---	2	---	---	1	3
SUJ/GEN SUJ	---	---	---	---	---	---	---	---
OBJ/GEN OBJ	---	---	---	---	---	---	---	---
OBL/GEN OBL	---	---	---	4	2	2	6	14
OBJ/GEN SUJ	---	1	---	---	---	---	---	1
TOTAL	2	6	1	14	6	6	11	46

Tabela 5.5 – produção de relativas cortadoras no terceiro bloco – posição de genitivo

	5 ^a série	6 ^a série	7 ^a série	8 ^a série	1 ^o ano	2 ^o ano	3 ^o ano	total
FUNÇÕES	N	N	N	N	N	N	N	N
SUJ/GEN SUJ	---	---	---	---	---	---	---	---
OBJ/GEN SUJ	---	---	---	2	3	2	1	8
OBL/GEN SUJ	---	1	---	2	4	1	1	9
GEN/GEN SUJ	---	2	---	2	2	---	1	7
SUJ/GEN OBJ	---	---	---	---	---	---	---	---
OBL/GEN OBJ	---	---	1	---	2	2	1	6
GEN/GEN OBJ	---	---	3	4	7	2	1	17
OBJ/GEN OBJ	---	1	2	3	1	1	3	11
GEN/GEN OBL	1	---	2	3	2	2	---	10
OBL/GEN OBL	---	---	---	---	1	2	---	3
SUJ/GEN OBL	---	---	---	---	---	1	---	1
OBJ/GEN OBL	---	---	---	---	2	---	3	5
TOTAL	1	4	8	16	24	13	11	77

A primeira observação a ser feita é a de que a relativização através da estratégia cortadora ocorreu quando o PP relativizado ocupava a posição de genitivo, conforme exemplos (5.7), e também nas relativas de oblíquo, conforme exemplo (5.8). O exercício proposto é rerepresentado em (5.6-a), seguido da relativa genitiva convencional em (5.6b) e da relativa de oblíquo convencional em 5.6(c):

- (5.6) a. Votaremos no candidato. Concordamos com as idéias do candidato.
 b. Votaremos no candidato com **cujas** idéias concordamos.
 c. Concordamos com as idéias do candidato **em quem** votaremos.

(5.7) Votaremos no candidato que concordamos com as idéias (Ø/dele).

(5.8) Concordamos com as idéias do candidato que votaremos (Ø/nele).

Nos exemplos (5.7) e (5.8) o termo relativizado foi extraído da posição de tópico, entretanto, em (5.7), o termo relativizado controla o resumptivo (lexical ou nulo) que se encontra na função de genitivo; já em (5.8) o termo relativizado controla o resumptivo que se encontra em função de complemento oblíquo do verbo “votar”.

Para formar (5.8), estrutura mais freqüente nos dados, o aluno inverteu a ordem das orações simples apresentadas no exercício proposto (5.6-a). A alteração evitou a relativização do PP genitivo e, conseqüentemente, a relativização com o pronome *cujo*. Com a alteração, o termo a ser relativizado passa a ocupar a posição de complemento oblíquo, que prevê a presença da preposição “em” antes do pronome relativo *quem*, empregado quando o NP relativizado apresenta o traço [+ humano]. Entretanto, ainda evitando a relativa convencional, o falante opta pela relativização através da estratégia vernacular, não preposicionada.

Ainda observando os dados expostos nas tabelas 5.4 e 5.5, deve-se atentar para a aparente incoerência relacionada ao fator escolaridade. Esperava-se maior freqüência de relativas vernaculares nas primeiras séries do ensino fundamental. Entretanto, as tabelas 5.4 e 5.5 mostram que no terceiro bloco essas relativas são mais freqüentes nas séries finais. Evidentemente o aluno não “desaprende” ou mostra-se menos preocupado em usar a estratégia convencional nas últimas séries (cf Corrêa, 1998). O número alto de relativas vernaculares relaciona-se, ao que parece, à dificuldade na produção das relativas genitivas convencionais.

Como observei na seção 4.3, nas séries iniciais há uma preferência pela formação de orações coordenadas ou justapostas, seguidas das relativas de sujeito e objeto direto, assim, o número de relativas vernaculares é mais baixo. Já nas últimas séries, a preferência é pela construção relativa e, nesse caso, as orações em desacordo com a prescrições gramaticais, os erros e as estratégias vernaculares aparecem como parte do processo de aprendizagem da relativa convencional.

Os exemplos abaixo, produzidos pelo mesmo aluno, mostram que o uso da relativa vernacular depende da posição a ser relativizada:

(5.9) A alegria do jogador cujo pai é técnico do time contagiou toda a torcida.(3º ano – E.M.)

(5.10) Concordamos com as idéias do candidato que iremos votar. (3º ano – E.M.)

Em (5.9), em que o nódulo que contém o PP a ser relativizado ocupa a função de sujeito, o aluno produz uma relativa convencional com o pronome *cujo*. Entretanto, em lugar de (5.10), o falante deveria produzir (5.6b), se tivesse mantido a ordem das orações propostas em (5.6-a). Ao alterar a ordem das orações, deveria ter produzido (5.6c), entretanto, a produção de (5.10) – uma relativa cortadora –, demonstra que o maior problema para o aluno está relacionado ao movimento da preposição.

5.3 Construções com pronomes e preposições inadequadas

Os dados relativos à escolha de pronome e preposição diferentes do previsto na gramática tradicional estão expostos na tabela 5.6, abaixo:

Tabela 5.6 – Distribuição de relativas em desacordo com as prescrições gramaticais

	Bloco 1	Bloco 2	Bloco 3	Total
<i>O QUAL</i> POR <i>CUJO</i>	73	53	9	135(62,5%)
<i>ONDE</i> POR <i>CUJO</i>	36	0	15	51(23,6%)
<i>EM QUE</i> POR <i>EM QUEM</i>	0	0	2	2(1,0%)
<i>EM QUE</i> POR <i>COM QUEM</i>	0	0	3	3(1,4%)
<i>EM QUE</i> / <i>EM QUEM</i> POR <i>CUJO</i>	0	0	5	5(2,3%)
<i>NO QUAL</i> POR <i>DA QUAL</i>	0	0	2	2(1,0%)
AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÃO	0	0	18	18(8,3%)
TOTAL	109	53	54	216

A primeira observação a se fazer é a de que o pronome *o qual*, e suas variáveis, é o mais usado pelos alunos em substituição ao pronome *cujo* (62,5%), seguido do uso do

pronome *onde* (23,6%). Para que se verifiquem os fatores que interferem nessa produção, a análise será organizada em subseções.

5.3.1 Construções com o pronome *o qual*

É propícia a observação de que o pronome *o qual* pode co-ocorrer com preposição e flexionar-se em gênero e em número, concordando com seu antecedente e, neste aspecto, é bastante parecido com o pronome *cujo*, que também pode flexionar-se e pode ser precedido de preposição.

Note-se, ainda, que o pronome *cujo* apresenta morfema específico que codifica o caso genitivo, enquanto o pronome *o qual*, quando precedido de preposição, pode codificar o oblíquo. Quando precedido da preposição *de*, pode tanto indicar o oblíquo quanto o genitivo, além disso, desempenha as funções de sujeito e objeto direto em contextos não preposicionados, o que indica maior abrangência desse pronome em relação ao pronome *cujo*.

Para clareza, reapresento os exemplos (3.4) e (3.5), abaixo numerados como (5.11) e (5.12), que evidenciam a possibilidade de relativização do genitivo através do *cujo* e da variante preposicionada, respectivamente:

(5.11) Um homem roubou o dinheiro do rapaz *cujo* irmão nós conhecemos.

(5.12) (?) Um homem roubou o dinheiro do rapaz, o irmão do qual nós conhecemos.

Assim, ao que parece, a presença nos dados do pronome *o qual* em lugar do pronome *cujo* decorre da maior abrangência desse pronome, propriedade que envolve, como já exposto,

a possibilidade de introduzir a relativa genitiva convencional. Entretanto, nos exemplos apresentados a seguir, extraídos dos exercícios dos alunos, a substituição do pronome *cujo* pelo pronome *o qual* foge à estratégia convencional, pois o pronome não vem precedido da preposição *de*:

(5.13) O ator brasileiro a qual fotografia foi publicada no jornal...

(5.14) O pintor o qual os trabalhos estão expostos no MAC...

(5.15) Um homem roubou o dinheiro do rapaz o qual irmão nós conhecemos.

(5.16) José entrou na secretaria da fábrica no almoxarifado a qual ele trabalhava.

(5.17) Vendi a casa a qual nós pintamos as paredes.

(5.18) Gosto do treinador o qual Pedro conhece o filho.

A exclusão da preposição ocorre, também, quando o pronome *o qual* codifica o oblíquo, conforme exemplo (5.19-a). Observe-se que para formar a relativa de oblíquo o aluno exclui o NP “idéias”, alterando o sentido da frase proposta no exercício (reapresentado em (5.19b)):

(5.19) a. Votaremos no candidato o qual concordamos.

b. Votaremos no candidato. Concordamos com as idéias do candidato.

Assim, pode-se concluir que o falante foi exposto à relativa genitiva convencional, mas ainda não sabe proceder à extração do PP de dentro do IP. Ao que parece, o uso de *o qual* em vez de *que* em (5.19) visa à adequação da oração ao registro formal, ou seja, trata-se de um processo de troca lexical.

Entretanto, se (5.19) é um exemplo de troca lexical, resta responder por que o pronome *que* foi substituído por *o qual* e não por *cujo*. Sobre essa questão deve-se retomar as conjeturas sobre a maior abrangência de *o qual* em relação a *cujo*, conforme exposto anteriormente, já que este codifica apenas o genitivo, enquanto aquele codifica não apenas o genitivo, mas também o oblíquo, quando precedido de preposição, e o sujeito e o objeto direto, em contextos não preposicionados. Além disso, o uso desse pronome parece estar relacionado ao próprio método de ensino tradicional: as gramáticas e os livros didáticos evidenciam que o pronome *cujo*, caracterizado por pronominalizar somente constituintes introduzidos pela preposição *de*, equivale e pode ser substituído, em todos os contextos, pela forma *do qual*. Observe-se o trecho abaixo, extraído da gramática de Bechara (2001, p. 203):“...*cujo*, como pronome relativo, traduz a idéia de posse, com valor de *dele* (dela), *do qual* (da qual): O livro *cujas* páginas... (= páginas *do qual*...)”

5.3.2 Construções com o pronome *onde*

No caso do emprego do pronome *onde* em lugar de *cujo*, a escolha justifica-se em função, geralmente, do traço locativo no NP antecedente da relativa, conforme demonstrado nos exemplos abaixo:

(5.20) O morador da favela de Taipas onde bens foram destruídos pelo fogo decidiu protestar.

(5.21) José entrou na secretaria da fábrica onde ele trabalha.

Observa-se que o sintagma *locativo* em (5.20) é “favela de Taipas” e em (5.21), “fábrica”.

Ao que parece, em (5.20), o sintagma “favela de Taipas”, adjunto do nome “morador”, foi interpretado como adjunto adverbial de lugar, conforme demonstrado em (5.22a), desencadeando sua relativização através do pronome *onde* (5.22a’). Os exemplos (5.22b e b’) evidenciam a relativização da posição de adjunto adnominal, conforme previsto no padrão de respostas:

(5.22) a. O morador da favela de Taipas decidiu protestar. Os bens \emptyset foram destruídos pelo fogo na favela de Taipas.

a’. O morador da favela de Taipas onde os bens foram destruídos pelo fogo...

b. O morador da favela de Taipas decidiu protestar. Os bens do morador da favela de Taipas foram destruídos pelo fogo.

b’ O morador da favela de Taipas cujos bens foram destruídos pelo fogo ...

Deve-se notar, entretanto, que a relativização através do pronome *onde* em (5.22a) obriga a presença do artigo, conforme demonstrado em (5.22a’), assim, a ocorrência de *onde* sem artigo em (5.20) deixa dúvidas quanto ao estatuto do pronome nessa oração.

A sentença em (5.21) foi formada a partir de duas orações que apresentavam NPs idênticos, conforme demonstrado abaixo:

(5.23) a. José dirigiu-se à secretaria da fábrica. Ele trabalha no almoxarifado da fábrica.

Nessas orações, os NPs idênticos pertencem a um nóculo NP+PP e ocupam a posição de genitivo de oblíquo. Assim, de acordo com as prescrições gramaticais, seria adequada a

construção com o relativizador *cujo*, pois, embora se evidencie o antecedente locativo, o termo relativizado ocupa a posição de genitivo. Entretanto, aparentemente, esse NP também foi interpretado por alguns alunos como adjunto adverbial de lugar, o que justifica a formação de (5.21).

É importante observar que nessa oração (5.21) o PP “**no almoxarifado**” (denominado oblíquo neste estudo e classificado como adjunto adverbial pela gramática tradicional), foi suprimido para dar lugar ao PP “**na fábrica**”, que passa a ser relativizado através do pronome relativo *onde*. Nesse processo, o falante não promove uma simples troca lexical, mas procede à alteração da estrutura sintática da sentença, anulando a posição de genitivo e relativizando da posição de oblíquo. Com essa alteração, a estrutura pronome *cujo* + preposição, aprendida como morfologia estilística, é substituída pelo pronome *onde*, presente na língua-I do falante e de emprego difundido na fala e na escrita.

5.3.3 – Uso da preposição incorreta / acréscimo de preposição

Vê-se nesses dados, ainda, a ocorrência de preposição diferente da prevista na gramática tradicional, conforme demonstrado a seguir:

(5.24) Nós conhecemos o irmão do rapaz **no qual** um homem roubou o dinheiro

(5.25) Votaremos no candidato **em que** concordamos.

Observa-se que em lugar da preposição *de* em (5.24) e *com* em (5.25), foi empregada a preposição *em*. Esses usos, condenados pela gramática, revelam que o aluno não sabe

estabelecer a relação entre a posição relativizada e a posição do relativo (cf. Corrêa, 1998), ou seja, não identifica com clareza os contextos em que as preposições devem ser empregadas.

Além do uso da preposição inadequada, observa-se, o uso da preposição *em* em relativas genitivas de sujeito e de objeto direto, conforme exemplos abaixo:

(5.26) Eu vi o homem **em que** a filha viajou para Europa.

(5.27) Um homem roubou o dinheiro do rapaz **em que** o irmão nós conhecemos

Nesses exemplos, os alunos empregaram o pronome *que* precedido da preposição *em* para codificar o genitivo, cujo subconjunto preposicionado apresenta sempre a preposição *de*. Ao que parece, para esses alunos a estratégia convencional consiste apenas na configuração preposição mais pronome relativo, assim, a inserção da preposição *em* antes do pronome relativo *que* visa somente adequar a relativa vernacular ao português “padrão”.

É importante observar que, de acordo com a hipótese aqui defendida, na estratégia vernacular a extração é feita da posição LD e não envolve o uso da preposição. Assim, ao empregar a preposição *em*, o aluno demonstra que conhece o fato de que a relativa convencional usa o relativo preposicionado (cf. Corrêa, 1998), mas não sabe qual pronome deve ser empregado e, tampouco, se deve ou não usar a preposição. Assim, pode-se dizer que o aluno aprendeu apenas parte do processo de relativização convencional, o que reforça a hipótese defendida neste estudo de que a sintaxe da relativa convencional, aprendida na escola, tem estatuto estilístico⁶⁹.

⁶⁹ Considerando que o aluno não sabe identificar a preposição que deve usar, torna-se necessário explicar por que aparece a preposição *em* e não a preposição *de*. Sobre essa questão, pode-se conjecturar que no PB está ocorrendo a seguinte distinção: o processo de (em) queísmo ocorre mediante a inserção da preposição *em* antes do pronome relativo *que* (inclusive o pronome que introduz a relativa vernacular, extraído da posição de Tópico), enquanto no processo de (de) queísmo tem-se a inserção da preposição *de* antes da conjunção integrante *que*. A tarefa de desenvolver essas análises não será realizada neste estudo.

5.4 *Cujo* em desacordo com as prescrições gramaticais, hipercorreções e erros

5.4.1 Orações em desacordo com as prescrições gramaticais

A dificuldade na produção da relativa genitiva convencional é apontada neste estudo como uma das duas causas principais da presença de orações em desacordo com as prescrições gramaticais nos dados dos estudantes. A segunda causa diz respeito à escolarização e ao método de ensino formal. Retornarei a este ponto no sexto capítulo.

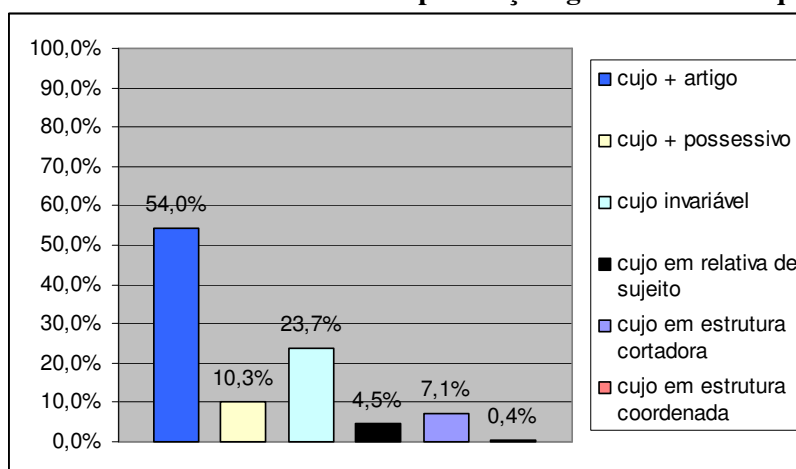
De acordo com a hipótese aqui adotada, as orações formadas em desacordo com as prescrições gramaticais deixam antever o processo de aprendizagem dessa relativa e revelam-se como um indicativo de que a gramática da escrita não constitui o conhecimento naturalmente internalizado.

É importante destacar que a maioria das orações em desacordo com as prescrições gramaticais presentes nos dados relaciona-se à ausência de concordância com o conseqüente e ao emprego de *cujo* seguido de artigo e/ou do possessivo, conforme se observa no gráfico 5.1, abaixo. A tabela 5.7 apresenta o total, por bloco, de orações em desacordo com as prescrições gramaticais:

Tabela 5.7 - Pronome cujo em desacordo com as prescrições gramaticais

	N	%
Bloco 1	82/680	12,50%
Bloco 2	308/1360	22,65%
Bloco 3	83/1020	8,14%
Bloco 4	34/85	40,0%
Total	507/3145	

Gráfico 5.1 – Total de frases em desacordo com as prescrições gramaticais nos quatro blocos



O gráfico mostra que 54% das orações em desacordo com a gramática tradicional referem-se ao emprego do pronome relativo *cujo* acrescido do artigo, conforme exemplo a seguir.

(5.28) Eu vi o homem cujo as filhas viajaram para Europa.

Alguns gramáticos, conforme discussão iniciada no segundo capítulo deste estudo, discutem a possibilidade de o falante proceder à escrita fonográfica, entretanto, essa interpretação sugere a incapacidade de o falante reconhecer as diferenças entre fala e escrita, mesmo após vários anos de escolarização.

De acordo com a hipótese adotada neste estudo, o acréscimo do artigo pode ser interpretado como parte de um processo de aprendizagem da gramática da escrita. Pode-se dizer que, neste caso, o falante conhece parte das regras da nova gramática, mas ainda aplica os princípios comuns às demais construções da língua materna, como a presença do artigo antecedendo um substantivo.

Observe-se que a ausência do artigo na relativa genitiva vernacular, aprendida naturalmente, torna a oração inaceitável, conforme demonstrado abaixo:

(5.29)? Eu vi o homem **que** filhas (Ø/dele) viajaram para a Europa.

Considerando a hipótese aqui proposta, esse fato é relevante, pois marca mais uma das diferenças entre a relativa genitiva convencional e a vernacular. Todavia, é importante notar que, apesar da inserção do artigo após o pronome **cujo**, talvez o aluno, nessa fase da aprendizagem, já saiba identificar o termo a ser relativizado e saiba extrair esse termo de dentro do IP, ao menos quando o PP ocupa a posição de genitivo de sujeito ou de objeto direto. Dos processos que envolvem a relativização com o pronome **cujo**, talvez não perceba somente que o emprego desse pronome ou uma de suas variantes flexionais obriga à supressão do artigo definido que está (pelo menos semanticamente) associado a estas estruturas nominais.⁷⁰

Ainda com relação ao emprego do pronome **cujo** seguido de artigo, os dados revelam, embora com menos incidência, a estrutura em (5.30).

(5.30) Eu vi o homem **cujas as** filhas viajaram para Europa.

Apesar da semelhança, torna-se necessário distinguir entre essa estrutura e a anterior, representada em (5.28). Inicialmente porque a presença do artigo definido posterior à forma flexionada do pronome **cujo** enfraquece ainda mais a hipótese de escrita fonográfica. Além disso, nesse caso, o aluno não somente compreende o processo de formação da relativa genitiva convencional, mas também demonstra conhecer as variantes flexionais do pronome **cujo**, entretanto, não percebe a necessidade de supressão do artigo.

⁷⁰ A observação dos dados não deixa claro se o aluno, ao empregar o relativo **cujo** seguido de artigo, reconhece a configuração estrutural NP+PP (genitivo de sujeito ou objeto direto) ou se está apenas promovendo uma troca lexical. Todavia, a opção pelo pronome **cujo**, sem o emprego de um pronome possessivo, foi tomada como um indício de que o falante percebe que a posição relativizada é a de genitivo. Note-se que o alto percentual de relativas genitivas com o emprego do pronome **cujo** no quarto bloco (82,3%) também pode ser tomado como evidência de que o aluno percebe a configuração estrutural dessas orações.

Ainda em relação à concordância com o NP conseqüente, o gráfico 5.1 revela que 24% do total de orações formadas em desacordo com a gramática tradicional referem-se ao emprego da forma **cujo** invariável, conforme exemplo abaixo:

(5.31) Eu vi o homem **cujo filhas** viajaram para a Europa.

À semelhança do que ocorre quando o falante usa a forma flexionada ou não do pronome **cujo** seguido de artigo definido, a estrutura em (5.31) evidencia que o aluno ainda não assimilou completamente o processo que envolve a formação de relativas genitivas introduzidas por esse pronome.

O aluno que produz (5.28) parece ter assimilado a regra “suprima o artigo”, mas não compreendeu que uma das características desse pronome é a de concordar em gênero e número com o seu conseqüente. Observando (5.28) em relação à (5.30) e à (5.31), constata-se que o aluno não assimilou a regra de concordância com o conseqüente. Em (5.28) o falante aparentemente não conhece as formas flexionais do pronome **cujo** e, tampouco, a necessidade de suprimir o artigo. Em (5.30) a forma flexionada é empregada, mas ainda há acréscimo do artigo. Por fim, em (5.31), parece que o falante compreendeu bem que o emprego do pronome **cujo** obriga a supressão do artigo, mas não compreendeu que esse pronome flexiona-se em gênero e número e concorda com seu conseqüente.

Convém enfatizar que essas regras caracterizam somente o uso do pronome relativo **cujo**, e não se referem a qualquer outro pronome do PB. Além disso, são regras contrárias à da relativa vernacular, que obriga a inserção do artigo definido, conforme demonstrado em (5.29).

Ainda observando os dados do gráfico 5.1, nota-se que o percentual de orações em que o pronome possessivo *seu* é empregado após o pronome *cujo*, como em (5.32), também é relevante.

(5.32) a. O policial cujo suas filhas estudam na Europa é separado.

Conforme fiz notar anteriormente, para produzir a relativa convencional o falante precisa conhecer as características inerentes ao pronome *cujo*, dentre as quais se destaca o traço de posse. Assim, se o falante emprega *cujo* seguido de possessivo é porque não percebeu que esse relativizador exterioriza a relação de posse entre os constituintes NP+PP. Em outras palavras, o emprego do pronome possessivo nessas construções parece resultar da pouca familiaridade dos aprendizes com essa estratégia de relativização.

Nessa linha argumentativa, os casos em que se emprega o pronome *cujo* seguido de possessivo podem ser tratados como simples troca lexical, pois o aluno, apesar de empregar o relativo convencional, próprio da escrita, copia a estrutura da relativa vernacular, conforme demonstrado abaixo:

(5.32) b. O policial que suas filhas estudam na Europa é separado.

↓
b'.O policial cujas suas filhas estudam na Europa é separado.

5.4.2 Hipercorreções

Hipercorreção ou ultracorreção é definida aqui como “a preocupação de falar bem que redundando em erro” (Jota, 1981, p. 166). De acordo com essa definição, não é qualquer erro que

pode ser tratado como hipercorreção, mas somente aqueles que derivam da preocupação de fazer uso correto da língua. Dessa forma, paradoxalmente, a hipercorreção está associada, entre outros fatores, à escolaridade, pois o falante passa a classificar as variantes lingüísticas como certas e erradas somente a partir do contato com as prescrições gramaticais. Ao conscientizar-se do estigma associado à variante considerada errada pela gramática tradicional e dos prejuízos acarretados pelo uso dessa variante, o falante evita o erro com tanta acuidade que acaba “corrigindo” o que antes falava perfeitamente. Nesse sentido, a hipercorreção representa a deformação do uso lingüístico correto.

Neste estudo, foram classificados como hipercorreção somente os casos em que o pronome relativo **cujo** foi empregado em lugar do pronome relativo **que**, em relativas de sujeito e objeto direto, e também em relativas cortadoras, conforme demonstrado nos exemplos (5.33) e (5.34), respectivamente. Cabe notar que esses casos, de número reduzido nos dados (apenas 61), não se relacionam diretamente ao fator escolaridade, pois a partir da 7ª série, quando se observa o uso mais significativo de estruturas relativas, não ocorre oscilação relevante na freqüência dessas estruturas.

(5.33) ?A filha do homem **cujo** eu vi viajou para a europa.

(5.34) ?Vendi a casa **cujo** nós pintamos as paredes (Ø/dela).

É importante notar que o exercício que gerou (5.33) previa a transformação de duas orações simples em uma estrutura complexa, assim a construção em (5.35-a) deveria ser desenvolvida conforme demonstrado em (5.35b), sem que houvesse alteração dos sintagmas na frase.


(5.35) a. Eu vi o homem. A filha do homem viajou para a Europa.

b. Eu vi o homem cuja filha viajou para a Europa.

Entretanto, para produzir (5.33) o aluno alterou a ordem das orações simples, assim, o NP “o homem” da primeira oração passou a ocupar a posição do termo a ser relativizado. Dessa forma, o aluno deveria usar o pronome relativo *que* e não do pronome *cujo*, pois o termo relativizado é um NP com função de objeto direto, e não um PP genitivo.

Em (5.34) o problema está na posição sintática a ser relativizada, ou seja, embora o falante empregue o relativo *cujo*, o termo a ser relativizado é extraído da posição de tópico e não de dentro da sentença, conforme demonstrado em (5.36):

(5.36) Eu vendi a casa_i [_{CP} cujo_i [_{Top} (t) [_{IP} nós pintamos as paredes (Ø / dela)]]]



Em ambos os casos, percebe-se que, apesar de empregar o pronome relativo *cujo*, o aluno segue a estratégia recorrente na língua falada. Em (5.33) produz uma relativa de objeto direto, bastante comum na língua e presente em sua gramática nuclear. Em (5.34) produz uma relativa vernacular, também presente em sua gramática nuclear. Entretanto, nos dois casos, percebe-se a tentativa de ‘normalizar’ as frases, de adequá-las ao português “correto”, desfigurando construções corretas e perfeitamente comuns no PB.

Ainda na lista das hipercorreções, figuram frases como essa demonstrada em (5.37), que não podem ser aceitas na fala, já que o pronome relativo *cujo* é empregado sem que haja necessidade de relativização:

(5.37) ?O rio é o principal atrativo da cidade cujo as águas do rio são medicinais

Observe-se que, nesse caso, o falante produziu uma construção coordenada e não encaixada, para a qual bastaria a inserção da conjunção *e*. Assim, a presença de um pronome relativo, qualquer que seja o pronome, prejudica a aceitabilidade da frase.

Vale enfatizar que os casos de hipercorreções resultam do contato do aluno com a variante convencional *e*, nesse sentido, auxiliam na compreensão do processo de aprendizagem. Os exemplos apresentados acima sugerem que o aluno tem consciência de que, para formar a relativa convencional, é preciso recorrer a um padrão típico da escrita. Assim, em lugar do pronome relativo *que*, usado na estratégia aprendida na infância, emprega o pronome *cujo* que, aparentemente, é “uma marca de cultês para o alunado”(Oliveira, 2004). Nesse processo, a estrutura da estratégia interna à gramática nuclear é preservada, e o uso do pronome *cujo* é uma simples questão de escolha de uma forma lexical, sem relação direta com a sintaxe propriamente dita.

5.4.3 Erros

Neste estudo são definidas como erros somente as frases agramaticais. É importante observar que a noção de gramaticalidade, aqui, não se determina por um padrão de correção ou por um conjunto de regras do “bem falar ou escrever”, mas por regras de estruturação da língua. Assim, uma frase é gramatical se ela pertence a uma determinada língua natural, e agramatical se sua construção não faz parte da estrutura aceita e legitimada por esta língua.

Conforme pode ser observado na tabela 5.8, abaixo, que reorganiza os dados referentes às frases agramaticais, sua frequência nos dados é bastante baixa.

Tabela 5.8 – Frases agramaticais nos quatro blocos – distribuição por série

	5ª SÉRIE		6ª SÉRIE		7ª SÉRIE		8ª SÉRIE		1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
BLOCO 1	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
BLOCO 2	16	64,0%	3	12,0%	2	8,0%	0	0,0%	3	12,0%	1	4,0%	0	0,0%	25	53,2%
BLOCO 3	3	14,3%	4	19,0%	3	14,3%	2	8,0%	0	0,0%	3	14,3%	6	28,6%	21	44,7%
BLOCO 4	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,1%
TOTAL	20	42,6%	7	14,9%	5	10,6%	2	4,3%	3	6,4%	4	8,5%	6	12,8%	47	

Conforme exposto anteriormente, o primeiro bloco de exercícios não previa a produção efetiva de orações relativas. As frases já estavam estruturadas, restando apenas uma lacuna para inserção do pronome, assim, não houve, nesse bloco, produção de frases agramaticais.

A tabela acima evidencia que o maior número de frases agramaticais (segundo e terceiro blocos) são produzidas na 5ª e 6ª séries, sendo que a partir da 7ª série o número permanece estável. Observe-se, ainda, que a 5ª série produziu 64% das frases agramaticais do segundo bloco, mas a frequência dessas frases nos blocos seguintes foi bem menor. Isso ocorre porque no terceiro bloco os alunos da 5ª série produziram, predominantemente, orações coordenadas e não relativas.

No último bloco há uma única frase mal formada. Basendo-se no fato de que a maioria das relativas produzidas no último bloco apresenta a mesma configuração estrutural (NP antecedente e relativizado com função de sujeito), conforme exemplo (5.38), uma hipótese para a ausência de erros nesse bloco é a de que os alunos estão reproduzindo um modelo, ou seja, estão repetindo as estruturas presentes nas gramáticas, manuais didáticos ou na fala do professor.

(5.38) O homem cujo nome é Paulo.

Uma outra hipótese é a de que ele domina a estrutura da relativa genitiva de sujeito, ou, ainda, que esse exercício, o único que envolve a produção efetiva, deixa pouco espaço para a formação de sentenças erradas, já que, conforme expus no quarto capítulo, as condições para produção dessas sentenças são encontradas na própria língua.

Abaixo apresento exemplos de frases agramaticais formadas nos blocos 2 e 3 e da única frase agramatical formada no bloco 4:

(5.39) * O governo é o grande culpado do empresário que a fazenda é invadida no
MST (Bloco 2)

(5.40) *O avô do aluno morreu semana passada vai fazer tratamento psicológico.
(bloco 2)

(5.41) *A alegria do jogador e a torcida se contagiou com o pai do jogador é o técnico
do time (bloco 3)

(5.42) *O rio principal atrativo da cidade águas e **cujas** medicinais do rio (bloco 3)

(5.43) ***Cujo** ele morreu. (bloco 4)

Usar a língua é encontrar o equilíbrio entre a adequabilidade e a aceitabilidade, sendo que a adequação se baseia no grau de aceitabilidade do que se diz em uma determinada situação discursiva (Bagno, 1999). A partir disso, pode-se dizer que, ao formar frases como essas de (5.39) a (5.43), o falante não está usando a língua, mas apenas procurando empregar uma linguagem formal que não lhe é familiar. Note-se, ainda, que se o aluno relesse as frases acima provavelmente perceberia a estranheza que elas provocam, entretanto, talvez não soubesse julgar sua gramaticalidade. Assim, a produção de frases erradas indica que o aluno não domina a formação de relativa genitiva convencional e também que ele desconhece o que é gramatical ou agramatical na linguagem formal.

Ao que parece, o modelo de ensino propicia a avaliação do que é produzido a partir de conceitos de certo e errado, mas não capacita o aluno para distinguir as frases gramaticais das seqüências não-gramaticais.

É importante enfatizar que neste estudo defendo a hipótese de que, diferentemente da aquisição da relativa vernacular, a aprendizagem das relativas genitivas convencionais se dá por regras. Trata-se de um processo formal, socialmente determinado, que dá margem a noções imprecisas sobre a língua, como o de estruturas lingüísticas corretas e incorretas, existentes ou inexistentes e etc. Além disso, geralmente os alunos aprendem através da exposição a dados artificiais, que devem ser memorizados através de um modelo, mas não propriamente contextualizados.

Assim, não é estranho supor que o falante, no início ou no decurso do processo de aprendizagem da gramática da escrita, não sabe distinguir uma frase gramatical de uma agramatical.

Com isso não estou descartando a idéia de que o erro faz parte do processo de aprendizagem, no sentido de que é uma forma de testar hipóteses sobre o funcionamento da gramática que se aprende. Estou propondo, na verdade, que erros como esses exemplificados acima, são evidências não somente dos procedimentos empregados pelos alunos, mas também das falhas do método de ensino, que acaba negligenciando aspectos importantes, como o uso efetivo das formas lingüísticas a eles apresentadas. Como propôs Roulet (1972, p. 10), “A tradição normativa conduz assim a excessos, a uma gramática atomística em que o essencial – quando é percebido - perde-se no acessório, a erros graves, bem como a uma pedagogia restritiva e freqüentemente ineficaz: o mais das vezes afastada da realidade da língua contemporânea e, por conseguinte, das verdadeiras necessidades dos alunos”.

Capítulo VI

CONCLUSÕES

A dificuldade de produção de relativas genitivas convencionais foi observada em todas as séries, até o final do ensino médio. Com base nos trabalhos de Kato (1993) e Corrêa (1998), argumentei que essa dificuldade deriva das diferenças estruturais entre a relativa vernacular e a relativa convencional e das diferenças quanto ao modo de aprendizagem.

Os testes realizados foram direcionados para verificar os fatores lingüísticos e extralingüísticos que interferem em sua produção, bem como as principais construções empregadas pelos alunos em substituição às relativas com o pronome *cujo*.

Concluiu-se, principalmente, que o fator escolaridade é determinante no comportamento da variante convencional.

A partir da observação e análise dos dados do terceiro e quarto blocos, percebeu-se que a função sintática do NP que contém o PP relativizado interfere na produção escrita de orações relativas. Observou-se, ainda, que há aprendizagem parcial das orações relativas com *cujo*, ou seja, que o aluno aprende a relativa genitiva de sujeito e de objeto, mas não a relativa genitiva de oblíquo, que envolve o movimento da preposição.

Embora não se possa atestar a influência dos fatores [\pm humano], [\pm masculino] e [\pm plural] na produção da relativa genitiva convencional, o uso do pronome *cujo* “invariável”, bem como o uso do pronome *cujo* não flexionado no último bloco sugerem que as flexões de gênero e número representam um problema para o falante.

Quanto às construções empregadas em substituição às relativas com o pronome *cujo*, os dados do terceiro bloco evidenciaram que nas primeiras séries do ensino fundamental há preferência pelas orações justapostas e coordenadas, provavelmente porque os alunos ainda

não aprenderam as relativas. A substituição de uma relativa genitiva por uma relativa de sujeito ou objeto direto e, em menor número, pelas relativas de oblíquo também é freqüente nesses dados.

A presença, em todos os blocos, de orações em desacordo com as prescrições gramaticais, de hipercorreções e erros foi apresentada como evidência de que, diferentemente da relativa vernacular, a relativa genitiva é aprendida por regras.

Reapresentado, de maneira sucinta, o percurso deste estudo, retomo, neste momento, um dos pontos centrais da análise: a questão da aprendizagem.

Com base no estudo de Guasti e Cardinaletti (2003), sobre a produção de relativas nas línguas românicas, proponho uma reflexão sobre a aprendizagem das relativas genitivas por falantes do PB.

Guasti e Cardinaletti (2003), ao tratar da produção de relativas, com base em experiências com crianças francesas e italianas de até 10 anos de idade, concluíram que até essa idade as crianças produzem relativas com pronomes resumptivos e evitam o uso de relativas convencionais. A justificativa apresentada pelas autoras é a de que as relativas de resumptivo são completamente comuns no ambiente lingüístico a que as crianças estão expostas, assim, não é estranho encontrá-las em seu discurso. Contrariamente, as relativas tradicionais são aprendidas tardiamente, com a interferência da escola.

No desenvolvimento do estudo, as autoras contrapõem duas hipóteses para a não produção das relativas convencionais preposicionadas do italiano e do francês até a idade de 10 anos: porque a derivação das relativas preposicionadas é mais complexa do que a relativa resumptiva, e este fato pode afetar a produção, conforme propuseram McDaniel, McKee e Bernstein (1998, apud Guasti e Cardinaletti (op. cit.)), ou porque as crianças só adquirem a relativa convencional com o ensino explícito.

Para as autoras esta última conjectura é a mais plausível, pois, segundo elas, seria estranho supor que as relativas preposicionadas são evitadas na produção (do adulto) porque sua derivação envolve diversas etapas do movimento, enquanto a relativa vernacular é menos complexa porque prevê a ausência da preposição e o uso de um complementizador⁷¹.

Para Guasti e Cardinaletti, a maior ou menor complexidade dessas estratégias é apenas intuitiva e não pode ser descrita formalmente, ou seja, não há teoria que dê embasamento a essas comparações, visto que sequer se sabe quais derivações podem ser comparadas. Caso contrário, o sistema seria extremamente aberto, e qualquer coisa poderia em princípio ser comparada com qualquer outra coisa. Um outro argumento selecionado pelas autoras relaciona-se ao fato de que um pronome como *dove* do italiano, tão complexo quanto qualquer outro pronome relativo do inglês, é comum na fala de crianças e adultos. Observem-se os exemplos abaixo (os exemplos e as numerações são das autoras):

(34) a. The boy who I saw

b. [DP the [CP [DP [NP boy]_i who _{ti}]_j [IP I saw [DP _{tj}]]]]

(35) a. La sedia dove sono seduta

the chair where (I) am sitting

b. [DP la [CP [PP [NP sedia]_i dove _{ti}]_j [IP sono seduta [PP _{tj}]]]]

De acordo com essa idéia de que as relativas convencionais são mais complexas, é de se esperar, segundo as autoras, que orações desse tipo também sejam evitadas por crianças e adultos italianos, mas não é o que acontece.

⁷¹ Para as autoras, as relativas preposicionadas e as relativas vernaculares derivam de estruturas distintas: as convencionais contêm um pronome relativo e as vernaculares contêm um complementizador. Assim, a hipótese das autoras é que as crianças não produzem relativas preposicionadas porque estas implicam o uso dos pronomes relativos, que são aprendidos tardiamente com o ensino explícito.

As autoras objetam, ainda, que embora a criança evite a relativa convencional com pronomes relativos, faz uso do *pied-piping* em orações interrogativas. Assim, a complexidade da relativa convencional (com pronome relativo e preposição) não parece ser o fator crucial para favorecer a produção de relativas vernaculares.

Desse modo, a conclusão das autoras é a de que as relativas preposicionadas convencionais estão ausentes nos dados das crianças porque pertencem à estratégia formal e, segundo elas, a aquisição da língua formal prevê uma maneira diferente da aprendizagem, tal como a aquisição de uma segunda língua.

Neste estudo, concordo com a conclusão principal de Guasti e Cardinaletti (2003) de que as crianças não produzem a relativa convencional porque essas são aprendidas tardiamente, com a interferência da escola. Contudo, retomarei alguns pontos centrais de suas considerações a respeito da impossibilidade de comparar a complexidade de algumas estruturas da língua.

Inicialmente, convém dizer que neste estudo estou propondo, com base em Kato (2005), que a relativa genitiva convencional é fruto da alimentação da gramática periférica por elementos de prestígio da língua, diferentemente da estratégia vernacular, que está na gramática nuclear do falante. A partir desta distinção, proponho que a relativa vernacular é menos difícil para o falante porque envolve menos etapas do que a relativização genitiva convencional. Essa conclusão sustenta-se na hipótese de que a aprendizagem da relativa genitiva convencional se dá por regras, de forma consciente e não espontânea. Assim, não se espera o surgimento de um conjunto de propriedades, como aparentemente ocorre na aquisição da língua materna. Espera-se que o falante aprenda as regras paulatinamente, à medida que é exposto aos dados.

A análise aqui desenvolvida delinea-se como um argumento em favor dessa hipótese, pois os dados evidenciam que nas primeiras séries do ensino fundamental o falante usa menos

as relativas genitivas convencionais do que no ensino médio e, além disso, o número de orações em desacordo com as prescrições gramaticais também tende a diminuir nas últimas séries.

Deve-se notar, ainda, conforme exposto na seção 5.4, que o falante aprende algumas regras, como a extração do PP de dentro do IP, e outras não, como a concordância do pronome *cujo* com o NP conseqüente, ou mesmo aprende a produzir relativas genitivas do sujeito e de objeto direto, mas não do oblíquo. Dessa perspectiva, as etapas do movimento de uma estratégia de relativização importam não pela quantidade ou porque esses movimentos representariam a natureza mais ou menos complexa da oração, mas porque representam mais ou menos diferenças entre a estratégia presente na língua materna do falante e a estratégia aprendida na escola. A comparação das estratégias não obriga à conclusão, entretanto, de que o falante vai escolher sempre aquela que envolve menos etapas e por isso não usa a relativa convencional. A escolha entre uma e outra, ao que parece, relaciona-se muito mais ao que é natural e o que é artificial para o falante.

Proponho, em outras palavras, que uma estrutura é mais ou menos difícil não somente a contar pelo número de etapas envolvidas no processo, mas quando comparada às etapas que envolvem a produção da estratégia naturalmente internalizada.

Assim, quando se observa a produção da relativa de *locativo* no PB, cujo termo relativizado é extraído de dentro do IP, com movimento longo, e cuja superficialização pode ser feita através do pronome relativo *onde*, que também guarda os resquícios de caso do latim, pode-se dizer que essa estrutura relativa, apesar de convencional, está presente na língua-I do adulto e, conseqüentemente, no “input” da criança, sendo naturalmente internalizada.

Como a intenção não é analisar o comportamento do pronome *onde*, não vou me estender nas considerações a respeito desse relativo, entretanto, uma resposta possível para o

fato de haver duas estratégias de relativização na língua para o mesmo fenômeno, pode ser a de que as duas estratégias não são selecionadas sob as mesmas condições.

Na conclusão, a análise de Guasti e Cardinaletti (2003) corrobora a hipótese central deste estudo, quando afirma que se as variedades diferentes de uma língua puderem ser explicadas em termos de gramáticas diferentes, as relativas convencionais e as vernaculares pertencem a duas gramáticas diferentes de italiano e de francês. Uma é a gramática da variedade adquirida com a exposição antes da escola, a outra é a gramática de uma variedade usada geralmente na escrita e no discurso formal e adquirida durante anos de escola, com o ensino explícito.

Uma pergunta que necessita ainda de alguma discussão é: por que, após 11 anos de escolarização, o falante não sabe produzir a relativa genitiva convencional preposicionada?

No PB, conforme exposto neste estudo, são comuns, mesmo entre falantes escolarizados, as orações em desacordo com as prescrições gramaticais e as hipercorreções na construção de relativas genitivas convencionais e relativas preposicionadas.

Parece claro que as crianças aprendem a relativa convencional muito tarde em razão de adquirirem-na somente com o ensino explícito, e isto também explica o tempo dispensado nesse aprendizado, entretanto, há uma diferença entre aprender mais tarde e não aprender.

O que importa verificar, portanto, é o motivo pelo qual os alunos, após 11 anos na escola, ainda não aprenderam a formar algumas relativas genitivas, como a genitiva do oblíquo. As conjecturas acerca da complexidade das relativas convencionais, das diferenças estruturais entre estas e as vernaculares, das diferenças referentes à aprendizagem de uma e de outra justificam a dificuldade na produção e o tempo que o falante leva para aprender a estratégia convencional, entretanto, não justifica a não aprendizagem.

Considerando que as relativas convencionais não pertencem à gramática nuclear do falante, uma hipótese para explicar a não aprendizagem é a de que a escola brasileira não

propicia a exposição do falante a esses dados da gramática convencional. Empiricamente pode-se comprovar que mesmo na escola a relativa genitiva comumente realizada é a vernacular, e o uso da estratégia convencional restringe-se ao contato com o livro didático e com exercícios que não prevêm a interação genuína.

É importante considerar, ainda, que se a complexidade e diferenças da relativa convencional em relação à vernacular justificassem a não aprendizagem, certamente o mesmo fenômeno seria observado em outras línguas românicas. Entretanto, como mostram os estudos de Guasti e Cardinaletti (2003), a criança italiana aprende a relativa convencional após o quarto ano de escolarização.

Concluo, portanto, que o aluno não aprende a relativa genitiva porque a exposição a essa variedade não é sistemática ou substancial e isso se deve ou à forma de ensino ineficaz, com o ensino da relativa a partir da 6^a ou 7^a série, ou à pobreza dos dados apresentados ao aluno.

Assim, tenho a acrescentar somente que se a escola se propõe a ensinar e não ensina, apenas fortalece o modelo de deficiência verbal e, conseqüentemente, fortalece os contrastes, em detrimento do desenvolvimento lingüístico.

Referências bibliográficas

BAGNO, M. **Preconceito Lingüístico**. São Paulo: Loyola, 1999.

BECHARA, E. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

_____. **Moderna Gramática do Português**. Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 2001.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1984.

CELCE-MURCIA M.; BRINTON, D. M. ;GOODWIN, J. M. **Teaching Pronunciation: A Reference for Teachers of English to Speakers of Other Languages**. Cambridge: CUP, 1987.

CYRINO, S. **O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Campinas, 1994. 227f. Tese de Doutorado (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

CHOMSKY, N. **On WH-Movement**. In P. Cullicover. T. Wason and A. Akiajian, eds. *Formal Syntax*. Academic Press, New York, 1977.

_____. **Lectures on Government and Binding**, Foris: Dordrecht, 1981.

_____. **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986.

_____. **The Managua lectures** the MIT Press. Greemberg, 1988.

_____. **Novos horizontes no estudo da linguagem**. In: *Chomsky no Brasil*. Revista Delta, São Paulo, v. 13, nº especial, 1997

CORRÊA, V. R.. **Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no Português do Brasil**. Campinas, 1998. s.n.Tese de doutorado (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

_____. **Variação Sintática em Portugal e no Brasil:** da fala para a escrita. In: XVI Encontro da APL - Colóquio PEPB, Coimbra, 2000. Disponível em <http://www.letas.ucb.br/materias/lpo_vii/vilma.doc>. Acesso em: 12/01/2004.

CUNHA, C. ; CINTRA, L. **Gramática do Português Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª edição, 2001.

CUNHA, C. **Gramática do Português Contemporâneo.** Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, 1978.

DA MATTA, S.S. **Um Estudo sobre a Compreensão de Orações Relativas com Crianças em Idade Escolar.** Curitiba, 1999. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

DUARTE, M. E. L. **Variação e sintaxe:** clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. São Paulo, 1986. 73f. Dissertação de mestrado, PUC.

_____. **Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil.** In: Tarallo, F. (org.) *Fotografias Sociolingüísticas.* Campinas: Pontes/Ed. Da Unicamp, 1989, pp. 19-34.

GREGOLIN-GUINDASTE, R.M. **O agramatismo:** um estudo de caso em português. Campinas, 1996. 322f. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

GROLLA, E. B. **A aquisição da periferia esquerda da sentença em português brasileiro.** Campinas, 2000. 95f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

GUASTI, M.T. e CARDINALETTI, A. **Relative clause formation in Romance child's production.** Probus, Dordrecht, vol. 15, pp. 47-88, 2003.

HAEGEMAN, L. **Introduction to government and binding theory.** Oxford (UK), Cambridge (MA): Blackwell, 1991.

KATO, M.A. **Orações relativas:** variação universal e variação individual no português. In *Estudos lingüísticos*, São Paulo, v.1-16, pp. 1-16, 1981.

_____. **Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica.** In I. Roberts & M. Kato (orgs), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **Português Brasileiro falado:** aquisição em contexto de mudança lingüística. In: I.Duarte e I.Leiria (orgs) Actas do Congresso Internacional sobre o Português. Vol. II., 1994, pp. 211-237.

_____. **A gramática do letrado:** questões para a teoria gramatical. In: M.A.Marques, E.Koller;J.Teixeira & A.S.Lemos. (Org.). Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino. Braga: CEHUM (Universidade do Minho), 2005, pp. 131-145.

JOTA, Z. S. **Dicionário de lingüística.** 2. ed., Rio de Janeiro: Presença, 1981.

LABOV, W. **On the use of the present to explain the past.** In: HEILMANN, L. (ed.) The Eleventh International Congress Of Linguistics. Bologna - Florence, 1972, pp. 825-851.

_____. **Sociolinguistic patterns.** 3a ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1975.

LEMLE, M. **Heterogeneidade Dialetoal:** um apelo à pesquisa. In Lingüística e Ensino do Vernáculo. Rio de Janeiro: Tempo, 1978.

LESSA DE OLIVEIRA, M. S. C. **Aquisição de constituintes-QU em dois dialetos do português brasileiro.** Campinas, 2003. 128f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

LUCCHESI, D. **Varição e Norma:** Elementos para uma caracterização Sociolingüística do Português do Brasil. Revista Internacional de Língua Portuguesa, Lisboa, v. 12, p. 17-28, 1994.

MACEDO, A. V. T. **Linguagem e contexto.** In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. O. (org.) Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

MARQUES, R.P. & CAMPOS, T. M. **O emprego do pronome relativo cujo como complemento nominal.** Trabalho de graduação no curso de Sintaxe, FFLCH/USP ms, 2003.

MATEUS M.H.M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa.** Coimbra: Libreria Almedina, 1983.

MOLLICA, M. C. **Estudo da Cópia nas construções relativas em português.** Rio de Janeiro, 1977. Dissertação de Mestrado. PUC.

_____. **Sobre processos sintáticos que migram da fala para a escrita.** In Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium, ed. Timothy L. Face and Carol A. Klee, 2006, pp. 167-171.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. O. (org.) **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, M.H.M. **A gramática de usos do Português.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

OLIVEIRA, M. **A aprendizagem formal do relativo cujo e clítico acusativo de terceira pessoa.** In: III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2004, São Paulo. São Paulo: Humanitas, 2004, pp. 32-33

PERES, J. A; MÓIA, T. **Áreas críticas da língua portuguesa.** Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

PERRONI, M. C. **As relativas que são fáceis na aquisição do Português Brasileiro.** DELTA, vol.17, nº.1. São Paulo, 2001.

RAPOSO, E. **Teoria da gramática. A faculdade da linguagem.** Lisboa: Caminho, 1992.

RODRIGUES, Â.C. S. **Português Popular em São Paulo.** In: Simpósio A Língua Portuguesa em São Paulo, 2004, São Paulo.

ROULET, E. **Teorias linguísticas, gramáticas e ensino de línguas.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

ROEPER, T. **Universal Bilingualism.** Bilingualism: Language and Cognition (2), 3, 1999, pp. 169-186.

SANKOFF, D. & LABOV, W. **On the uses of variable rules.** Language Sociology, 8, 1979, pp. 189-222.

SANTOS SILVA, H. **Variação e mudança:** onde está o “dito” cujo? Trabalho de graduação no curso de Sintaxe, FFLCH/USP ms, 2001.

SICURO CORRÊA, L. M. **On comprehension of relatives clauses:** a developmental study with reference to portuguese. Doctoral Dissertation, London: University of London, 1986.

_____. **Por que as orações relativas são de difícil compreensão para as crianças?** Delta, São Paulo, 2 (5), 1989, pp. 133-148.

SOUZA E SILVA, M.C.P. **Orações Relativas:** dificuldades na produção escrita. São Paulo, 1981. Tese de doutorado. PUC.

_____. **Redefinição dos pronomes relativos.** In: GEL, 1984, Campinas. Anais do VIII Encontro do Gel. Unicamp, pp.102-121.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese.** Pennsylvania, 1983. Ph.D. dissertation. University of Pennsylvania.

_____. **The filling of the gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese,** in L. King & C. A. Mahley (eds.). Selected Papers from the XIII Linguistic Symposium on Romance Languages. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

TARALLO, F & M. A. KATO . **Harmonia Trans-sistêmica:** variação inter e intralingüística. Preedição, Campinas, nº 5, pp. 315-353, 1989.

VOTRE, S. J. **Relevância da variável escolaridade.** In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. O. (org.) Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004.

WEINREICH, U.; LABOV, W. ; HERZOG, M. **Empirical foundations for a theory of language change.** In: LEHMANN, W. & MALKIEL, Y. (eds.) Directions for historical linguistics: a symposium. Austin: University of Texas Press, 1968, pp. 95-189.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)